



Número: **0800577-15.2018.8.15.0391**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única de Água Branca**

Última distribuição : **09/06/2020**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
EDICLELSON ALVES BARBOSA (AUTOR)		ARTHUR ALVES DE MEDEIROS (ADVOGADO) ALBERTO LEITE DE SOUSA PIRES (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)		SUELIO MOREIRA TORRES (ADVOGADO)	
TIAGO MARTINS FORMIGA (TERCEIRO INTERESSADO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
15455980	19/07/2018 18:52	Petição Inicial	Petição Inicial
15456242	19/07/2018 18:52	EDICLELSON ALVES BARBOSA X LÍDER	Documento de Comprovação
15456289	19/07/2018 18:52	PROCURAÇÃO E DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA	Procuração
15456299	19/07/2018 18:52	DOCUMENTOS PESSOAIS	Documento de Comprovação
15456312	19/07/2018 18:52	B.O	Documento de Comprovação
15456315	19/07/2018 18:52	NEGATIVA DO SEGURO	Outros Documentos
15456323	19/07/2018 18:52	01 PRONTUÁRIO E DOCUMENTOS MÉDICOS	Outros Documentos
15456353	19/07/2018 18:52	02 PRONTUÁRIO E DOCUMENTOS MÉDICOS2	Outros Documentos
15456338	19/07/2018 18:52	02.1 PRONTUÁRIO E DOCUMENTOS MÉDICOS2	Outros Documentos
15456368	19/07/2018 18:52	03 PRONTUÁRIO E DOCUMENTOS MÉDICOS3	Documento de Comprovação
15456348	19/07/2018 18:52	03..1 PRONTUÁRIO E DOCUMENTOS MÉDICOS3	Documento de Comprovação
15456546	19/07/2018 18:52	04 PRONTUÁRIO E DOCUMENTOS MÉDICOS	Documento de Comprovação
15456547	19/07/2018 18:52	04.1 PRONTUÁRIO E DOCUMENTOS MÉDICOS	Outros Documentos
15456551	19/07/2018 18:52	PEDIDO DE ANÁLISE DE SEGURO DPVAT JUNTO A LÍDER	Outros Documentos
17067492	08/10/2018 17:13	SUBSTABELECIMENTO	Petição
17067586	08/10/2018 17:13	SUB - EDICLELSON ALVES BARBOSA	Substabelecimento
28553707	26/02/2020 15:07	Decisão	Decisão
28607391	28/02/2020 07:14	Expediente	Expediente

28666 267	02/03/2020 11:18	Petição de Ciência	Petição
31406 702	09/06/2020 14:43	Carta	Carta
31406 703	09/06/2020 14:43	Carta	Carta
31469 688	17/06/2020 16:28	Decisão	Decisão
31757 289	22/06/2020 20:38	Expediente	Expediente
31796 113	25/06/2020 12:49	Contestação	Contestação
31796 118	25/06/2020 12:49	2728642_CONTESTACAO_02	Outros Documentos
31796 119	25/06/2020 12:49	2728642_CONTESTACAO_Anexo_02	Outros Documentos
31796 123	25/06/2020 12:49	KIT_SEGURADORA_LIDER	Outros Documentos
31887 722	29/06/2020 14:52	Habilitação em processo	Petição de habilitação nos autos
31916 937	30/06/2020 11:50	Petição	Petição
31916 941	30/06/2020 11:50	2728642_PETICAO_DE_QUESITOS_01	Outros Documentos
32148 801	08/07/2020 10:21	Expediente	Expediente
32190 176	09/07/2020 12:02	Petição	Petição
32190 177	09/07/2020 12:02	2728642_JUNTADA_HONORARIOS_PERICIAIS_Anexo_02	Outros Documentos
32190 178	09/07/2020 12:02	2728642_JUNTADA_HONORARIOS_PERICIAIS_01	Outros Documentos
32351 284	15/07/2020 11:53	Petição de Quesitos	Petição
33934 816	03/09/2020 09:38	AR	Outros Documentos
35690 163	04/11/2020 12:21	Despacho	Despacho
36386 325	08/11/2020 15:40	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório
36687 198	16/11/2020 12:40	Devolução de Mandado	Devolução de Mandado
36687 601	16/11/2020 12:40	577	Devolução de Mandado
37565 693	07/12/2020 18:19	LAUDO PERICIAL	Petição (3º Interessado)
37565 696	07/12/2020 18:19	EDICLELSON ALVES BARBOSA	Documento de Comprovação
37566 278	07/12/2020 18:28	SOLICITAÇÃO DE HONORÁRIOS MÉDICOS PERICIAIS	Petição (3º Interessado)
37643 534	09/12/2020 17:06	Petição Manifestação Sobre Laudo Pericial	Petição
37643 536	09/12/2020 17:06	PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO SOBRE LAUDO PERICIAL	Comunicações
38345 249	13/01/2021 08:29	Expediente	Expediente
38345 250	13/01/2021 08:29	Expediente	Expediente
38838 411	28/01/2021 12:03	Petição	Petição
38838 412	28/01/2021 12:03	2728642_IMPUGNACAO_AO_LAUDO_PERICIAL_01	Outros Documentos
43673 913	27/05/2021 22:49	Sentença	Sentença
44249 838	08/06/2021 18:07	Embargos de Declaração	Embargos de Declaração
45008 524	28/06/2021 08:43	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório

45089 557	29/06/2021 13:54	Petição	Petição
45089 561	29/06/2021 13:54	2728642_JUNTADA_HONORARIOS_PERICIAIS_Anexo_03	Outros Documentos
45089 564	29/06/2021 13:54	2728642_JUNTADA_HONORARIOS_PERICIAIS_Anexo_02	Outros Documentos
45089 567	29/06/2021 13:54	2728642_JUNTADA_HONORARIOS_PERICIAIS_03	Outros Documentos
45344 609	05/07/2021 18:12	Contrarrazões	Contrarrazões
45344 611	05/07/2021 18:12	2728642_CONTRARAZOES_EMBARGOS_INFRINGENTES_01	Outros Documentos

EM PDF





GUEDES DE LIMA

• A D V O G A D O S •

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA
COMARCA DE TEIXEIRA - ESTADO DA PARAÍBA**

EDICLELSON ALVES BARBOSA, brasileiro, solteiro, agricultor, portador da cédula de identidade RG sob nº 7.563.917 SSP/PB, inscrito no CPF sob nº 093.429.064-43, domiciliado no Sítio Serrinha, S/N, Zona Rural, na Cidade de Imaculada, Estado da Paraíba, CEP: 58.745-000 vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência por seu advogado, conforme instrumento de procuração doc. anexo, com fulcro no art. 319 e ss do Código de Processo Civil, Lei 6.194/74, bem como alterações pela Lei 11.482/07 ajuizar a presente:

AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA DPVAT

com fulcro na Lei 8.441/92, que dá nova redação à Lei Federal nº 6.194/74, e nos demais dispositivos legais aplicáveis à espécie, em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 09.248.608/0001-04, situada na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP - 20031-205, pelo que declara e passa a expor:

.....
(83) 3421.7236 (83) 99604.1600

Rua Paulo Mendes 16, Centro – Patos – Paraíba Cep: 58.700-240

e-mail: guedesdelimaadv@gmail.com





GUEDES DE LIMA
• A D V O G A D O S •

PRELIMINARMENTE

DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA

Conforme disposto no art. 98 do CPC, declara o requerente não possuir recursos financeiros suficientes atualmente para demandar em juízo sem o comprometimento de sua subsistência e de sua família, razão pela qual faz jus e requer o benefício da gratuidade de justiça, conforme poderes expressos conferidos em procuração anexa.

DA COMPETÊNCIA

A parte demandante fez a escolha deste foro, tendo em vista o domicílio do autor e com base na Súmula 540 do STJ: "Na ação de cobrança do seguro DPVAT, constitui faculdade do autor escolher entre os foros do seu domicílio, do local do acidente ou ainda do domicílio do réu".

DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO

Diante do novo artigo 319, inciso VII e artigo 334, §5º do CPC, vem a parte autora expor que não tem interesse em participar, neste primeiro momento, da audiência de conciliação e mediação antes da realização da perícia médica, pois a Lei que regulamenta o Seguro DPVAT impõe a necessidade dela para quantificar o grau da lesão e, conseqüentemente, verificar se a parte autora tem algum valor a receber ou não. Após isso, é que a Seguradora ré será capaz de ofertar possível proposta ou o MM. Juiz julgar.

Assim, com base nas explanações acima e no artigo 334, §5º do CPC, a parte autora **não** tem interesse na auto composição nesta fase do processo.

DOS FATOS

A parte demandante foi vítima de acidente de trânsito ocorrido no dia **18/02/2018**, que resultaram em sequelas definitivas, com **PERDA FUNCIONAL DE UM DOS MEMBROS INFERIORES, FRATURA DO FÊMUR NA PERNA ESQUERDA, CORTE NA GLABELA SENDO SUBMETIDO A SUTURA, APRESENTANDO FRATURA NASAL ALINHADA, COM DORES INTENSAS**, acarretando-lhe sequelas permanentes,

.....

(83) 3421.7236 (83) 99604.1600
Rua Paulo Mendes 16, Centro – Patos – Paraíba Cep: 58.700-240
e-mail: guedesdelimaadv@gmail.com





GUEDES DE LIMA

• A D V O G A D O S •

assim impedindo o desempenho de suas funções habitualmente exercidas, conforme documentação anexa.

No entanto, a parte requerente fez requerimento administrativo do Seguro (SINISTRO Nº 3180236550), obtendo a recusa do pagamento da indenização de direito, mesmo diante de ter comprovado em documentação (em anexo) as lesões sofridas, estando a decisão em total desrespeito à legislação vigente, onde faz-se jus à parte autora ao recebimento da integralidade de toda a monta indenizatória, restando à parte autora o direito a receber a quantia de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).**

Preponderante destacar que o fato do acidente ocorreu, haja vista documentação vasta juntada a está inicial, de modo que o envolvimento em acidente de trânsito e com veículo automotor já dá direito ao requerente pleitear por tal seguro.

DO DIREITO

Sendo a parte demandante vítima de acidente de veículo automotor, atrai a aplicação da Lei nº 6.194/74 (Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não); conforme o artigo 3º, alínea “b” que dispõe:

“Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada: (Lei nº 11.482/2007)

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.”

.....
(83) 3421.7236 (83) 99604.1600

Rua Paulo Mendes 16, Centro – Patos – Paraíba Cep: 58.700-240

e-mail: guedesdelimaadv@gmail.com





GUEDES DE LIMA

• A D V O G A D O S •

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (LEI Nº 6.194/1974).

Assim, esclarecendo novamente, a parte autora não recebeu o valor de pleno direito, em total desrespeito com a legislação vigente, fazendo jus ao recebimento ao valor integral da indenização, de seu direito, caso realmente exista, após perícia quantitativa obrigatória a ser realizada em Juízo conforme Súmula 474 do STJ, que segue abaixo:

“A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”

Conforme documentos anexos, a parte demandante comprova o acidente e os danos por este causado, em consonância com o art. 5º, da Lei 6.194/74, que exige a simples prova do acidente independente da existência de culpa, conforme jurisprudências transcritas a seguir, in verbis:

SEGURO OBRIGATÓRIO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES
APELAÇÃO CÍVEL 4550/96 - Reg. 3204-1 Cod. 96.001.04550
QUARTA CÂMARA - Unânime Juiz: PAULO GUSTAVO
REBELLO HORTA - Julg: 27/06/96 DPVAT. FALTA DE
CONTRATAÇÃO DO SEGURO. LEI N. 8441/92.
INCONSTITUCIONALIDADE. INOCORRENCIA. A Lei n.
8441/92 não conflita com o art. 192 da Constituição da
Republica nem contraria a essência do contrato de seguro,
previsto no art. 1432 do Código Civil, nos casos em que o
seguro não se acha realizado ou vencido, pois a constituição
obrigatória do consórcio de seguradoras foi criado
justamente para cobrir a indenização por pessoas
acidentadas, independente do pagamento do prêmio.
Inconstitucionalidade rejeitada. A indenização por morte em
acidente de transito e devida, mediante simples prova do
acidente, ainda que não recolhido o DPVAT. Cabe à
seguradora acionada reaver do consórcio o que tiver

.....
(83) 3421.7236 (83) 99604.1600

Rua Paulo Mendes 16, Centro – Patos – Paraíba Cep: 58.700-240

e-mail: guedesdelimaadv@gmail.com





GUEDES DE LIMA

• A D V O G A D O S •

satisfeito em face da aplicação do art. 7, da Lei n. 8441/92.
(grifo nosso)

Diante do exposto, não restou alternativa senão entrar com a presente ação para receber o correspondente à diferença entre o valor recebido e o valor devido com base na Lei 6.194/74.

DO REQUERIMENTO

Assim, ante o exposto, é a presente para REQUERER à Vossa Excelência o quanto segue:

- 1) Seja citada a ré na forma do artigo 242 do NCPC, com a observação do **não interesse** na audiência de conciliação e mediação, bem como com as suas devidas observações e consequências no endereço indicado nesta peça vestibular, nas pessoas de seus representantes legais;
- 2) A **PROCEDÊNCIA** da presente, com a condenação da requerida ao pagamento de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)** da indenização do seguro obrigatório DPVAT, corrigidos monetariamente juros de 1% a.m. contados desde a data do acidente, conforme Súmula 54 do STJ e atualizados à data da efetiva liquidação, com fulcro no artigo 3º, alínea “a”, da Lei 6.194/74 e com fulcro no art. 319 e ss do Código de Processo Civil;
- 3) Requer a inversão do ônus da prova, nos termos do art. 6º, inciso VIII do Código de Defesa do Consumidor, por ser parte hipossuficiente desta relação.
- 4) Requer que Vossa Excelência conceda os **benefícios da justiça gratuita**, considerando que a parte autora não pode arcar com as custas e demais despesas processuais.
- 5) Atesta a autenticidade dos documentos trazidos à baila a este M.M Juízo, sob responsabilidade exclusiva do advogado patrono desta ação, conforme artigo 425 do Código de Processo Civil.
- 6) Protesta e requer provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos.
- 7) Em especial e indispensável, requer que seja realizada a **PROVA PERICIAL**, para averiguar o grau das lesões da parte autora, através de perícia traumatológica.
- 8) Requer a condenação em honorários advocatícios na importância de 20% com base no artigo 85 e seguintes do NCPC.

.....
(83) 3421.7236 (83) 99604.1600

Rua Paulo Mendes 16, Centro – Patos – Paraíba Cep: 58.700-240

e-mail: guedesdelimaadv@gmail.com





GUEDES DE LIMA

• A D V O G A D O S •

9) Julgar totalmente procedentes as pretensões da parte Demandante acima pleiteadas, por ser da mais inteira JUSTIÇA.

10) Outrossim, requer sejam todas as intimações publicadas exclusivamente em nome dos Procuradores **IONAS GUEDES DE LIMA, inscrito na OAB/PB 18.027,** com endereço profissional constante na procuração.

Dá-se a esta o valor de **R\$ 13.500.00 (treze mil e quinhentos reais).**

Nestes termos
Pede Deferimento

Teixeira, PB, 17 de Julho de 2018.

JONAS GUEDES DE LIMA
OAB/PB 18.027

ARTHUR ALVES DE MEDEIROS
BACHAREL EM DIREITO

QUESITOS DA PARTE AUTORA:

.....
(83) 3421.7236 (83) 99604.1600

Rua Paulo Mendes 16, Centro – Patos – Paraíba Cep: 58.700-240

e-mail: guedesdelimaadv@gmail.com





GUEDES DE LIMA

• A D V O G A D O S •

- 1 – A PARTE AUTORA SOFREU ALGUM (S) TIPO DE FRATURA?
- 2 – SE POSITIVO, INFORMAR SE DESTA GEROU ALGUMA DEBILIDADE PERMANENTE?
- 3 – APRESENTA LIMITAÇÃO FUNCIONAL DO (S) MEMBRO (S) FRATURADO (S)?
- 4 – APRESENTA LIMITAÇÃO FUNCIONAL DOS MEMBROS AFETADOS?
- 5 – SOFREU DEBILIDADE PERMANENTE? SOFREU DEFORMIDADE PERMANENTE?
- 6 – A PARTE EXAMINADA SOFREU INCAPACIDADE PARA O TRABALHO?
- 7 – QUE O PERITO ACRESCENTE O QUE ACHAR CONVINIENTE PARA SOLUÇÃO DO LITÍGIO.

.....
(83) 3421.7236 (83) 99604.1600

Rua Paulo Mendes 16, Centro – Patos – Paraíba Cep: 58.700-240

e-mail: guedesdelimaadv@gmail.com



PROCURAÇÃO PARTICULAR "AD JUDICIA"

Eu, Edicleison Alves Barbosa
brasileiro(a), estado civil Solteiro, profissão Agricultor
nascido(a) em 07 / 10 / 1991, inscrito(a) no CPF sob o nº 093.429.064-43, e RG nº 7.563.917, residente
na: Sítio Seninha, s/n - Casa
Bairro Água Rural, na cidade de Imaculada
Estado PB, CEP 58745-000, fone (33) 9 9659-3690 / 9 9692-5907

OUTORGADOS: JONAS GUEDES DE LIMA, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito no CPF sob o nº 725.298.491-53 e inscrito na OAB/PB 18.027 com escritório na Rua Paulo Mendes nº 16, Centro Patos PB e OAB/RN 1062A, escritório profissional na Rua Tenente Antônio de Medeiros, nº 173-A, Centro São João do Sabugi - RN. Tel: 83-99604-1600 email: guedesdelimaadv@gmail.com. E DEJAIR QUEIROZ DE ARAÚJO, brasileiro, acadêmico de direito, CPF 041.095.504-32 e RG 58354994 SSP/PE

PODERES: A quem confere poderes, para o fôro geral, com a cláusula ad judícia, a fim de que possa defender os interesses e direitos dos outorgantes perante qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, repartição pública, autarquia ou entidade paraestatal, propondo ação competente em que a outorgante seja autora ou reclamante, defendendo-a quando for réu, interessada ou requerida, podendo reclamar, conciliar, desistir, transigir, fazer acordo, recorrer, receber e dar quitação, confessar, firmar compromissos, prestar declarações, receber citação e intimação, bem como substabelecer a presente, com ou sem reservas de poderes, se assim lhe convier, E

ESPECIALMENTE

PARA

PROPOR

Ação Ordinária de Cobrança de Indenização
Securitária OPVAT praticando todos os atos necessário para o bom e fiel desempenho deste mandato, dando tudo por bom, firme e valioso.

Ao final da demanda, obriga-se o constituinte a pagar a parte contratada, em caso de procedência da demanda, o percentual de 30% (trinta por cento) sobre o valor total apurado da ação a título de honorários advocatícios, independentemente dos honorários de sucumbência, conforme previsto na legislação vigente. Se a ação julgada improcedente, nada será devido a título de honorários advocatícios. O valor deve ser pago em moeda corrente ou ainda em bens moveis ou imóveis, até a força do valor devido pela parte contratada

Patos - PB, 17, julho, 2018

Edicleison Alves Barbosa
outorgante



DECLARAÇÃO

NOME Ediclelson Alves Barbosa
PROFISSÃO Agricultor CPFnº 093.429.064-43 RGnº 7.563.917
ENDEREÇO Sítio Liminha, s/n - Casa, Área Rural
CIDADE: Imaculada UF: PB
TELEFONE: (83) 9 9659-3690 / 9 9692-5907

DECLARO para os devidos fins de direito especialmente para requerer os benefícios da Justiça Gratuita que não possuo condições de arcar com as custas processuais sem prejuízo próprio e de minha família. Tudo ciente das cominações da Lei 1.060/50.

Patos, 17 de Julho de 2018.

Ediclelson Alves Barbosa

Declarante







ENOQUE BARBOSA DA SILVA
SIT SERRINHA, S/N - AREA RURAL
IMACULADA/PB CEP: 56745000 (AG: 133)

Energisa

Emissão: 26/01/2018 Referência: Jan/2018
Classe/Subcl: RESIDENCIAL / RESIDENCIAL MONOFÁSICO
Roteiro: 17 - 143 - 878 - 1160 Nº medidor: 00001214701

ENERGISA PARÁIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Br 230, Km 25 - Cristo Redentor - João Pessoa/PB - CEP: 56071-690
CNPJ: 09.085.183/0001-40 Insc. Est. 16.015.823-0

Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica Nº001367772
Cód. para DIB. Automático: 00012898734

Atendimento ao Cliente ENERGISA **0800 083 0196** Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a	Apresentação	Data prevista da próxima leitura	CPF/ CNPJ/ RANI
Jan / 2018	26/01/2018	27/02/2018	97945714404 Insc. Est.

UC (Unidade Consumidora): **5/1285873-4**

Canal de contato

- Compartilhe sua energia conosco também nas redes sociais. Estamos presentes no facebook [com/energisa](https://www.facebook.com/energisa) e no Twitter (@energisa), sempre que precisar da gente. Queremos estar sempre próximos!

Anterior		Atual		Constante	Consumo	Dias
Data	Leitura	Data	Leitura			
28/12/17	5483	26/01/18	5541	1	58	28

Demonstrativo										
CCl	Descrição	Quantidade	Valor Base Calc.	Aliq.	ICMS (R\$)	Base Calc. Pte (R\$)	Cofre (R\$)	ICMS (R\$)	Cofre (R\$)	
		Tributos Total (R\$)		ICMS (R\$)		Pte (R\$)	(1,0353%)	(4,7687%)		
0601	Consumo em kWh	58,000	0,714770	41,45	41,45	25	10,36	41,45	0,43	1,97
0601	Adic. B. Vermelha			0,26	0,26	25	0,08	0,26	0,00	0,01
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS										
0807	CONTRIB. ILUM. PÚBLICA			5,44	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00

CCl	Código de Classificação do Item	TOTAL	47,15	41,71	10,42	41,71	0,43	1,99
-----	---------------------------------	-------	-------	-------	-------	-------	------	------

Média últimos meses (kWh)
60

VENCIMENTO
02/02/2018

TOTAL A PAGAR
R\$ 47,15

Histórico de Consumo (kWh)											
53	48	65	67	64	62	49	60	61	69	64	63
Jan/17	Fev/17	Mar/17	Abr/17	Mai/17	Jun/17	Jul/17	Ago/17	Set/17	Out/17	Nov/17	Dez/17

RESERVADO AO FISCO

2ab1.54a3.c780.9439.f962.1fe4.e434.0b0a.

Indicadores de Qualidade

	Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)	
DIC MENSAL	25,52	0,00	NOMINAL	220
DIC TRIMESTRAL	51,05			
DIC ANUAL	7,82	0,00	CONTRATADA	202
FIC MENSAL	15,84		LIMITE INFERIOR	231
FIC TRIMESTRAL	31,28		LIMITE SUPERIOR	
FIC ANUAL	6,99	0,00		
DMIC	18,80			
DIQI				

Composição do Consumo

Discriminação	Valor (R\$)	%
Serviços de Dist. de Energia/PB	11,05	23,43
Compra de Energia	13,07	27,72
Serviço de Transmissão	1,70	3,61
Encargos Setoriais	3,06	6,48
Impostos Diretos e Encargos	19,27	36,75
Outros Serviços	0,00	0,00
Total	47,15	100,00

Valor do EUSD (Ref. 11/2017) R\$ 16,96

ATENÇÃO

Faturas em atraso



Assinado eletronicamente por: JONAS GUEDES DE LIMA - 19/07/2018 18:50:24

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18071918320797800000015074274>

Número do documento: 18071918320797800000015074274

AUTORIZO O DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO-DETRAN,
TRANSFERIR O REGISTRO DESTA VEÍCULO, PARA:

VALOR R\$ _____

NOME DO COMPRADOR: _____

RNTRC

RG: _____ CPF/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

LOCAL E DATA: _____

ASSINATURA DO PROPRIETARIO (VENDEDOR)

30 dias, sob pena de ter que se responsabilizar solidariamente pelas penalidades impostas reincidências até a data da comunicação (lei Federal nº 9.503 - Art. 134 - Código de Trânsito Brasileiro - CTB).

COMBUSTIVEL
GASOLINA

ANO FAB 2007

CATEGORIA
PARTIC.

COR PREDOMINANTE
PRETA

- OBSERVAÇÕES

SEM RESERVA

DAVID ANTONIO CASARETO

ITUPEVA

RECAINOLIN POLYMERIDE
367 FIRETRAN, TURKISH

08/12/201	DATA
-----------	------

9797/9797

DE ACORDO: _____

ASSINATURA DO COMPRADOR

RECONHECIMENTO DE FIRMA DO PROPRIETÁRIO(VENDEDOR)
CONFORME ART. 369 C.P.C.



GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
16ª ÁREA INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA

DELEGACIA DE IMACULADA

Rua Francisco Moreira, s/n, Bela Vista, Imaculada/PB, 58.745-000.

CERTIDÃO

Eu, JOSÉ ROMÃO LUSTOSA NETO, Agente de Investigação no uso de suas atribuições, corno, a pedido verbal do SR. EDICLELSON ALVES BARBOSA, que encontra-se registrado na página 423, do LIVRO DE OCORRÊNCIAS Nº 06, o BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº 035/2018, com conteúdo conforme a seguir:

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº 035/2018

(LIVRO 06)

DELEGACIA DE POLÍCIA

- DE -

Imaculada - PB.

DIA E HORA DA NOTICIA: DIA 26/MAR/2018, ÀS 10h17.

NATUREZA DA OCORRÊNCIA: ACIDENTE DE TRÂNSITO.

DIA E HORA DO FATO: DIA 18 DE FEVEREIRO DE 2018, POR VOLTA DAS 19H45.

LOCAL DA OCORRÊNCIA: EM VIA PÚBLICA, NA RODOVIA PB-306, NA ALTURA DO SÍTIO CABORÉ, ZONA RURAL DE IMACULADA/PB.

NOTIFICANTE: EDICLELSON ALVES BARBOSA, conhecido por KELSON, brasileiro, solteiro, Agricultor, natural de Imaculada/PB, 26 anos, nascido aos 07/OUT/1991, filho de Elzeque Barbosa da Silva e Cecília Alves Barbosa, residente e domiciliada no sítio Serrinha, zona rural de Imaculada/PB, RG nº 7.563.917 SSP/SC.

VEÍCULO: MOTOCICLETA HONDA CG 150 TITAN KS, PRETA, ANO/MODELO 2007, PLACA DXJ-7412 - SP, CHASSI Nº 9C2KC08107R112529, CÓDIGO RENAVAN Nº 910265186, LICENCIADA EM NOME DE HANDERSON CAVALCANTE DE SOUSA, COM CPF Nº 085.431.034-79.

HISTÓRICO: Nesta Delegacia, sob a supervisão do Delegado JULIO FERREIRA DE LIMA FILHO a notificante DECLAROU QUE, no dia, hora e local informados, o notificante, seguia sozinho na condução do veículo acima descrito pela estrada do sítio Caboré, seguindo em direção à cidade de Imaculada/PB, quando, ao invadir a pista de rolamento, foi colhido por um veículo GM Corsa; QUE, com a colisão, o notificante teve fratura no fêmur da perna esquerda e outros cortes e escoriações pelo corpo; QUE, na ocasião deste acidente o notificante foi socorrido para o Hospital Regional de Patos/PB, onde foi submetido a cirurgia e ficou internado por doze dias; QUE, o notificante ainda encontra-se incapacitado para as suas atividades laborais. Nada mais disse nem lhe foi perguntado. Declarações prestadas com base na Lei nº 7.115 de 29 de março de 1983 (Lei da Desburocratização). DECLARO AINDA SER CONHECEDOR DAS SANÇÕES CÍVIL, ADMINISTRATIVAS E CRIMINAIS A QUE ESTAREI SUJEITO, CASO O QUANDO AQUI DECLARADO NÃO PORTE ESTRITAMENTE A VERDADE (art. 299 do CPB - FALSIDADE IDEOLÓGICA).

x Ediclelson Alves Barbosa





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
16ª ÁREA INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA

DELEGACIA DE IMACULADA

Rua Francisco Moreira, s/n, Bela Vista, Imaculada/PB, 58.745-000.

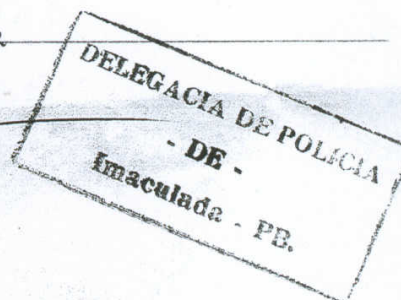
... é achado conforme, vai devidamente assinado pelo notificante e por mim, Agente de Investigação que o digitei.

Imaculada/PB, 26 de MARÇO de 2018.

SOLICITANTE:

Edieleison Alves Barbosa

[Assinatura]
JOSÉ ROMÃO COSTA NETO
AGENTE DE INVESTIGAÇÃO
MAT. 156.531-1



Rio de Janeiro, 04 de Julho de 2018

Aos Cuidados de: EDICLELSON ALVES BARBOSA

Nº Sinistro 3180236550

Vítima: EDICLELSON ALVES BARBOSA

Data do Acidente: 18/02/2018

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: EMMANOELA SATURNINA PEREIRA VASCONCELOS DE SOUZA ARAUJO

Assunto: NEGATIVA TÉCNICA - SEQUELA NÃO INDENIZÁVEL

Senhor(a),

Após a análise dos documentos apresentados no seu pedido de indenização cadastrado sob o número de sinistro **3180236550**, esclarecemos que não foram identificadas sequelas permanentes **cobertas pelo Seguro DPVAT** em razão do acidente ocorrido em **18/02/2018**. Por esse motivo, o seu pedido de indenização foi **negado**.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 00859/00860 - carta_05 - INVALIDEZ



Carta nº 13059391





PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU 192



FICHA DE REGULAÇÃO MÉDICA / ATENDIMENTO USB: 13

IDENTIFICAÇÃO / OCORRÊNCIA

DATA 18.02.2018	OCORRÊNCIA Nº 153	PACIENTE / USUÁRIO EDICIELSON ALVES BARBOSA	IDADE 26	SEXO <input checked="" type="checkbox"/> MASC <input type="checkbox"/> FEM
LOCAL DA OCORRÊNCIA RUA 300, ENTRE EMALVARDE E MATILDEA		BAIRRO	MÉDICO REGULADOR DRO. KEY	
APOIO NO LOCAL: <input type="checkbox"/> PM <input type="checkbox"/> RESGATE / BOMBEIROS <input type="checkbox"/> RESGATE PRF <input type="checkbox"/> AN <input type="checkbox"/> STTRA <input type="checkbox"/> OUTRO: <input type="checkbox"/>				
QTA: <input type="checkbox"/> SOCORRIDO POR TERCEIROS <input type="checkbox"/> RECUSOU ATENDIMENTO <input type="checkbox"/> SOCORRO PELO BOMBEIRO <input type="checkbox"/> LOCAL NÃO ENCONTRADO <input type="checkbox"/> OUTRO: <input type="checkbox"/>				

TIPO DE AGRAVO

<input checked="" type="checkbox"/> ACIDENTE DE TRÂNSITO	<input type="checkbox"/> PEDIÁTRICO	<input type="checkbox"/> AIDS	<input type="checkbox"/> DOENÇA MENTAL
<input type="checkbox"/> AGRESSÃO	<input type="checkbox"/> PSIQUIÁTRICO	<input type="checkbox"/> ALCOOLISMO	<input type="checkbox"/> DOENÇA RENAL
<input type="checkbox"/> CLÍNICO	<input type="checkbox"/> QUASE AFOGAMENTO/AFOGAMENTO	<input type="checkbox"/> AVC	<input type="checkbox"/> DROGA
<input type="checkbox"/> DESABAMENTO/SOTERRAMENTO	<input type="checkbox"/> QUEDA METROS	<input type="checkbox"/> CIRURGIAS REALIZADAS	<input type="checkbox"/> HIPERTENSÃO ARTERIAL
<input type="checkbox"/> ELETROCUSSÃO	<input type="checkbox"/> QUEIMADURAS	<input type="checkbox"/> CONVULSÕES	<input type="checkbox"/> INTERNAMENTO ANTERIORES
<input type="checkbox"/> F. A. B	<input type="checkbox"/> OUTROS	<input type="checkbox"/> DIABETES	<input type="checkbox"/> MEDICAMENTOS
<input type="checkbox"/> F. A. F (P. A. F.)	<input type="checkbox"/> TRANSFERÊNCIA	<input type="checkbox"/> DOENÇA CARDÍACA	<input type="checkbox"/> PROBLEMAS RESPIRATÓRIOS
<input type="checkbox"/> GINECO-OBSTETRICO		<input type="checkbox"/> DOENÇA INFECTO-CONTAGIOSA	<input type="checkbox"/> OUTROS
<input type="checkbox"/> SÕES TÉRMICAS			

DESTINO DO PACIENTE:

SERVIÇO MÉDICO: UAP RESPONSÁVEL: Sonally Santos FUNÇÃO: MÉDICA

MOTIVO DE TRANSPORTE:

☐ APOIO DIAGNÓSTICO ☐ SERVIÇO DE MAIOR COMPLEXIDADE ☐ TRANSFERÊNCIA SIMPLES ☐ OUTRO: ☐

TRANSPORTE SECUNDÁRIO - DESTINO

LOCAL: _____ RESPONSÁVEL: _____ FUNÇÃO: _____

EXAME CLÍNICO (PRINCIPAIS SINTOMAS / QUEIXAS):

DADOS VITAIS:

VVAA: ☐ LIVRE ☐ OBSTRUIDA / RESPIRAÇÃO: ☐ >30rpm ☐ <30rpm / PULSO RADIAL: ☐ Presente ☐ Ausente/PÁS: ☐ >90mm Hg ☐ <90mm Hg
P.A. 130 X 80 FC: 83 FR: _____ TEMP.: _____ °C - GLICEMIA: _____ mg/dl - E. Com a: _____ SatO2: 92

SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM:

ANÓSTICO DE ENFERMAGEM:

☐ Ansiedade ☐ Cauacklado Adautativa Intracraniana Diminuída ☐ Comunicação verbal prejudicada ☐ Confusão aguda ☒ Deambulação prejudicada
☐ Débito cardíaca diminuído ☐ Desobsirução ineficaz das vvaa ☐ Disreflexia autônoma ☐ Dor aguda ☐ Hipertermia ☐ Hipotermia ☐ Integridade da pele prejudicada ☐ Integridade tissular prejudicada ☐ Medo ☐ Intolerância a atividade ☐ Mucosa oral prejudicada ☐ Padrão respiratório ineficaz
☐ Perusão tissular cerebral ineficaz ☐ Perusão Tissular Cardíopulmonar ineficaz ☐ Perusão Tissular Gastrintestinal ineficaz ☐ Perusão tissular renal ineficaz ☐ Termorregulação ineficaz ☐ Troca de Gases Prejudicada ☐ Ventilação Espontânea Prejudicada ☐ Volume de Líquidos deficientes
☐ Volume Excessivo de Líquidos ☐ Náuseas ☐ Retenção urinária ☐ Percepção Sensorial Perturbada ☐ Iteração social prejudicada ☐ Incontinência intestinal
☐ Eliminação urinária prejudicada ☐ Constipação
☐ Outros: _____

INTERVENÇÕES:

EVOLUÇÃO DO ENFERMEIRO:

Paciente do sexo masculino, 26 anos, presente, orientado, alcoolizado, o mesmo foi vítima de queda de muro, com fratura em pele (fêmur) e corte profundo com bordas de ruptura na região frontal da cabeça. Sinais vitais com coloração branca, língua úmida e tálus maturo com arborização mediana de dentes. Guia Médica e Evolução para



MATERIAL UTILIZADO (ENFERMAGEM)

E.C.G.:

NORMAL ☐ ALTERADO ☐ NÃO REALIZADO

EXAME NEUROLÓGICO:

AGITAÇÃO ☐ SONOLÊNCIA ☐ COMA ☐ CONVULSÃO ☐ OTORRAGIA ☐ RIGIDEZ ☐ MIDRIASE OUTROS: _____

EXAME GINECO-OBSTÉTRICO

ABORTAMENTO ☐ HEMORRAGIA VAGINAL ☐ NORMAL _____ SEMANAS ☐ TRABALHO DE PARTO

OUTROS: _____

DIAGNÓSTICOS E PROCEDIMENTOS:

DIAGNÓSTICOS:

PROCEDIMENTOS:

☐ DESOBSTRUÇÃO VIAS AÉREAS ☐ INTUBAÇÃO NASO/OROTRAQUEAL ☐ CANULA OROFARINGEA ☐ CRICOTIREIDOSTOMIA ☐ VENTILAÇÃO MECÂNICA (MANUAL - *AMBU*) ☐ RESPIRADOR ☒ INALAÇÃO DE OXIGÊNIO (O2) ☐ DRENAGEM TORÁCICA ☐ MASSAGEM CARDÍACA EXTERNA ☐ DESFIBRILAÇÃO/CARDIOVERSÃO ☐ CONTROLE DE HEMORRAGIA ☐ CURATIVO ☐ PUNÇÃO VENOSA ☐ Sonda GÁSTRICA ☐ Sonda VESICAL ☐ SEDAÇÃO ☐ IMOBILIZAÇÃO DE MEMBROS ☐ COLAR CERVICAL ☐ TALAS/TRACÇÃO ☐ OROTRAQUEAL ☐ OUTROS.

TERAPÊUTICA / MEDICAMENTOS (PRESCRIÇÃO DIRETA OU POR TELEMEDICINA):

SR 500ml, 01 ml. de FENAL.

EVOLUÇÃO CLÍNICA / INTERCORRÊNCIAS (MÉDICOS):

ENCAMINHAMENTO:

☐ LIBERADO APÓS O ATENDIMENTO ☐ RECUSA O ATENDIMENTO ☐ ÓBITO NO LOCAL ☐ ÓBITO DURANTE O ATENDIMENTO ☐ ÓBITO DURANTE O TRANSPORTE

POSIÇÃO DE TRANSPORTE:

☐ DECÚBITO DORSAL ☐ DECÚBITO LATERAL ☐ DECÚBITO VENTRAL ☐ SENTADO ☐ ELEVÇÃO DE CABECEIRA (CABEÇA)

RECLUSA:

NOME: _____

ASSINATURA: _____

IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPE:

ENFERMEIRO (A): [assinatura] COREN: 252.251 MAT.: _____

TÉCNICO DE ENFERM.: [assinatura] COREN: 1249642 MAT.: _____

CONDUTOR: [assinatura] MAT.: _____



HOSPITAL REGIONAL DEP JANDUHY CARNEIRO
RUA HORACIO NOBREGA, S/N
PATOS PARAIBA (83)3423-2741

Cód. Intern. 28734

Data/Hora 18/2/2018 22:22:55

Prontuario: 99969
Ocorrência: ACIDENTE DE TRANSITO (MOTOCICLETA)
Classif. Risco: VERDE Transporte: SAMU 192
Origem: VIA PUBLICA

Regulado: N

Servidor do Dr.:

Paciente EDICLELSON ALVES BARBOSA

Idade: 26 Gênero HOMEM CIS

Filiação

Filiação I

CECILIA ALVES BARBOSA

Filiação II

ENOQUE BARBOSA DA SILVA

Endereço

Cidade

IMACULADA - PB - 58745-000 - 2506707

Endereço:

SITIO SERRINHA

Bairro:

ZONA RURAL

Naturalidade:

IMACULADA - PB

Fone:

(83)99626-5149

Documentos

CNS:

703-6010-7725-4338

Identidade:

CPF:

Reg. Nasc.:

Informações adicionais

Nascimento

7/10/1991

Cor:

BRANCA

Estado Civil:

SOLTEIRO(A)

Profissão:

AGRICULTOR(A)

Responsável:

ANAMNESE: (História da Moléstia atual, antecedentes pessoais, antecedentes hereditários)

EXAMES OBJETIVOS: (Inspeção geral, exame da região afetada, exame dos diversos aparelhos)

EXAMES COMPLEMENTARES: (Raio X, laboratórios)

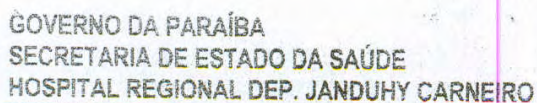
Diagnóstico:

Motivo da Alta:

Resultado: () Saiu Curado () Melhorado () Falecido () Transferido Em, 01 / 03 / 18

Recepcionista: ISRAEL





Assinado eletronicamente por: JONAS GUEDES DE LIMA - 19/07/2018 18:50:31



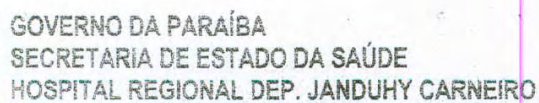
GOVERNO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL REGIONAL DEP. JANDUHY CARNEIRO



REQUISIÇÃO DE PARECER

NOME: <u>Dielebrina Alves</u>	
DA CLÍNICA <u>Clínica</u> A CLÍNICA <u>ortopedica</u>	ENFERMARIA <u> </u> LEITO <u> </u>
MOTIVO DA CONSULTA: <u>fratura em fêmur</u> <small>(ESPECIFICAR OS DADOS SOBRE OS QUAIS DESEJA OPINIÃO E NUMERAR OS PRINCIPAIS SINTOMAS DO ENFERMO)</small>	
<u>18/07/2018</u> DATA	<u>Sonally Santos</u> <small>Medica Cirurgia de cabeça e pescoço CRM 7164/PA</small> ASSINATURA DO MÉDICO CONSULTANTE
PARECER: <u>Do nt fêmur</u> <u>Fratura de fêmur a ju</u> <u>no gin e a m t</u> <u>Cl - 5 - Tendo bom</u> <u>- Traqui Regulator</u> <u>- Pré - o perito</u> <u>- do udo unguem para</u> <u>manuseio de traqui e guel tie</u>	
<u>18/07/2018</u> DATA	<u>Dr. Marcelo Alves</u> <small>Ortopedista e Traumatologista CRM 7394 - 18/07/2018</small> ASSINATURA DO MÉDICO ESPECIALISTA





EVOLUÇÃO CLÍNICA ENFERMARIA

PACIENTE: *Ed. R. ...*

LEITO:
REG.: 999 69

DATA	HORA
17/12/19	Monte perini #
	Mr. Substituição - Trabalho
	argua - m. intercom
	cel = v. p. m.
	7381





GOVERNO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL REGIONAL DEP. JANDUHY CARNEIRO



RELATÓRIO DE CIRURGIA


Nome: <u>Edicleide D. Barbo</u>		Nº prontuário <u>99969</u>
Data da Cirurgia <u>18/02/19</u>	Enf.	Leito
Cirurgião <u>A. Marcelo</u>	1º Auxiliar	
Anestesista <u>A. Coutinho</u>	Tipo de Anestesia	
Diagnóstico Pré-Operatório <u>Fratura diafragma de pulmão</u>		
Tipo de Cirurgia <u>Pancreatite de traqueia esguetada e</u> <u>tuberculose</u>		
Diagnóstico Pós-Operatório <u>sem</u>		
Relatório Imediato do Patologista		
Exame Radiológico no Ato		
Acidente Durante a Cirurgia		

DESCRIÇÃO DA CIRURGIA

Via de Acesso – Tática e Técnica – Ligaduras – Drenagem – Sutura – Material Empregado – Aspectos Visceras
<u>Mi - DNP - Sob anestesia</u>
<u>Antes da cirurgia e colocação de curativos</u>
<u>Pancreatite de traqueia esguetada e</u>
<u>curativos</u>
<u>Truque (4kg)</u>

7382



NOTA DE SALA - CIRURGIA GERAL					
PACIENTE: <u>Edilson Alves Barbosa</u>					GOVERNO DA PARAIBA SECRETARIA DE SAÚDE  HOSPITAL REGIONAL DEP. JANDUHY CARNEIRO
DT.	LEITO	CONVÊNIO	IDADE	REGISTRO	
		<u>440</u>	<u>26</u>	<u>99969</u>	
CIRURGIA: <u>Transcortical</u>		CIRURGIÃO: <u>Dr. Manoel Alves</u>			
ANESTESIA: <u>Raqui</u>		ANESTESISTA: <u>Dr. Gutemberg</u>			
INSTRUMENTADORA: <u>-</u>		DATA: <u>18.07.18</u>	INÍCIO: <u>23:30</u>	FIM:	

MATERIAL

QUANTIDADE	MATERIAL	QUANTIDADE	MATERIAL
	TX. de Instrumentador		Equipo p/ soro e sangue
	TX. Capnógrafo		Scalp
	TX. Bomba de Infusão	1	Luvras Est. p/ Procedimentos
	TX. Aplicação de Sangue		Lâmina de Bisturi
1	TX. Monitor Córdio-Respirador		Sonda de Foley
	TX. de Laser		Coletor de Urina
	TX. de Curativo		Seringa 1 ml
	TX. de Instalação S. Vesical		Seringa 3 ml
1	TX. Sala	1	Seringa 5 ml
	TX. Bisturi Elétrico		Seringa 10 ml
	TX. Aspirador Elétrico		Seringa 20 ml
1	TX. Oxímetro de Pulso	1	Eletrodos desc.
	Neocain <u>fora</u>		Atadura de Crepom 10cm
	Halotano		Atadura de Crepom 20cm
	Thionembutal		Atadura Gessada 10cm
	Quelicin		Sonda Uretral
	Pavulon		Sonda Nesogástrica
	Dorminid		Éter Sulfúrico
	Fentanil 0,05mg		Dreno Penrose <u>Dr. Gutemberg</u>
	Xilestesin a 5%		Dreno Sucção <u>1:35</u>
	Inoval		Dreno de Tórax
	Xilocaína a 2%	1	Esparadrapo
	Etodimide		Xilocaína Gel
	Ketalar	1	Álcool 70%
	Pubicovaina 0,5%	1	PVPI Tintura
	Dimorf	1	Gases
	Lenexat 0,5ml		Algodão Hidrófilo
	Narcan		Algodão Ortopédico
	Forane		Cidex
	Sufenta		Vaselina Estéril
	Diazepam		Aguilha descartável
	Água destilada 10ml		Pastilha de Formol
	Prostigmine		Fio Cromado 0 c/ agulha
	Atropina		Fio Cromado 0 s/ agulha
	Adrenalina		Fio Cromado 1 c/ agulha
	Efortil		Fio Cromado 1 s/ agulha
	Cefalotina 19g		Fio Cromado 2-0 c/ agulha
1	Dixtal <u>ceftazoxima</u>		Fio Cromado 2-0 s/ agulha
	Plasil		Cat-gut simples 0 c/ agulha
	Dipirona		Cat-gut simples 0 s/ agulha
	Esparin 5000 VI		Cat-gut simples 2-0 c/ agulha
	Tilatil		Cat-gut simples 2-0 s/ agulha
	Amicacina 500mg		Cat-gut 2-0 p/ amigdalectomia
	Aguilha de Raque Descartável		Cat-gut simples 3-0 c/ agulha
	Abbotate 20 e 22		Polycot 0 c/ agulha
	Polycot 0 s/ agulha		Polycot 2-0 c/ agulha
	Polycot 2-0 s/ agulha		Polycot 3-0 c/ agulha
	Polycot 3-0 s/ agulha		Prolene 2-0 c/ agulha
	Prolene 0 c/ agulha		





GOVERNO DE PERNAMBUCO

HOSPITAL REGIONAL DEPUTADO JANDUHY CARNEIRO

SECRETARIA DE SAÚDE

FOLHA DE ANESTESIA		Hospital	Enfermaria	Leito	Nº Prontuário
		Nome	Idade	Sexo	Cor
		120X80	26	M	
Data	Pressão Arterial Pulso	Respiração	Temperatura	Peso	Altura
		60 PRM 12			
Tipo Sanguíneo	Hemácias	Hemoglobina	Hematócrito	Glicemia	Ureia
Urina					
Ap. Respiratório				Asma	Bronquite
Ap. Circulatório				Eletrocardiograma	
Ap. Digestivo		Dentes	Pescoço	Ap. Urinário	
Estado Mental		Alergias	Corticoides	Alergia	Hipotensores
Diagnóstico Pré-Operatório				Estado Físico	Risco
Anestesia Anteriores					
Apliação Pré-Anestésica				Aplicada às	Efeito
23:00 23:30					
INDUÇÃO					
Satisf. _____ Excit. _____ Tosses _____					
Laringo Espasmo _____ Lenta _____					
Náuseas _____ Vômitos _____					
Outros _____					
MANUTENÇÃO					
Anestesia Satisf. Sim _____ Não _____					
Não, porque? _____					
DESPERTAR					
Reflexos na SO _____					
Obstr. _____ CO2 _____ Excit. _____					
Náuseas _____ Vômitos _____					
Outros _____					
Com cânula					
para o leito-sim _____ não _____					
CONDIÇÕES					
Cânula					
Técnica					
Operação					
Cirurgião					
Anestesiologista					
Observações					
Anotar no verso, as complicações Pré-operatórias e Pós-operatórias					



GOVERNO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL REGIONAL DEP. JANDUHY CARNEIRO



REQUISIÇÃO DE PARECER

NOME: <u>Edicleison Alves Barbosa</u>	
DA CLÍNICA <u>Cirurgia</u>	ENFERMARIA <u>9º</u>
A CLÍNICA <u>cardiologia</u>	LEITO <u>06</u>
MOTIVO DA CONSULTA: (ESPECIFICAR OS DADOS SOBRE OS QUAIS DESEJA OPINIÃO E NUMERAR OS PRINCIPAIS SINTOMAS DO ENFERMO)	
<u>23.02.18</u> DATA	 ASSINATURA DO MÉDICO CONSULTANTE
PARECER: <u>26 anos</u> <u>Princ. fratura MMBr</u> <u>AMB: NDN</u> <u>MCO: NDN</u> <u>Atividade: Ubes</u> <u>Av. RCR-2T</u> <u>EKG: Normal</u> <u>Conclusões: Bom risco</u> <u>21/02/18</u> DATA	
 ASSINATURA DO MÉDICO ESPECIALISTA	

4
Dr. Fabrício da Mota Carneiro
Cardiologia - HCRP
CREMEC 11.040 / CRM-PB 11.040





GOVERNO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL REGIONAL DEP. JANDUHY CARNEIRO



RELATÓRIO DE CIRURGIA

Nome: <u>Eoi Cláudio Alves Barbosa</u>		Nº prontuário: <u>99969</u>
Data da Cirurgia: <u>24/02/18</u>	Enf.	Leito
Cirurgião: <u>A. José Soares</u>	1º Auxiliar: <u>A. Marcos Santos</u>	
Anestesiista: <u>A. Augusto Alves</u>	Tipo de Anestesia	
Diagnóstico Pré-Operatório: <u>Fratura distal fêmur (C)</u>		
Tipo de Cirurgia: <u>Osteossíntese fêmur (C)</u>		
Diagnóstico Pós Operatório: <u>O MELHO</u>		
Relatório Imediato do Patologista		
Exame Radiológico no Ato		
Acidente Durante a Cirurgia		


DESCRIÇÃO DA CIRURGIA

Via de Acesso – Tática e Técnica – Ligaduras – Drenagem – Sutura – Material Empregado – Aspectos Viscerais
① Pat. distal, sob anest. geral
② Insuflação + colocação de campos cirúrgicos
③ Incisão foveolar coxa (C) + abertura do canal
④ Redução da fratura + fixação com placa e parafusos
⑤ Limpeza e esfoliação + sutura + curativo

João H. Sgassuna Laureano
Ortopedia e Traumatologia



NOTA DE SALA - CIRURGIA GERAL

PACIENTE <i>Ediclebson Alves Barbosa</i>				GOVERNO DA PARAÍBA SECRETARIA DE SAÚDE	
USC <i>NSC</i>	LEITO <i>06</i>	CONVÊNIO <i>SUS</i>	IDADE <i>26</i>	REGISTRO <i>99969</i>	 HOSPITAL REGIONAL DEP. JANDUHY CARNEIRO
CIRURGIA <i>Tp cirurgia fêmea</i>		CIRURGIÃO <i>João e Marcelo</i>			
ANESTESIA <i>Regui</i>		ANESTESISTA <i>Augusto</i>			
INSTRUMENTADORA <i>Wahane</i>		DATA <i>27/02/18</i>	INÍCIO <i>16.30</i>	FIM	

MATERIAL

QUANTIDADE	MATERIAL	QUANTIDADE	MATERIAL
2	TX. de Instrumentador	1	Equipo p/ <u>Soro</u> e sangue
	TX. Capnógrafo		Scalp
	TX. Bomba de Infusão	<input checked="" type="checkbox"/>	Luvax Est. p/ Procedimentos
	TX. Aplicação de Sangue	1	Lâmina de Bisturi
2	TX. Monitor Córdio-Respirador		Sonda de Foley
	TX. de Laser		Coletor de Urina
2	TX. de Curativo		Seringa 1 ml
	TX. de instalação S. Vesical		Seringa 3 ml
2	TX. Sala	L	Seringa 5 ml
	TX. Bisturi Elétrico	L	Seringa 10 ml
	TX. Aspirador Elétrico		Seringa 20 ml
	TX. Oxímetro de Pulso	<input checked="" type="checkbox"/>	Eletrodos desc.
1	Neocain	<input checked="" type="checkbox"/>	Atadura de Crepom 10cm
	Halotano		Atadura de Crepom 20cm
	Thionembutei		Atadura Gessada 10cm
	Quelicin		Sonda Uretral
	Pavulon		Sonda Nesogástrica
1	Dorminid		Éter Sulfúrico
	Fentanil 0,05mg		Dreno Penrose
	Xilestesin a 5%		Dreno Sucção
	Inoval		Dreno de Tórax
	Xilocaína a 2%	2	Esparadrapo
	Etodimidate	2	Xilocaína Gel
	Ketalar	2	Álcool 70%
	Pubicovaina 0,5%	2	PVPI Tintura
1	Dimorf	2	Gases
	Lanexat 0,5ml		Algodão Hidrófilo
	Narcon		Algodão Ortopédico
	Forane		Cidex
	Sufenta		Vaselina Estéril
	Diazepan	1	Agulha descartável
L	Água destilada 10ml		Pastilha de Formol
	Prostigmine		Fio Cromado 0 c/ agulha
	Atropina		Fio Cromado 0 s/ agulha
	Adrenalina		Fio Cromado 1 c/ agulha
	Efortil		Fio Cromado 1 s/ agulha
L	Gefatodina 19g <i>Aspiração 28</i>		Fio Cromado 2-0 c/ agulha
	Dixtal		Fio Cromado 2-0 s/ agulha
	Plasil		Cat-gut simples 0 c/ agulha
L	Dipirona		Cat-gut simples 0 s/ agulha
	Esparin 5000 VI		Cat-gut simples 2-0 c/ agulha
	Tilatil		Cat-gut simples 2-0 s/ agulha
	Amicacina 500mg		Cat-gut 2-0 p/ amigdalectomia
1	Agulha de Raque Descartável		Cat-gut simples 3-0 c/ agulha
1	Abbotate 20 e 22 18		Polycot 0 c/ agulha
	Polycot 0 s/ agulha		Polycot 2-0 c/ agulha
	Polycot 2-0 s/ agulha		Polycot 3-0 c/ agulha
	Polycot 3-0 s/ agulha		Prolene 2-0 c/ agulha
	Prolene 0 c/ agulha	<input checked="" type="checkbox"/>	<i>nylon 2.0</i>





HOSPITAL REGIONAL DEPUTADO JANDUHY CARNEIRO
SECRETARIA DE SAÚDE

FOLHA DE ANESTESIA		Hospital	Enfermaria	Leito	Nº Prontuário	
Nome		Idade		Sexo	Cor	
Data		Pressão Arterial		Pulso	Respiração	
Tipo Sanguíneo		Hemácias	Hemoglobina	Hematócrito	Glicemia	Ureia
Urina		Outros				
A.D. Respiratório		Asma			Bronquite	
A.C. Circulatório		Eletrocardiograma				
A.D. Digestivo		Dentes	Pescoço	A.p. Urinário		
História Menstrual		Ataraxicos	Corticoides	Alergia	Hipotensores	
Diagnóstico Pré-Operatório		Estado Físico			Risco	
Anestesia Anteriores						
Medicação Pré-Anestésica		Aplicação às		Efeito		
Agentes Anestésicos		INDUÇÃO				
Líquido		Satisf. _____ Excit. _____ Tosse _____				
C.O.D.I.S.C.		Laringo Espasmo _____ Lenta _____				
P.V. ARTERIAL - PULSO - RESPIRAÇÃO		Náuseas _____ Vômitos _____				
V.Z. - ANESTESIA - OPERAÇÃO		Outros _____				
Simbolos e Anotações		MANUTENÇÃO				
Posição		Anestesia Satisf. Sim _____ Não _____				
Agentes		Não, porque? _____				
Técnica		DESPERTAR				
Operação		Reflexos na SO _____				
Cirurgiões		Obstr. _____ CO2 _____ Excit. _____				
Anestesiologistas		Náuseas _____ Vômitos _____				
Observações		Outros _____				
Anotar no verso, as complicações Pré-operatórias e Pós-operatórias		Com cânula para o leito - sim _____ não _____				



26. 9806

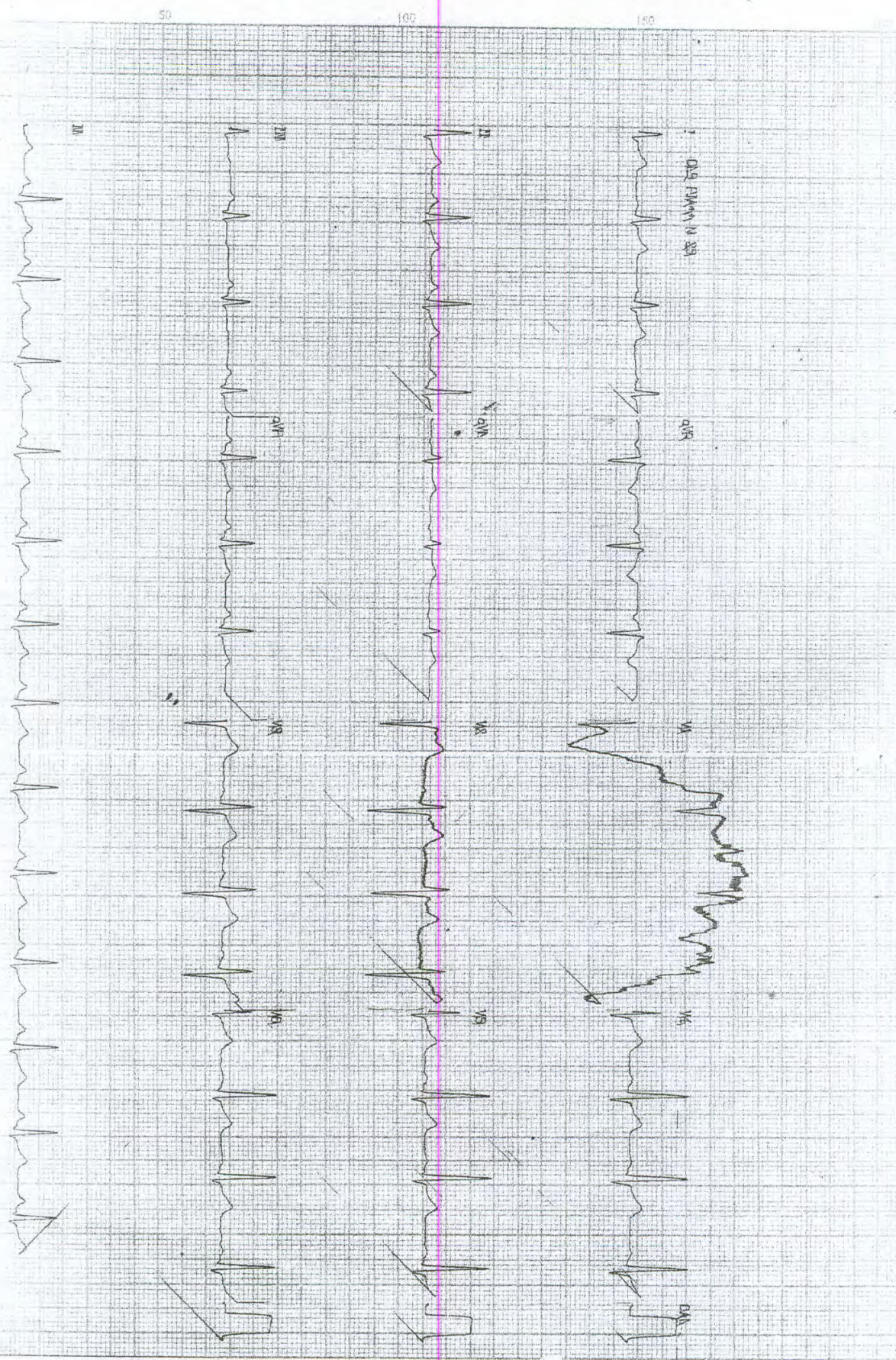
Data

18 02 2018

Hora:

22:55

F. M. Verde





CARLOS CHAGAS
Medicina Laboratorial

- Culturas em geral
- Micologia
- Líquidos Corporais
- Pesquisas de BAAR
- Enzimas Cardíacas
- Teste do Pezinho
- Hematologia
- Bioquímica
- Imunologia
- Testes Alérgicos
- Urinálise
- Parasitologia

C.C. 92/6

Paciente: EDIGLELSON ALVES
Médico Requisitante: DR. GAUDENCIO M. DE S. FILHO
Convênio: HOSPITAL REGIONAL DE PATOS

Idade: 26 ANOS
Data: 21/02/2018
Comanda: ---

COAGULOGRAMA

Material: Sangue e Plasma

TEMPO DE PROTROMBINA:

Resultado:

T.P. Paciente.....: 16 seg.

T.P. Controle.....: 14 seg.

Atividade.....: 85 %

Valores de Referência: T.P. Paciente: 11,2 A 15,0 seg. A. Enzimática: 70 a 100% Método: QUICK

INR:

Resultado.....: 1.40

Valores de Referência:

INR sem Anticoagulante: 0,0 - 1,2

INR uso Anticoagulante: 2,0 - 3,0

ROMBOPLASTINA PARCIAL ATIVADO:

Resultado:

T.T.P.A Paciente.....: 34 seg.

T.T.P.A Controle.....: 30 seg.

Valores de Referência:

TAP Paciente.....: 26 a 36 seg.

Todo teste laboratorial deve ser correlacionado com o quadro clínico do paciente, sem o qual a interpretação do resultado é apenas relativa.

Dr. Waldir Soares Ferreira
Bioquímico - Membro da Sociedade Brasileira de Microbiologia
SBM: 2305 - CRF-PB: 1854

Todo exame laboratorial deve ser avaliado em conjunto com a clínica do paciente para conclusão diagnóstica
Este laboratório participa do Controle de Qualidade promovido pela SBAC - Sociedade Brasileira de Análises Clínicas
Rua Bossuet Wanderley, 337 - Centro - Patos-PB - Tel.: (83) 9 99131408 e 34215469



Assinado eletronicamente por: JONAS GUEDES DE LIMA - 19/07/2018 18:50:41

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18071918490495500000015074494>

Número do documento: 18071918490495500000015074494



GOVERNO DA PARAÍBA
SUS - SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE



HOSPITAL REGIONAL "DEP. JANDUHY CARNEIRO"

LIMIDO ORTOPEDIA

Maíli Edicleson

ALVES BARBOSA que

se acidentou com

umoto no dia 18/02/13

quase FRATURA

OSSE DA PERNA

esquerda. foto

A FRATURA A

quase total - R

com fratura p.

[Handwritten signature]

Stênio Guy W. Araújo
CRM 1325 - CBO 223146
ORTOPEDIA / TRAUMATOLOGIA
CNS 206736107710000

Rua Horácio Nóbrega, S/N - Belo Horizonte
Tel.: (83) 3423-2741 - Patos - PB.

Rua Horácio Nóbrega, S/N - Belo Horizonte
Tel.: (83) 3423-2741 - Patos - PB.



HOSPITAL REGIONAL DE PATOS
"DEP. JANDUHY CARNEIRO"

R

W

M

18/02/13

M

P

foto

R

K

fratura p.

19

A

Araújo

223146

TRAUMATOLOGIA

07710000





CARLOS CHAGAS
Medicina Laboratorial

- Culturas em geral
- Micologia
- Líquidos Corporais
- Pesquisas de BAAR
- Enzimas Cardíacas
- Teste do Pezinho
- Hematologia
- Bioquímica
- Imunologia
- Testes Alérgicos
- Urinálise
- Parasitologia

Paciente: EDIGLELSON ALVES
Médico Requisitante: DR. GAUDÊNCIO M. DE S. FILHO
Convênio: HOSPITAL REGIONAL DE PATOS

Idade: 26 ANOS
Data: 21/02/2018
Comanda: ---

GLICEMIA DE JEJUM

Amostra: Soro
Método: Enzimático/ Automatizado


GLICEMIA DE JEJUM: 70 mg/dl

Valores de Referência:

0 a 1 mês: 40,0 a 110,0 mg/dL

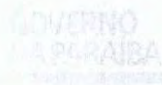
70,0 a 99,0 mg/dL

Todo teste laboratorial deve ser correlacionado com o quadro clínico do paciente, sem o qual a interpretação do resultado é apenas relativa.


Dr. Wald-Orleans Soares Ferreira
Bióquímico - Membro da Sociedade Brasileira de Microbiologia
SBM: 2305 - CRF-PB: 1854

Todo exame laboratorial deve ser avaliado em conjunto com a clínica do paciente para conclusão diagnóstica
Este laboratório participa do Controle de Qualidade promovido pela SBAC - Sociedade Brasileira de Análises Clínicas
Rua Bossuet Wanderley, 337 - Centro - Patos-PB - Tel.: (83) 9 99131408 e 34215469





ESTADO DA PARAIBA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE
HOSPITAL REGIONAL DE PATOS
DEP. JANDUHY CARNEIRO
LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS

Paciente: EDICLEBSON ALVES BARBOSA
Medico: MARCELO ALVES
Laboratorio: INTERNO
Enfermagem: AMARELA

9º/06
Nascimento: 07/10/1991 Idade: 26 Sexo: M
Cod. Pac.: 19629 Protocolo: 43586
20/03/2018 10:30:47
Leito: 10

HEMATOLOGIA

HEMOGRAMA

Material: SANGUE
Metodo: AUTOMATIZADO

SÉRIE VERMELHA

Hemócto: 4 940 000 /mm3
Hemoglobina: 15,2 g%
Hematócrito: 43,9 %
V.C.M.: 90,0 u3
H.C.M.: 31,0 pg
C.H.C.M.: 35,0 %
R.D.W.: 14,0 %

Masculino > 13 anos 4,4 - 6,1 milhões/mm3
Feminino > 13 anos 4,2 - 5,4 milhões/mm3

13,5 - 18,0 g%
40 - 54 %
80 - 98 u3
25 - 35 pg
31 - 36 %
11,5 a 14,5 %
11,5 - 16,0 g%
37 - 47 %
80 - 98 u3
25 - 35 pg
31 - 36 %
11,5 a 14,5 %

Observação Série Vermelha:

SÉRIE BRANCA

Leucócitos Totais 9.200

Maiores de 13 anos
4.000 a 10.000 /mm3

Neutrófilos	0	0	0	0
Linfócitos	0	0	0 a 1	0 a 100
Eosinófilos	0	0	0 a 5	0 a 500
Basófilos	0	0	0 a 1	0 a 100
Monócitos	5	460	2 a 10	80 a 1000
Segmentados	76	6992	40 a 70	1.600 a 7.000
Tipicos	17	1564	20 a 35	800 a 3.500
Atipicos	0	0		

Observação Série Branca:

CONTAGEM PLAQUETAS

Quantidade 241.000

Valores de Referência: 150.000 a 450.000

Morfologia

Método: AUTOMATIZADO

Livina Saldanha
Biomédica
CRM 5112



À

Lider Dos Consórcios do Seguro Dpvat.

Com cópias para:

SESEP – Superintendência de Seguros Privados (Órgão Fiscalizador)

CNPS – Conselho Nacional de Seguros privados (Órgão Normativo)

Referente: Análise e pagamento do seguro obrigatório DPVAT.

Vítima: Edicilson Alves Barbosa Sinistro: 3180236550

Prezados Senhores,

Na qualidade de beneficiário do seguro Obrigatório DPVAT, venho por meio desta solicitar o prosseguimento da análise de meu processo, haja visto que o mesmo encontra-se com pendência e sem movimentação por parte da Seguradora pelo seguinte motivo:

- **Declaração do proprietário/conductor do veículo, pelo fato da ocorrência ter sido registrada posteriormente ao acidente e/ou acidente envolvendo um único veículo.**

Motivo este que não justifica, uma vez que:

A lei Nº 6.194, de 19 DE DEZEMBRO DE 1974, que dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, as pessoas transportadoras ou não, nos seus artigos e parágrafos menciona:

“Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado”.

“§ 1º A Indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30(trinta) dias da entrega dos seguintes documentos: (Redação dada pela lei 11.482, de 2007).”

b) Prova das despesas efetuadas pela vítima com o seu atendimento por hospital, ambulatório ou médico assistente e registro da ocorrência no órgão policial competente no caso de danos pessoais.

“§ 4º Havendo dúvida quanto ao nexo de causa e efeito entre o acidente e as lesões, em caso de despesas médicas suplementares e invalidez permanente, poderá se acrescentado ao boletim de atendimento hospitalar relatório de internamento ou tratamento, se houver fornecimento pela rede hospitalar e previdenciária, mediante pedido verbal ou escrito, pelos interessados em formulário próprio da entidade fornecedora. (Incluído pela lei nº 8.441, de 1992).



"Art. 11. A sociedade seguradora que inferir as disposições desta lei estará sujeita às penalidades previstas no art. 108 do Decreto-Lei N 73, de 21 de novembro de 1996, de acordo com a gravidade da irregularidade, observado o disposto no art. 118 do referido Decreto-Lei. (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)."

Diante do exposto, me coloco a disposição para esclarecer evidências dúvidas acerca do acidente ocorrido, e que se a Seguradora tiver qualquer dúvida, que seja feita uma sindicância para verificar a veracidade dos documentos apresentados, uma vez que, o Seguro DPVAT trata-se de um Seguro de "cunho social", com o objetivo de amparar as vítimas e beneficiários que dele necessita. Por fim, com o objetivo de permitir o pedido de indenização do Seguro DPVAT, para então fazer a liberação da indenização do seguro obrigatório Dpvat.

Atenciosamente,

Local e data: Imaculada - PB; 25 / Junho / 2018

Edelson Alves Barbosa

ASSINATURA

RG: 7.563.917

CPF: 093.429.064-43



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA
COMARCA DE TEIXEIRA - ESTADO DA PARAÍBA**

-

-

Processo: 0800577-15.2018.8.15.0391

EDICLELSON ALVES BARBOSA, já qualificado(a) nos autos do processo em evidência, vem através de Vossa Excelência requerer:

I - Vem este causídico juntar aos autos **substabelecimento sem reserva** de poderes, do **DR. JONAS GUEDES DE LIMA**, inscrito na **OAB/PB 18.027**, para **ALBERTO LEITE DE SOUSA PIRES**, inscrito na **OAB/PB 17.997**, e **ARTHUR ALVES DE MEDEIROS**, inscrito na **OAB/PB 25.763**, bem como as intimações futuras sejam em nome destes, que a recebem em seu escritório na Rua Paulo Mendes, 16, Centro de Patos-PB.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Patos - PB, 08 de OUTUBRO de 2018

ALBERTO LEITE DE SOUSA PIRES

OAB/PB 17.997

ARTHUR ALVES DE MEDEIROS

OAB/PB. 25.763







GUEDES DE LIMA
• A D V O G A D O S •

SUBSTABELECIMENTO

JONAS GUEDES DE LIMA, brasileiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/PB 18.027, com escritório profissional na Rua Paulo Mendes, nº 16 Centro Patos – PB, mediante o presente instrumento, **SUBSTABELECE SEM RESERVAS IGUAIS**, à(o) **ALBERTO LEITE DE S. PIRES, OAB/PB 17.997 e ARTHUR ALVES DE MEDEIROS, na OAB/PB sob o nº 25.763**, os poderes consoante cláusula AD JUDITIA que foram conferidos por, Edicleison Alves Barbosa,
referente a Ação de Ordinária de Cobrança de DPVAT.

Patos-PB, 01 de outubro de 2018.

JONAS GUEDES DE LIMA

OAB/PB 18.027

OAB/RN 1.062-A





Poder Judiciário da Paraíba
Vara Única de Teixeira

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0800577-15.2018.8.15.0391

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de ação manejada por parte domiciliada em Imaculada-PB, Comarca de Água Branca, por advogado com escritório localizado em Patos-PB, em face da Seguradora Líder, sediada no Rio de Janeiro-RJ, tendo o acidente que originou a cobrança ocorrido igualmente na cidade de Imaculada-PB, **não havendo qualquer correlação com a presente comarca de Teixeira-PB.**

É o breve relato. Decido.

Há, efetivamente, incompetência deste juízo para apreciar o feito.

Como se depreende da própria petição inicial:

“DA COMPETÊNCIA

A parte demandante fez a escolha deste foro, tendo em vista o domicílio do autor e com base na Súmula 540 do STJ: "Na ação de cobrança do seguro DPVAT, constitui faculdade do autor escolher entre os foros do seu domicílio, do local do acidente ou ainda do domicílio do réu".

No caso dos autos, a ação deveria ser proposta ou no foro do domicílio do autor/local do acidente (ambos em Imaculada-PB, município integrante da Comarca de Água Branca-PB) ou do domicílio do réu (Rio de Janeiro-RJ), mas jamais em Teixeira-PB, que não guarda qualquer relação com os fatos ou domicílios/sede/filias das partes.



No caso em apreço, embora se trate de incompetência territorial, não há que se falar em incompetência relativa, mas absoluta, vez que **não guardando o feito qualquer relação com a Comarca, há clara violação do princípio do juiz natural da causa (art. 5º, LIII e XXXVII, CF), assumindo natureza absoluta.**

Assim, o processamento da presente ação nesta Comarca demandaria a expedição de cartas precatórias para a prática de atos indispensáveis à instrução, além da eventual limitação do direito de defesa do acionado e acesso à justiça, trazendo inegáveis prejuízos às partes.

Não bastasse isso, observa-se que a Súmula 33 do STJ, plenamente válida e respeitada por este juízo, parte do pressuposto da impossibilidade da declinação de ofício da incompetência relativa em respeito aos **interesses privados** que caracterizam tal espécie, *ratio* que não se coaduna quando se verifica manifesta violação a princípio constitucional e violação a claras regras objetivas de repartição de competência, vez que a escolha do juízo processante **deve recair obrigatoriamente dentre aqueles indicados pela legislação.**

Logo, não poderia esse juízo declarar-se de ofício incompetente quando fosse escolhida uma das faculdades legais, em respeito à súmula 33 do STJ e das previsões do NCPC, mas a escolha aleatória e inconstitucional de juízo, com violação ao princípio do juiz natural, deve ser declarada de ofício, sob pena de subversão de todo o regime legal de repartição de competências jurisdicionais.

Diante do exposto, declaro a incompetência absoluta desse juízo e declino a competência para a Vara Única da Comarca de Água Branca-PB, determinando a remessa dos autos ao Juízo competente.

Intime-se o autor. Decorrido o prazo recursal sem impugnação, remetam-se virtualmente os autos, consoante determinado supra.

Cumpra-se.

Teixeira/PB, 26 de fevereiro de 2020.

Carlos Gustavo Guimarães Albergaria Barreto



Juiz de Direito



ESTADO DA PARAÍBA

PODER JUDICIÁRIO

COMARCA DE TEIXEIRA-PB

CERTIDÃO

CERTIFICO, para os devidos fins que intimei o Dr. Jonas Guedes de Lima, da decisão nesta dta.

O referido é verdade e dou fé.

Teixeira-PB, 28 de fevereiro de 2020

Paulo Sérgio Carneiro

Técnico Judiciário

Mat. 471.376-1



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA
COMARCA DE TEIXEIRA – ESTADO DA PARAÍBA.**

Processo nº: 0800577-15.2018.815.0391

EDICLELSON ALVES BARBOSA, já qualificado nos autos em evidência, vêm, mui respeitosamente à presença de Vossa Excelência, informar que esta ciente da decisão, e requerer a desistência do prazo recursal para impugnação, portanto, o prosseguimento do feito.

Nestes termos,

Pede Deferimento.

Patos/PB, 02 de março de 2020.

ARTHUR ALVES DE MEDEIROS

OAB/PB 25.763

-





ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA
Vara Única de Teixeira

PROCESSO Nº 0800577-15.2018.8.15.0391

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
[Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito]

AUTOR: EDICLELSON ALVES BARBOSA
REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CARTA DE INTIMAÇÃO

De ordem do MM Juiz de Direito deste Juízo, em cumprimento ao despacho proferido nos autos da ação acima identificada, **INTIMO** Nome: Parte autora, por seu advogado, da remessa dos autos para a comarca de Água Branca/PB

TEIXEIRA-PB, 9 de junho de 2020.

JOSE ROMUALDO CANDIDO PEREIRA
Técnico Judiciário





ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA
Vara Única de Teixeira

PROCESSO Nº 0800577-15.2018.8.15.0391

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
[Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito]

AUTOR: EDICLELSON ALVES BARBOSA
REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CARTA DE INTIMAÇÃO

De ordem do MM Juiz de Direito deste Juízo, em cumprimento ao despacho proferido nos autos da ação acima identificada, **INTIMO** Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO D P V A T S . A .
Endereço: R SENADOR DANTAS, 74 5 andar, - de 58 ao fim - lado par, CENTRO, RIO DE JANEIRO - R J - C E P : 2 0 0 3 1 - 2 0 5
da remessa dos autos para a comarca de Água Branca/PB

TEIXEIRA-PB, 9 de junho de 2020.

JOSE ROMUALDO CANDIDO PEREIRA
Técnico Judiciário



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
Vara Única de Água Branca

Rua Projetada, S/N, Centro, ÁGUA BRANCA - PB - CEP: 58748-000 - ()

Processo: 0800577-15.2018.8.15.0391

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

[Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito]

AUTOR: EDICLELSON ALVES BARBOSA

Advogado do(a) AUTOR: JONAS GUEDES DE LIMA - PB18027

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DECISÃO

Vistos.

DEFIRO a gratuidade da justiça à parte autora.

Diante da improvável autocomposição nesta fase preliminar, deixo de designar audiência de conciliação.

1) **CITE-SE** a parte ré para contestar no prazo legal, sob pena de revelia, e para depositar em Juízo os honorários da Perita, sob pena de constrição via BACENJUD. Deverá com a contestação juntar os documentos que instruíram o procedimento administrativo, apresentar quesitos e recolher os honorários periciais.

2) Com a contestação, **INTIME-SE** a parte autora para impugnar a contestação no prazo de 15 dias úteis.



3) NOMEIO a médica perita Rosana Bezerra Duarte de Paiva, CRM/PB n.4183, cadastrada no TJPB/Convênio, e **FIXO** honorários no valor de R\$200,00 (duzentos reais) a serem pagos pela parte ré (Convênio n.015/2014).

4) OFICIE-SE a médica perita para realizar perícia, em conjunto com outros processos, na parte interditanda, devendo ser designada data com prazo mínimo de 30 (trinta) dias, diante da necessidade de intimação da parte a ser periciada e as providências de seu deslocamento (art. 156, §5º do CPC/2015). Conste o prazo de 15 (quinze) dias para encaminhar o relatório da perícia, a contar da sua realização. Anexem-se ao ofício os quesitos do Juízo e das partes.

Os quesitos do Juízo são os estabelecidos no Convênio.

4) Com a data da perícia, **INTIME-SE** pessoalmente a parte autora para realizá-la levando todos os exames, notas fiscais de remédios, atestados, documentos pessoais etc.

6) Com a entrega do laudo, **EXPEÇA-SE** alvará de levantamento dos honorários periciais em favor da Médica Perita e **INTIMEM-SE** as partes do laudo.

7) Por fim, **FAÇA-SE** conclusão para Sentença.

ÁGUA BRANCA/PB, data da assinatura digital.

Odilson de Moraes

Juiz de Direito em Substituição

(assinado mediante certificado digital)





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA

JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE ÁGUA BRANCA-PB

Fórum Conselheiro Luiz Nunes Alves, Sítio Serrote Alto, s/n – CEP 58748-000, Telefones: (83) 3481-1206 / 3481-1205.

CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO

Ação: Cobrança de Seguro Obrigatório.
Processo nº: 0800577-15.2018.8.15.0391.
Autor: Ediclelson Alves Barbosa.
Réu: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A.

Ilmo. Sr.:

Através da presente e de ordem do MM. Juiz de Direito desta comarca, **Cito** o(a) **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita sob o CNPJ de nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado na pessoa de seu responsável, com endereço na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP - 20031-205, por intermédio de seu representante legal, para os termos da Inicial. Ainda, **intimo** a mesma para depositar em Juízo os honorários da Perita, sob pena de constrição via BACENJUD. Deverá com a contestação juntar os documentos que instruíram o procedimento administrativo, apresentar quesitos e recolher os honorários periciais.

Água Branca-PB, 22 de junho de 2020.

Ellis Cleriston de Andrade Silva.
Técnico Judiciário, Matrícula nº 476.784-5



EM ANEXO





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE AGUA BRANCA/PB

PROCESSO: 08005771520188150391

AUSÊNCIA DE COBERTURA

SÚMULA 474 STJ: "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez."

SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado por seus advogados que esta subscrevem nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, que lhe promove **EDICLELSON ALVES BARBOSA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem, *mui* respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

CONTESTAÇÃO

Consoante às razões de fato e de direito que passa a expor

BREVE SÍNTESE DA DEMANDA

Alega a parte Autora em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico na data de **18/02/2018**, restando permanentemente inválida.

Destaca-se que a parte apenas procedeu com o registro na Delegacia de Polícia na data **26/03/2018**.

Após análise detida dos documentos apresentados, verificou-se a ausência de cobertura, vez que a parte autora **não restou inválida**, pressuposto necessário para o pagamento da indenização pleiteada.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Portanto, em que pese o requerimento da indenização na via administrativa, houve a NEGATIVA da Seguradora responsável pela regulação, haja vista, a ausência de sequelas.

A pretensão esposada na inicial não merece prosperar, visto que sua argumentação afigura-se totalmente contrária à orientação jurisprudencial traçada pelo Superior Tribunal de Justiça, bem como preceitua a legislação vigente sobre o DPVAT. É o que se demonstrará em seguida.

DO DESINTERESSE NA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PRELIMINAR DE CONCILIAÇÃO

A parte Autora sustenta que encontra-se inválida permanentemente devido as supostas lesões sofridas decorrentes de acidente de trânsito.

Acontece Exa., que toda documentação médica apresentada aos autos não corrobora com o alegado, pelo contrário comprova cabalmente que NÃO HÁ INVALIDEZ e/ou DEBILIDADE PERMANENTE, OU SEJA, NÃO HÁ COBERTURA DO SEGURO DPVAT.

Assim, a parte Autora, deixou de comprovar de maneira precisa que é portador de invalidez permanente, não fazendo jus à indenização referente ao Seguro Obrigatório DPVAT, desse modo, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação e visto não haver meios comprobatórios do alegado, devendo a demanda ser julgada improcedente, em consonância com o disposto no artigo 487, inciso I do Código de Processo Civil.

DO MÉRITO

DA AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML QUANTIFICANDO A LESÃO - ÔNUS DA PROVA DO AUTOR

Pode-se observar que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber a íntegra do teto indenizatório no que se refere à invalidez de caráter permanente, vez que não trouxe aos autos laudo do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar da indenização.

Com efeito, a parte Autora deixou de juntar aos autos o Laudo do Instituto Médico Legal, furtando-se de provar o percentual de invalidez e o grau de redução funcional do membro supostamente afetado, em inobservância ao art. 373, I, CPC¹.

Logo, tendo a parte autora deixado de comprovar suas alegações, impõe-se a improcedência total dos pedidos Autorais.

Caso este não seja o entendimento deste Douto Juízo, prossegue a Ré em suas argumentações apenas por amor ao debate.

¹“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. AUSÊNCIA DE PROVA DA INVALIDEZ PERMANENTE. LAUDO INDIRETO DO IML. INSUFICIÊNCIA. ÔNUS DA PROVA DO AUTOR. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. 1 - O pagamento de indenização com base no seguro obrigatório se restringe às hipóteses de morte da vítima ou de invalidez permanente, ainda que parcial, além da possibilidade de reembolso por despesas médicas que se fizerem necessárias em razão do acidente. 2 - Não se desincumbindo o Autor do ônus de comprovar a invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico, conforme exigem os artigos 5º da Lei 6.194/74 e 333, I, do Código de Processo Civil, deve ser julgado improcedente o pleito indenizatório.” (TJ-MG - AC: 10342120045667001 MG, Relator: José Marcos Vieira, Data de Julgamento: 13/03/2014, Câmaras Cíveis / 16ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 24/03/2014)



DO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO

DA INEXISTÊNCIA DE INVALIDEZ PERMANENTE

É incontroverso que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber o Seguro Obrigatório DPVAT no que se refere à cobertura de invalidez permanente, uma vez que o próprio laudo médico acostado nos autos pelo autor constata a ausência de lesões de caráter permanente.

Verifica-se, outrossim, que a parte autora ingressou com o requerimento administrativo, o qual foi negado pela Seguradora Reguladora, ante a ausência de lesões indenizáveis.

Frisa-se que nem todas as lesões ocasionadas por acidente automotor são passíveis de indenização, pois para caracterizar invalidez permanente passível de indenização imprescindível que haja perda definitiva ou redução da funcionalidade de um membro ou órgão, ou seja, quando a recuperação ou reabilitação da área afetada é dada como inviável, ao fim do tratamento médico.

Deste modo, a Lei 6194/74 considera invalidez permanente quando a funcionalidade do órgão ou membro é afetada integralmente ou em parte. Por essa razão, lesões meramente estéticas, temporárias, ou que de qualquer forma não venham acarretar comprometimento de órgão ou função, não serão passíveis de indenização. E é exatamente o caso dos autos.

Em análise ao processo administrativo e aos documentos médicos juntados pela própria parte autora, conclui-se que o acidente ocasionou ao autor lesões que não acarretaram incapacidade funcional ou para realização de atividades ordinárias, portanto, não são passíveis de indenização.

Assim, verificada a inexistência de invalidez permanente, deverá o pedido autoral ser julgado IMPROCEDENTE, nos termos do art. 487, I, CPC.

DA AUSÊNCIA DE COBERTURA

O seguro obrigatório DPVAT é regido pela Lei n.º 6.194/74, tendo sido alterada pela Lei n.º 11.945/09, e discute matéria referente à modalidade de seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não.

Assim, temos que o seguro DPVAT dá cobertura apenas às indenizações ocasionadas por morte, invalidez e reembolso de despesas de assistências médicas e suplementares, não tendo abrangência sobre qualquer outra indenização que não seja as especificadas na letra da lei.

Verifica-se, porém, que as provas produzidas nos autos, demonstram e comprovam o contrário do que alega o Autor, o **LAUDOS MÉDICOS** atestam que a lesão apresentada é apenas temporária/recuperável, o que, por certo, não pode ser considerada INVALIDEZ, não havendo previsão de cobertura pela Lei do DPVAT.

Vale ressaltar que o convenio/seguradoras é responsável apenas pelo pagamento das indenizações dispostas na Lei 11.945/09, não podendo ter interpretação extensiva a pretensões de cunho particular por parte do Autor, que não tenham qualquer ligação com a matéria em questão.

Conclui-se assim ser impossível juridicamente o pedido do Autor, e, por ser impossível juridicamente o pedido, requer que a presente demanda seja julgada **IMPROCEDENTE**.



DA APLICABILIDADE DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Com advento da Medida Provisória nº 451/08, convertida na Lei nº 11.945/2009, estabeleceu-se percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais, de modo que se impõe a graduação da lesão para fins indenizatórios.

Em continuidade, tem-se a aludida Lei prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, o que de certo deverá ser observado por esse Nobre Magistrado.

A referida inovação legal trouxe a figura da invalidez parcial incompleta. Portanto, para dirimir o percentual indenizável no caso concreto, é imprescindível a realização de prova pericial, ocasião em que se verificará se a lesão suportada pela parte autora é parcial incompleta, apontando sua respectiva repercussão geral².

No mesmo sentido, o Superior Tribunal de justiça editou a Súmula 474 pacificando o entendimento que no caso de invalidez a indenização do Seguro Obrigatório DPVAT deverá ser paga em conformidade com o grau da invalidez da vítima³.

Frisa-se que a Suprema Corte firmou posicionamento sobre a constitucionalidade da inovação legal trazida originariamente pela MP 451/08, conforme se verifica no julgamento da ADI 4627/DF.

Assim, para se chegar ao valor indenizável devido, na hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda; e

Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.

Evidente, pois, inexistir qualquer direito de indenização integral a parte Autora, devendo ser respeitada a proporcionalidade do grau de invalidez.

Sendo assim, na hipótese de condenação da seguradora, o valor indenizatório deverá ser apontado após a realização de perícia médica, constatando a extensão da lesão do autor, observando-se o método de cálculo apresentado.

DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Em relação aos juros de mora, o Colendo Superior Tribunal de justiça editou a Súmula nº 426 pacificando a incidência dos juros a partir da citação⁴.

²RECURSO CÍVEL. SEGURO DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO. i) EM CASO DE INVALIDEZ PARCIAL, O PAGAMENTO DO SEGURO DPVAT DEVE, POR IGUAL, OBSERVAR A RESPECTIVA PROPORCIONALIDADE. É VÁLIDA A UTILIZAÇÃO DE TABELA PARA REDUÇÃO PROPORCIONAL DA INDENIZAÇÃO A SER PAGA POR SEGURO DPVAT, EM SITUAÇÕES DE INVALIDEZ PARCIAL, AINDA QUE O ACIDENTE TENHA OCORRIDO ANTES DA LEI N.º 11.945/09. ii) INDENIZAÇÃO INDEVIDA. HIPÓTESE EM QUE A PARTE AUTORA NÃO FAZ JUS À COMPLEMENTAÇÃO DA INDENIZAÇÃO, POIS NÃO HOUE A DEMONSTRAÇÃO DE QUE A LESÃO SOFRIDA TENHA SIDO DE MAIOR GRAVIDADE DO QUE A INDENIZADA ADMINISTRATIVAMENTE. iii) APLICAÇÃO DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez. iv) RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.

³**Súmula 474 | Superior Tribunal de Justiça** “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”



Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação⁵

Assim sendo, na remota hipótese de condenação, requer que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação, bem como a correção monetária seja computada a partir do ajuizamento da presente ação.

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Observar-se que o parte autora litiga sob o pálio da Gratuidade de Justiça e, em caso de eventual condenação, os honorários advocatícios deverão ser limitados ao patamar **máximo** de 20% (vinte por cento), nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil.

Contudo, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, pelo que se amolda nos termos dos incisos I, II, III e IV do §2º art. 85, do Código de Processo Civil.

Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, requer que o pagamento dos honorários advocatícios seja arbitrado na monta de 10% (dez por cento), conforme supracitado.

CONCLUSÃO

Ante o exposto, reafirma o desinteresse na audiência de conciliação, conforme amplamente demonstrado no corpo da presente peça.

Em caso de eventual condenação, pugna a Ré, pela aplicação da tabela de quantificação da extensão da invalidez permanente, conforme preconiza a Sumula 474 do STJ.

Na remota hipótese de condenação, pugna-se para que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação válida e honorários advocatícios sejam limitados ao percentual máximo de 10% (dez por cento).

Requer, outrossim, a produção de prova documental suplementar e haja vista a necessidade de elucidar aspectos que contribuam com a veracidade dos fatos alegados na exordial requer o depoimento pessoal da vítima para que esclareça:

- Queira a vítima esclarecer a dinâmica do acidente, os veículos envolvidos e suas características, o membro ou segmento do corpo afetado e se houve encaminhamento ao hospital;
- Queira esclarecer se houve requerimento administrativo em razão do sinistro narrado na inicial ou outro sinistro;
- Se a vítima recebeu algum valor referente a este ou outro sinistro.

Requer a produção de prova pericial nos termos do Convênio de Nº015/2014 firmado entre este Egrégio Tribunal e a Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT. Assim, após a realização da perícia judicial, requer a intimação da Ré para realização do pagamento dos honorários periciais no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) em até 15 (quinze) dias.

⁴“SÚMULA N. 426: Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.”

⁵art. 1º. (...)

§2º Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação.



Para fins do exposto no artigo 106, inciso I, do Código de Processo Civil, requer que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua São José, nº 90, Grupo 810/812, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20010-020 e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome do patrono **Dr. SUELIO MOREIRA TORRES** inscrito sob o nº **15477 - OAB/PB**, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

AGUA BRANCA, 16 de junho de 2020.

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



QUESITOS DA RÉ

1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexo de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;

2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;

3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando a vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;

4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;

5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma sequela oriunda de circunstância anterior;

6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de sequelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;

7 - Considerando que a tabela inserida à Lei 11.945/09 em três casos faz distinção quando a vítima é acometida por lesão em ambos os membros, seria possível o Sr. Perito indicar adequadamente a média da lesão sofrida nos termos da tabela? Em caso positivo qual seria a gradação (10%, 25%, 50%, 75% ou 100%)?

- Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores;
- Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés;
- Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior;

8 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.

Por fim com fulcro no artigo 5º, LV, da Constituição Federal, requer que após a produção da prova pericial, seja aberto prazo para as partes se manifestarem sobre o laudo, a fim de que não se cause na demanda o cerceamento de defesa, frente ao princípio constitucional do devido processo legal.



TABELA DE GRADAÇÃO

Danos Corporais Previstos na Lei	Total (100%)	Intensa (75%)	Média (50%)	Leve (25%)	Residual (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	R\$ 13.500,00	R\$ 10.125,00	R\$ 6.750,00	R\$ 3.375,00	R\$ 1.350,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior					
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral					
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica					
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	R\$ 9.450,00	R\$ 7.087,50	R\$ 4.725,00	R\$ 2.362,50	R\$ 945,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	R\$ 6.750,00	R\$ 5.062,50	R\$ 3.375,00	R\$ 1.687,50	R\$ 675,00
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho					
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	R\$ 3.375,00	R\$ 2.531,25	R\$ 1.687,50	R\$ 843,75	R\$ 337,50
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo					
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral					
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	R\$ 1.350,00	R\$ 1.012,50	R\$ 675,00	R\$ 337,50	R\$ 135,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé					
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço					



SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/CE 27.954-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **SUELIO MOREIRA TORRES**, inscrito na **15477 - OAB/PB** os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **EDICLELSON ALVES BARBOSA**, em curso perante a **ÚNICA VARA CÍVEL** da comarca de **AGUA BRANCA**, nos autos do Processo nº 08005771520188150391.

Rio de Janeiro, 16 de junho de 2020.

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/PB 4246-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Rio de Janeiro, 04 de Julho de 2018

Aos Cuidados de: EDICLELSON ALVES BARBOSA

Nº Sinistro 3180236550
Vítima: EDICLELSON ALVES BARBOSA
Data do Acidente: 18/02/2018
Cobertura: INVALIDEZ
Procurador: EMMANOELA SATURNINA PEREIRA VASCONCELOS DE SOUZA ARAUJO

Assunto: NEGATIVA TÉCNICA - SEQUELA NÃO INDENIZÁVEL

Senhor(a),

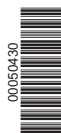
Após a análise dos documentos apresentados no seu pedido de indenização cadastrado sob o **número de sinistro 3180236550**, esclarecemos que não foram identificadas sequelas permanentes **cobertas pelo Seguro DPVAT** em razão do acidente ocorrido em **18/02/2018**. Por esse motivo, o seu pedido de indenização foi **negado**.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 00859/00860 - carta_05 - INVALIDEZ



Carta nº 13059391





AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE SINISTRO - CRÉDITO EM CONTA E REGISTRO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS PESSOA FÍSICA - CIRCULAR SUSEP 445/12

Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva)

INFORMAÇÕES PARA PREENCHIMENTO:

É necessário o preenchimento completo de todos os campos com os dados do **BENEFICIÁRIO** ou do **REPRESENTANTE LEGAL**, sem rasuras, para correta análise do seu pedido de indenização. Dados incompletos ou incorretos impedem o banco de creditar o pagamento.

A conta informada precisa ser de titularidade do **BENEFICIÁRIO** ou do **REPRESENTANTE LEGAL** e deve estar regularizada, ativa, desbloqueada e sem impedimento para o crédito de indenização/reembolso.

É obrigatório Representante Legal para:

Beneficiário entre 0 a 15 anos (pai, mãe, tutor) ou o Incapaz com curador. O formulário deverá ser preenchido com os dados do Representante Legal (Pai, Mãe, Tutor ou Curador). Apenas o Representante Legal precisará assinar o formulário (no campo 2 - "Assinatura do Representante Legal").

Beneficiário entre 16 e 17 anos - Necessário que o Beneficiário seja assistido por seu "Representante Legal" (Pai, Mãe, Tutor). O formulário deverá ser preenchido com os dados do beneficiário. Necessário que o formulário seja assinado pelo menor de idade (no campo 1 "Assinatura do Beneficiário") e seu Representante Legal (campo 2 "Assinatura do Representante legal").

Número do Sinistro ou ASL: CPF da Vítima: 093.429.064-43 Nome completo da vítima: Edicleison Alves Barbosa

DADOS DO RECEBEDOR DA INDENIZAÇÃO: BENEFICIÁRIO OU REPRESENTANTE LEGAL

Nome completo	<u>Edicleison Alves Barbosa</u>		CPF titular da conta	<u>093.429.064-43</u>	Profissão	<u>Agricultor</u>	
Endereço	<u>R. S. Serrinha</u>		Número	<u>S/N</u>	Complemento	<u>Casa</u>	
Bairro	<u>Área Rural</u>	Cidade	<u>Imaculada</u>	Estado	<u>PB</u>	CEP	<u>58745000</u>
Email	<u>emmanoela@hotmail.com.br</u>						
Telefone (DDD) (83) 3421-8003 (83) 9 9630-1658 (83) 9 9655-9484 (87) 9 9999-9976							

Declaro, sob as penas da lei e para fins de prova de residência junto a Seguradora Líder - DPVAT, residir no endereço acima. Segue, em anexo, cópia do comprovante de residência do endereço informado.

FAIXA DE RENDA MENSAL E DADOS BANCÁRIOS

☒ RECUSO INFORMAR ☒ SEM RENDA ☐ ATÉ R\$ 1.000,00 ☐ R\$ 1.001,00 ATÉ R\$ 3.000,00
☐ R\$ 3.001,00 ATÉ R\$ 5.000,00 ☐ R\$ 5.001,00 ATÉ R\$ 7.000,00 ☐ ACIMA DE R\$ 10.000,00

CONTA POUPANÇA (Somente para os bancos abaixo. Assinale uma opção)

☐ BRADESCO (237) ☐ BANCO DO BRASIL (001) ☐ ITAÚ (341)

☒ CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (104)

AGÊNCIA NRO. 0419 D/V. ☐ CONTA NRO. 00338971 D/V. 5
(Informar dígito se existir) (Informar dígito se existir)

☐ **CONTA CORRENTE** (todos os bancos)

BANCO Nome CAIXA ECONÔMICA FEDERAL NRO. 00338971
AGÊNCIA NRO. 0419 D/V. ☐ CONTA NRO. 00338971 D/V. 5
(Informar dígito se existir) (Informar dígito se existir)

Declaro que os dados bancários são de minha titularidade e, comprovada a cobertura securitária para o sinistro, autorizo a Seguradora Líder a efetuar o pagamento da indenização do Seguro DPVAT, mediante o crédito na referida agência e conta. Após efetivado o crédito, reconheço e dou plena quitação do valor indenizado.

Imaculada, PB 11 de Maio de 2018
Local e Data

Edicleison Alves Barbosa
Campo 1 - Assinatura do Beneficiário

Campo 2 - Assinatura do Representante Legal

FAPPF.001 V001/2017





GOVERNO DO ESTADO DA PARAIBA

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
16ª ÁREA INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA

DELEGACIA DE IMACULADA

Rua Francisco Moreira, s/n, Bela Vista, Imaculada/PB, 58.745-000.

CERTIDÃO

FIL JOSE ROMÃO LUSTOSA NETO, Agente de Investigação no uso de suas atribuições, em face do pedido verbal do SR. EDICLELSON ALVES BARBOSA, que encontra-se registrado na página 423, do LIVRO DE OCORRÊNCIAS Nº 06, o BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº 035/2018, com conteúdo conforme a seguir:

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº 035/2018

(LIVRO DE)

DELEGACIA DE POLÍCIA

- DE -

Imaculada - PB

DIA E HORA DA NOTICIA: DIA 26/MAR/2018, ÀS 10h17.

TIPO DE OCORRÊNCIA: ACIDENTE DE TRÂNSITO.

DATA DO FATO: DIA 18 DE FEVEREIRO DE 2018, POR VOLTA DAS 19H45.

LOCAL DA OCORRÊNCIA: EM VIA PÚBLICA, NA RODOVIA PB-306, NA ALTURA DO SÍTIO CABORÉ, ZONA RURAL DE IMACULADA/PB.

NOTIFICANTE: EDICLELSON ALVES BARBOSA, conhecido por KELSON, brasileiro, solteiro, agricultor, natural de Imaculada/PB, 26 anos, nascido aos 07/OUT/1991, filho de Angela Barbosa da Silva e Cecília Alves Barbosa, residente e domiciliada no sítio Serrinha, Zona Rural de Imaculada/PB, RG nº 7.563.917 SSP/SC.

VEÍCULO: MOTOCICLETA HONDA CG 150 TITAN KS, PRETA, ANO/MODELO 2007, MOTOR BAJA 1412 - SP, CHASSI Nº 9C2KC08107R112529, CÓDIGO RENAVAN Nº 27-000189, LICENCIADA EM NOME DE HANDERSON CAVALCANTE DE SOUSA, COM IPVA Nº 585.431.034-73.

HISTÓRICO: Nesta Delegacia, sob a supervisão do Delegado JULIO FERREIRA DE LIMA, o notificante DECLAROU QUE, no dia, hora e local informados, o notificante, seguiu em direção à condução do veículo acima descrito pela estrada do sítio Caboré, seguindo em direção à cidade de Imaculada/PB, quando, ao invadir a pista de rolamento, foi colhido por um veículo GM Corsa; QUE, com a colisão, o notificante teve fratura no fêmur da perna esquerda e outros cortes e escoriações pelo corpo; QUE, na ocasião deste acidente o notificante foi encaminhado para o Hospital Regional de Patos/PB, onde foi submetido a cirurgia e ficou internado por doze dias; QUE, o notificante ainda encontra-se incapacitado para as suas atividades laborais. Nada mais disse nem lhe foi perguntado. Declarações prestadas com base na Lei nº 136 de 29 de março de 1983 (Lei da Desburocratização). DECLARO AINDA SER CONHECEDOR DAS ATIVIDADES CÍVIS, ADMINISTRATIVAS E CRIMINAIS A QUE ESTAREI SUJEITO, CASO O QUANDO AQUI FOR PRECISADO NÃO PORTE ESTRITAMENTE A VERDADE (art. 299 do CPB - FALSIDADE IDEOLÓGICA).

x Ediclelson Alves Barbosa

Autentico a presente cópia, reprodução fiel do original apresentado. Em testemunho da verdade.

Patos-PB 21/05/2018 16:26:04

Diala de Souza Santos - Tabelião Substituto

118-000491 ENCL: 2, 37 FAPEN: R\$ 0,28 FEPJ: R\$ 0,47 ISS: R\$ 0,12

CO DIGITAL: AGY95184-B053

nfira a autenticidade em <https://selodigital.tjpb.jus.br>

Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 25/06/2020 12:49:58

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20062512495851300000030485624>

Número do documento: 20062512495851300000030485624



GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
1ª ÁREA INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA

DELEGACIA DE IMACULADA

Rua Francisco Moreira, s/n, Bela Vista, Imaculada/PB, 58.745-000.

...e achado conforme, vai devidamente assinado pelo notificante e por mim, Agente de Investigação que o digitei.

Imaculada/PB, 26 de MARÇO de 2018.

NOTIFICANTE: Edieleison Alves Barbosa

JOSE ROBERTO COSTA NETO
AGENTE DE INVESTIGAÇÃO
MAT. 158.531-1



ALDO XAVIER
3ª OFICINA DE NOTAS REGISTRAL E NOTAS MANEJO
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Autentico a presente cópia, reprodução fiel do original apresentado. Em testemunho da verdade.
Patos-PB 21/05/2018 16:26:56
Djalma de Souza Santos - Tabelião Substituto
(2018-008495) EPAL:R1 2,37 FARPEN:R1 0,28 FEPJ:R1 0,47 ISS:R1 0,12
SELO DIGITAL: AGY85185-LSZC
Confira a autenticidade em <https://selodigital.tjpb.jus.br>



Rio de Janeiro, 28 de Maio de 2018

Aos Cuidados de: **EDICLELSON ALVES BARBOSA**

Nº Sinistro: **3180236550**

Vítima: **EDICLELSON ALVES BARBOSA**

Data do Acidente: **18/02/2018**

Cobertura: **INVALIDEZ**

Procurador: **EMMANOELA SATURNINA PEREIRA VASCONCELOS DE SOUZA**

Assunto: AVISO DE SINISTRO

Senhor(a),

Informamos que o seu pedido de indenização foi cadastrado sob o **número de sinistro 3180236550**.

Esclarecemos que o valor para a cobertura de Invalidez Permanente é de **ATÉ R\$ 13.500,00**, apurado com base no grau da lesão permanente sofrida, conforme legislação vigente.

O prazo para análise do pedido de indenização é de **até 30 dias, a partir do recebimento pela seguradora de toda a documentação necessária**.

Sendo necessários documentos ou informações complementares, o prazo será interrompido. O prazo de 30 dias recomeça assim que a seguradora receber os documentos ou as informações complementares.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Carta nº 12878838

Pag. 00465/00466 - carta_01 - INVALIDEZ



Rio de Janeiro, 28 de Maio de 2018

Aos Cuidados de: EDICLELSON ALVES BARBOSA

Nº Sinistro: 3180236550
Vítima: EDICLELSON ALVES BARBOSA
Data do Acidente: 18/02/2018
Cobertura: INVALIDEZ
Procurador: EMMANOELA SATURNINA PEREIRA VASCONCELOS DE SOUZA

Assunto: EXIGÊNCIA DOCUMENTAL

Senhor(a),

Após a análise dos documentos apresentados no sinistro cadastrado sob o número **3180236550**, identificamos a necessidade de regularizar a documentação apresentada, conforme a seguir:

- Declaração do Proprietário do Veículo não conclusivo

A documentação deve ser entregue na **COMPREV SEGURADORA S/A**, onde o aviso de sinistro foi registrado, juntamente com cópia desta correspondência.

O prazo regulamentar de 30 dias para análise do pedido da indenização do Seguro DPVAT foi **interrompido** e terá sua contagem reiniciada a partir da entrega da documentação complementar na seguradora acima indicada.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 dias, a contar do recebimento desta correspondência, ou não haja qualquer manifestação sua por escrito neste prazo, **o seu pedido de indenização será negado por ausência de comprovação documental**. Providencie a documentação o quanto antes para comprovar o seu direito à indenização do Seguro DPVAT.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 00257/00258 - carta_03 - INVALIDEZ



00070129

Carta nº 12879018



PARECER DE ANÁLISE MÉDICA



DADOS DO SINISTRO

Número: 3180236550 **Cidade:** Imaculada **Natureza:** Invalidez Permanente
Vítima: EDICLELSON ALVES BARBOSA **Data do acidente:** 18/02/2018 **Seguradora:** CIA EXCELSIOR DE SEGUROS

PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

Data da análise: 04/07/2018

Valoração do IML: 0

Perícia médica: Não

Diagnóstico: FERIMENTO NA CABEÇA

Resultados terapêuticos: NÃO INFORMADO O TIPO DE TRATAMENTO REALIZADO.

Sequelas permanentes: SUTURA

Sequelas: Sequela não indenizável

Conduta mantida:

Quantificação das sequelas:

Documentos complementares:

Observações:

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
		Total	0 %	R\$ 0,00

PRESTADOR

VISÃO MÉDICA LTDA

Nome do médico: REGINALDO WANIS

CRM do médico: 52.43685-6

UF do CRM do médico: RJ

Assinatura do médico:



PROCURAÇÃO PARTICULAR

OUTORGANTE:

Nome: Ediclelson Alves Barbosa
Nacionalidade: Brasileiro Est. Civil: Solteiro
Profissão: Agricultor
Identidade: 7.563.917 CPF: 093.429.064-43
Endereço: Sítio Serrinha, S/N - Área Rural; Imaculada-PB

OUTORGADO:

Nome: Emmanoela Saturnina Pereira Vasconcelos de Souza Araújo
Nacionalidade: Brasileira Est. Civil: Casada Profissão: Empresária Identidade: 4.672.305
CPF: 029.848.084-01 Endereço: Rua Titico Gomes, 405 - Bairro: Bela Vista - CEP: 58704-460 - Patos-PB.

Pelo Presente Instrumento Particular de Procuração, nomeio e constituo meu bastante procurador o outorgado acima qualificado, a quem confio poderes especiais para representar-me perante a SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT e suas respectivas consorciadas, a fim de encaminhar o pedido de indenização referente ao Seguro Obrigatório - DPVAT, a ser creditada em conta de minha titularidade conforme ficha de Autorização de Pagamento, concedendo ao outorgado poderes para assinar, enviar e/ou requerer quaisquer documentos necessários junto as seguradoras consorciadas, hospital, delegacia, samu, bombeiro, incluindo receber informações sobre perícia médica e solicitar reagendamento, podendo substabelecer e praticar, enfim, todos os atos de direito permitidos para o fiel e perfeito cumprimento deste mandato, afim de requerer a indenização do Seguro Obrigatório-DPVAT para a vítima

Ediclelson Alves Barbosa

Imaculada-PB; 10 / Março / 2018

Local e data

Ediclelson Alves Barbosa

Assinatura do Outorgante
(reconhecer firma por autenticidade)

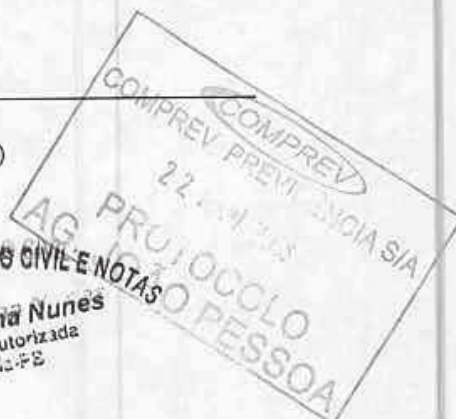
CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL E NOTAS
Rua Antº Caetano, S/N, Centro, Imaculada - PB

Reconheço, por autenticidade, a(s) firma(s) de:
EDICLELSON ALVES BARBOSA

Dou fé, Imaculada/PB - 19/03/2018
Escrevente: LIDIANA ROCHA NUNES
Selo Digital: AGQ90764-G2DT

Consulte a autenticidade em <https://selodigital.tjpb.jus.br>
Emol R\$9,23 Farpen R\$0,27 MP R\$0,15 Fepj R\$1,85

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL E NOTAS
Lidiana Rocha Nunes
Escrevente Autorizada
Imaculada-PB



HOSPITAL REGIONAL DEP JANDUHY CARNEIRO
RUA HORACIO NOBREGA, S/N
PATOS PARAIBA (83)3423-2741

Cód. Intern. 28734

Data/Hora 18/2/2018 22:22:56

Prontuario: 99969
Ocorrência: ACIDENTE DE TRANSITO (MOTOCICLETA)
Classif. Risco: VERDE Transporte: SAMU 192
Origem: VIA PUBLICA

Regulado: N

Servidor do Dr.:

Paciente EDICLELSON ALVES BARBOSA

Idade: 26 Gênero: HOMEM CIS

Filiação

Filiação I

CECILIA ALVES BARBOSA

Filiação II

ENOQUE BARBOSA DA SILVA

Endereço

Cidade: IMACULADA - PB - 58745-000 - 2508707
Endereço: SÍTIO SERRINHA
Bairro: ZONA RURAL
Naturalidade: IMACULADA - PB
Fone: (83)99626-5149

N.:

Documentos

CNS: 703-6010-7725-4338

Identidade:

CPF:

Reg. Nasc.:

Informações adicionais

Nascimento: 7/10/1991

Cor: BRANCA

Estado Civil: SOLTEIRO(A)

Profissão: AGRICULTOR(A)

Responsável:

ANAMNESE: (História da Moléstia atual, antecedentes pessoais, antecedentes hereditários)

Part - útero e anexos normais
sem - coar - @

EXAMES OBJETIVOS: (Inspeção geral, exame da região afetada, exame dos diversos aparelhos)

Ar + rad + digestiva
coar - @

EXAMES COMPLEMENTARES: (Raio X, laboratórios)

Exame de urina - @

Diagnóstico:

Motivo da Alta:

Resultado: () Saiu Curado () Melhorado () Falecido () Transferido Em. 01 / 03 / 18

Recepcionista: ISRAEL





GOVERNO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL REGIONAL DEP. JANDUHY CARNEIRO



REQUISIÇÃO DE PARECER

NOME: ADICLELSON ALVES BARBOSA

DA CLÍNICA _____ ENFERMARIA _____
A CLÍNICA BUCOMAXIL LEITO _____

MOTIVO DA CONSULTA:

(ESPECIFICAR OS DADOS SOBRE OS QUAIS DESEJA OPINIÃO
E NUMERAR OS PRINCIPAIS SINTOMAS DO ENFERMO)

DATA

ASSINATURA DO MÉDICO CONSULTANTE

PARECER:

PACIENTE VÍTIMA DE ACIDENTE DE MOTO,
APRESENTANDO FERIMENTO NA GLABELA,
SENDO SUBMETIDO A SUTURA. APRESENTA
FRATURA NASAL ALINHADA, AGUARDA AVALIAÇÃO
E CONDUZIDA PELA ORTOPEDIA, PARA POSTERIOR
REALIZAÇÃO PELA BUCOMAXIL.

PATOS - PB

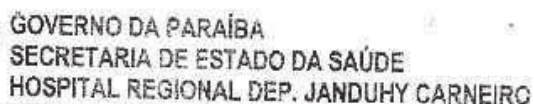
18/02/18

DATA

Dr. Allon de Moraes Cavalcanti
Cirurgião Buco-Maxilo-Facial
C.R.O. 2530

ASSINATURA DO MÉDICO ESPECIALISTA





NOME: Edelson, Anne

DA CLÍNICA Cirúrgica
A CLÍNICA Ortopédica

ENFERMARIA
LEITO

MOTIVO DA CONSULTA:

(ESPECIFICAR OS DADOS SOBRE OS QUAIS DESEJA OPINIÃO
E NUMERAR OS PRINCIPAIS SINTOMAS DO ENFERMO)

Featura en fenn

1810242.

DATA

Sonally Santos
Médica
Cirurgiã de Cabeça e Pescoço
CRM 716494

ASSINATURA DO MÉDICO CONSULTANTE

PARECER:

Don't put down the

Fraktion drücken die für
pro günde 1 m t

$Gd = \int \text{Time spent}$

— Magn. Regulata

— pre-operation

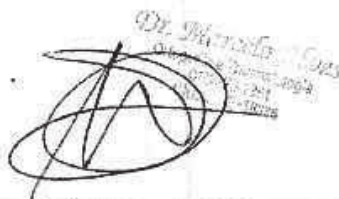
So who says

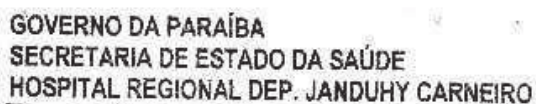
marriage & family & child dev

181212

DATA

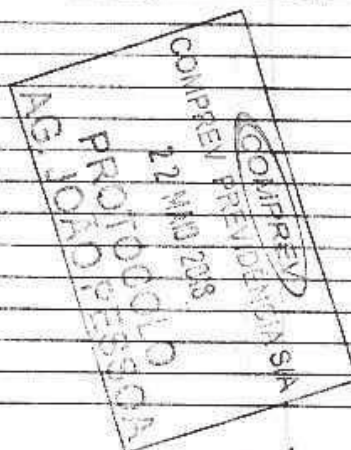
ASSINATURA DO MÉDICO ESPECIALISTA

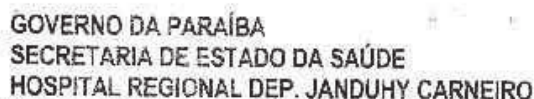




PACIENTE: *Edo R. Luna*

LEITO:
REG.: 999 69

[illegible]



Nome: <i>Ediclelson P. Barba</i>		Nº prontuário <i>99969</i>
Data da Cirurgia <i>18/02/13</i>	Enf.	Leito
Cirurgião <i>R. M. M. de S.</i>	1º Auxiliar	
Anestesista <i>R. Coutinho</i>	Tipo de Anestesia	
Diagnóstico Pré Operatório <i>fratura simples de fêmur</i>		
Tipo de Cirurgia <i>amputação de fêmur esquerdo a nível da tíbia</i>		
Diagnóstico Pós Operatório <i>a cura</i>		
Relatório Imediato do Patologista		
Exame Radiológico no Ato		
Acidente Durante a Cirurgia		

Via de Acesso - Tática e Técnica - Ligaduras - Drenagem - Sutura - Material Empregado - Aspectos Viscerais

1. - DDIS - Sol. anterior

2. - Anterior + colocar o corpo a


3. - Passagem a través esquelética no pó n.º 3.

4. - Anterior

5. - Través (4 kg).

7381



NOTA DE SALA - CIRURGIA GERAL					
PACIENTE: <i>Edicleide Alves Barbosa</i>					GOVERNO DA PARAIBA SECRETARIA DE SAÚDE  HOSPITAL REGIONAL DEP. JANDUHY CARNEIRO
DI.	LEITO	CONVÊNIO	IDADE	REGISTRO	
		<i>440</i>	<i>26</i>	<i>99969</i>	
CIRURGIA: <i>Tração esquelética na</i>		CIRURGIÃO: <i>Dr. Manoel Alves</i>			
ANESTESIA: <i>Raqui</i>		ANESTESISTA: <i>Dr. Gutemberg</i>			
INSTRUMENTADORA: <i>L</i>		DATA: <i>8.07.18</i>	INÍCIO: <i>13:30</i>	FIM:	

MATERIAL

QUANTIDADE	MATERIAL	QUANTIDADE	MATERIAL
	TX. de Instrumentador		Equipo p/ soro e sangue
	TX. Capnógrafo		Scalp
	TX. Bomba de Infusão	<i>11</i>	Luvas Est. p/ Procedimentos
	TX. Aplicação de Sangue		Lâmina de Bisturi
<i>1</i>	TX. Monitor Córdio-Respirador		Sonda de Foley
	TX. de Laser		Coletor de Urina
	TX. de Curativo		Seringa 1 ml
	TX. de Instalação S. Vesical		Seringa 3 ml
<i>1</i>	TX. Sala	<i>1</i>	Seringa 5 ml
	TX. Bisturi Elétrico		Seringa 10 ml
	TX. Aspirador Elétrico		Seringa 20 ml
<i>1</i>	TX. Oxímetro de Pulso	<i>12</i>	Eletrodos desc.
	Neocain <i>prata</i>		Atadura de Crepom 10cm
	Halotano		Atadura de Crepom 20cm
	Thionembutal		Atadura Gessada 10cm
	Quelicin		Sonda Uretral
	Pavulon		Sonda Nasogástrica
	Dorminid		Éter Sulfúrico
	Fentanil 0,05mg		Dreno Penrose <i>Dr. Gutemberg</i>
	Xilastésin a 5%		Dreno Sucção <i>h.35</i>
	Inoval		Dreno de Tórax
	Xilocaína a 2%	<i>1</i>	Esparradrapo
	Etodimide		Xilocaína Gel
	Ketalar	<i>1</i>	Álcool 70%
	Pubicovaina 0,5%	<i>1</i>	PVPi Tintura
	Dimorf	<i>1</i>	Gases
	Lanexat 0,5ml		Algodão Hidrófilo
	Nar. on		Algodão Ortopédico
	Forans		Cidex
	Sufenta		Vaselina Estéril
	Diazepam		Aguilha descartável
	Água destilada 10ml		Pastilha de Formol
	Prostigmino		Fio Cromado 0 c/ agulha
	Atropina		Fio Cromado 0 s/ agulha
	Adrenalina		Fio Cromado 1 c/ agulha
	Efortil		Fio Cromado 1 s/ agulha
	Cefalotina 19g		Fio Cromado 2-0 c/ agulha
<i>1</i>	Dixtal <i>ceftriaxona</i>		Fio Cromado 2-0 s/ agulha
	Plasil		Cat-gut simples 0 c/ agulha
	Dipirona		Cat-gut simples 0 s/ agulha
	Esparin 5000 VI		Cat-gut simples 2-0 c/ agulha
	Tilatil		Cat-gut simples 2-0 s/ agulha
	Amicacina 500mg		Cat-gut 2-0 p/ amigdalectomia
	Aguilha de Raque Descartável		Cat-gut simples 3-0 c/ agulha
	Abbocate 20 e 22		Polycot 0 c/ agulha
	Polycot 0 s/ agulha		Polycot 2-0 c/ agulha
	Polycot 2-0 s/ agulha		Polycot 3-0 c/ agulha
	Polycot 3-0 s/ agulha		Prolene 2-0 c/ agulha
	Prolene 0 c/ agulha		





HOSPITAL REGIONAL DEPUTADO JANDÚHY CARNEIRO
SECRETARIA DE SAÚDE

Hospital		Enfermaria	Leito	Nº Prontuário	
FOLHA DE ANESTESIA		Nome		Idade	Sexo
2012-07-20		GOLLEWSON ALVES		26	M
Pressão Arterial: Pulso	120x80	Respiração	Temperatura	Peso	Altura
Tipos Sanguíneos	Hemácias	Hemoglobina	Hematócrito	Glicemia	Ureia
Urina					
Ap. Respiratório		Asma		Bronquite	
Ap. Circulatório		Eletrocardiograma			
Ap. Digestivo		Dentes	Pescoço	Ap. Urinário	
Estado Mental		Anteriores	Corticoides	Alergia	Hipertensão
Diagnóstico Pré-Operatório		Estado Físico		Risco	
Anestesia Anteriores					
Verificação Pré-Anestésica		Aplicada à	Efeito		
23:00 23:30					
A. J. sites		INDUÇÃO			
02		Satisf. Excit. Tosses			
Líquido		Laríngeo Espasmo Lenta			
		Náuseas Vômitos			
		Outros			
C.O.D.I.G.C.		MANUTENÇÃO			
P.V. ARTERIAL, PULSO, RESPIRAÇÃO		Anestesia Satisf. Sim Não			
V.Z. ANESTESIA, OPERAÇÃO		Não, porque?			
280		DESPERTAR			
240		Reflexos na SO			
220		Obstr. CO2 Excit.			
200		Náuseas Vômitos			
180		Outros			
160		Com câmbio			
140		para o leito sim não			
120		CONDIÇÕES			
100					
80					
60					
40					
20					
Símbolos e Anotações		Câmbio			
Posição					
Agentes					
Técnica		MARQUIANESTESIA			
Operação					
Cirurgião		MARCELO ALVES			
Anestesiologista		GUTENBERG GOMES MA / CRM 8317			
Observações					
Anotar no verso, as complicações Pré-operatórias e Pós-operatórias					

COMPREV P. ANESTESIA
22 MAR 2018
AG. PROTOCOLOS
COMPREV P. ANESTESIA





GOVERNO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL REGIONAL DEP. JANDUHY CARNEIRO



REQUISIÇÃO DE PARECER

NOME:

Edicleison Alves Barbosa

DA CLÍNICA

Cirurgia

ENFERMARIA

9º

A CLÍNICA

cardiologia

LEITO

06

MOTIVO DA CONSULTA:

(ESPECIFICAR OS DADOS SOBRE OS QUAIS DESEJA OPINIÃO
E NUMERAR OS PRINCIPAIS SINTOMAS DO ENFERMO)

21.02.18

DATA

ASSINATURA DO MÉDICO CONSULTANTE

PARECER:

26 anos

Princ. queixa MIPT

AMB: NDN

MCO: NDN

Atorcia: 06cs

Av. RCR-2T.

ECG: Normal

Conclusões: Bando niss

21/02/18

DATA

ASSINATURA DO MÉDICO ESPECIALISTA

Dr. Fabrício da Silva Carneiro
Cardiologia - Internista
CRM-REC 11.046 / 1.000.000.000





RELATÓRIO DE CIRURGIA

Nome: <u>Eduilson Alves Borges</u>		Nº prontuário: <u>99969</u>
Data da Cirurgia: <u>27/02/08</u>	Enf.	Leito
Cirurgião: <u>A. José Soares</u>	1º Auxiliar: <u>A. Marcos Santos</u>	
Anestesiologista: <u>A. Augusta Lima</u>	Tipo de Anestesia:	
Diagnóstico Pré-Operatório: <u>Fratura proximal fêmur (C)</u>		
Tipo de Cirurgia: <u>Osteossíntese fêmur (C)</u>		
Diagnóstico Pós Operatório: <u>O MEIO</u>		
Relatório imediato do Patologista		
Exame Radiológico no Ato		
Acidente Durante a Cirurgia		


DESCRIÇÃO DA CIRURGIA

Via de Acesso – Tática e Técnica – Ligaduras – Drenagem – Sutura – Material Empregado – Aspectos Visoerats

- ① Port 20ml, sob GFE e anestesia
- ② Insuflação + colocação Carlos Limburgue
- ③ Incisão foveolateral coxa (C) + acesso ao fêmur
- ④ Redução do fratura + fixação com placa e parafusos
- ⑤ Limpeza do SFD, SFT + SFT + SFT

João H. Sussana Laureano
Ortopedia e Traumatologia



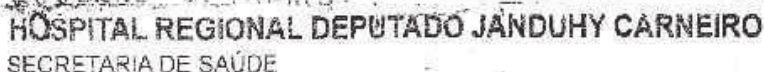
NOTA DE SALA - CIRURGIA GERAL				
PACIENTE: Edicleide da Silva Barbosa				GOVERNO DA PARAÍBA SECRETARIA DE SAÚDE  HOSPITAL REGIONAL DEP. JANDUHY CARNEIRO
2º	LEITO	CONVÊNIO	IDADE	
NSC	06	SUS	26	
REGISTRO: 99969				
CIRURGIÃO		CIRURGIÃO		
Tio cirurgia fêmea		João e Marcelo		
ANESTESIA		ANESTESISTA		
Rogério		Augusto		
POSTURAMENTADORA		DATA	INÍCIO	FIM
Liliane		27/02/18	16:30	

MATERIAL

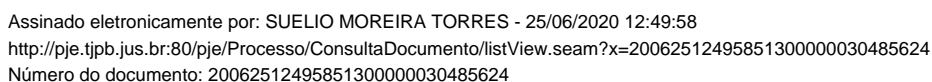
QUANTIDADE	MATERIAL	QUANTIDADE	MATERIAL
2	TX. de Instrumentador	1	Equipo p/ Soro e sangue
	TX. Capnógrafo		Scalp
	TX. Bomba de Infusão	1	Luvas Est. p/ Procedimentos
	TX. Aplicação de Sangue	1	Lâmina de Bisturi
1	TX. Monitor Cárdio-Respirador		Sonda de Foley
	TX. de Laser		Coletor de Urina
2	TX. de Curativo		Seringa 1 ml
	TX. de Instalação S. Vesical		Seringa 3 ml
1	TX. Sala	1	Seringa 6 ml
	TX. Bisturi Elétrico	1	Seringa 10 ml
	TX. Aspirador Elétrico		Seringa 20 ml
1	TX. Oxímetro de Pulso	1	Eletrodos desc.
	Neocain	1	Atadura de Crepom 10cm
	Halotano		Atadura de Crepom 20cm
	Thionembutol		Atadura Gessada 10cm
	Quelicin		Sonda Uretral
	Pavilon		Sonda Nasogástrica
1	Dominid		Éter Sulfúrico
	Fentanil 0,05mg		Dreno Penrose
	Xilastesin a 5%		Dreno Sucção
	Inoval		Dreno de Tórax
	Xilocalina a 2%	1	Esparadrapo
	Etodimide	1	Xilocalina Gel
	Ketalar	1	Alcool 70%
	Pubicovaina 0,5%	1	PVPI Tintura
1	Dimorf	1	Gases
	Lanexat 0,5ml		Algodão Hidrófilo
	Narcan		Algodão Ortopédico
	Forane		Cidex
	Sufenta		Vaselina Estéril
	Diazepam	1	Agulha descartável
1	Água destilada 10ml		Pastilha de Formol
	Prostigmine		Fio Cromado 0 c/ agulha
	Atropina		Fio Cromado 0 s/ agulha
	Adrenalina		Fio Cromado 1 c/ agulha
	Efortil		Fio Cromado 1 s/ agulha
1	Cefalotina 19g		Fio Cromado 2-0 c/ agulha
	Dixtal		Fio Cromado 2-0 s/ agulha
	Plasil		Cat-gut simples 0 c/ agulha
1	Dipirona		Cat-gut simples 0 s/ agulha
	Esparin 5000 VI		Cat-gut simples 2-0 c/ agulha
	Tilzif		Cat-gut simples 2-0 s/ agulha
	Amicacina 500mg		Cat-gut 2-0 p/ amigdalectomia
1	Agulha de Raque Descartável		Cat-gut simples 3-0 c/ agulha
	Abbocote 20 e 22 18		Polycot 0 c/ agulha
	Polycot 0 s/ agulha		Polycot 2-0 c/ agulha
	Polycot 2-0 s/ agulha		Polycot 3-0 c/ agulha
	Polycot 3-0 s/ agulha		Prolene 2-0 c/ agulha
	Prolene 0 c/ agulha	1	nylon 2.0

COMPREV PREVIDENÇA
22 MAR 2018
PROTOCOLO
DE PESSOAL





COMPREV
COMPREV PREVIDENCIA S/A
22 MAI 2013
PROTOCOLO
AG. 1040 PESSOA



26. avo

18 02 2018

22:55

F. M. V. C. S.



COMP. PREV. FRENTEIRA S/A
22 MAR 2018
PROTOCOLO
S. JOAO PESSOA





CARLOS CHAGAS
Medicina Laboratorial

- Culturas em geral
- Micologia
- Líquidos Corporais
- Pesquisas de BAAR
- Enzimas Cardíacas
- Teste do Pezinho
- Hematologia
- Bioquímica
- Imunologia
- Testes Alérgicos
- Urinálise
- Parasitologia

Paciente: EDIGLELSON ALVES

Médico Requisitante: DR. GAUDÊNCIO M. DE S. FILHO

Convênio: HOSPITAL REGIONAL DE PATOS

Idade: 26 ANOS

Data: 21/02/2018

Comanda: ---

GLICEMIA DE JEJUM

Amostra: Soro
Método: Enzimático/ Automatizado

GLICEMIA DE JEJUM: 70 mg/dL

Valores de Referência:

0 a 1 mês: 40,0 a 110,0 mg/dL

10,0 a 99,0 mg/dL

Todo teste laboratorial deve ser correlacionado com o quadro clínico do paciente, sem o qual a interpretação do resultado é apenas relativa.



Dr. Walt Osório Soares Ferreira
Bioquímico - Membro da Sociedade Brasileira de Microbiologia
SBM: 2305 - CRP-PB: 1854

Todo exame laboratorial deve ser avaliado em conjunto com a clínica do paciente para conclusão diagnóstica.
Este laboratório participa do Controle de Qualidade promovido pela SBAC - Sociedade Brasileira de Análises Clínicas
Rua Bossuet Wanderley, 337 - Centro - Patos-PB - Tel.: (83) 9 99131408 e 34215469



ESTADO DA PARAIBA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL REGIONAL DE PATOS
DEP. JANDUHY CARNEIRO
LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS

Paciente: EDIGLELSON ALVES Nascimento 07/10/1991 Idade: 26 Sexo: M
Médico: GAUDÊNCIO MENDES DE S. FILHO Cod. Pac.: 19640 Protocolo: 43601
Laboratório: INTERNO 21/02/2018 08:24:37
Especialidade: CLIN CIRURGICA Leito: 9/06

HEMATOLOGIA

MOGRAMA

Material: SANGUE
Metodo: AUTOMATIZADO

SÉRIE VERMELHA

		Masculino > 13 anos 4.4 - 5.1 milhões/mm ³	Feminino > 13 anos 4.2 - 5.4 milhões/mm ³
Eritrócitos	4.770.000 /mm ³		
Hemoglobina	4,5 g%	13,5 - 16,0 g%	11,5 - 15,0 g%
Hematócrito	42,3 %	40 - 54 %	37 - 47 %
V.C.M.	90,0 u3	80 - 95 u3	80 - 98 u3
H.C.M.	11,0 pg	25 - 35 pg	25 - 35 pg
H.C.M.C.	34,0 %	31 - 35 %	31 - 35 %
D.W.	3,6 %	1,6 - 14,5 %	11,5 - 14,5 %

Reserva Série Vermelha

SÉRIE BRANCA

		Maiores de 13 anos 4.000 a 10.000 /mm ³
Leucócitos Totais	7.500	
Neutrófilos	0	0
Linfócitos	0	0 a 100
Eosinófilos	0	0 a 5
Monócitos	0	0 a 500
Basófilos	0	0 a 1
Plaquetas		
Tipais	25	1875
Atípicas	0	0
Primitivas	5	375

Reserva Série Branca

CONTAGEM PLAQUETAS

Resultado: 205.000
Valores de Referência: 150.000 a 450.000

Morfologia

Método: AUTOMATIZADO





CARLOS CHAGAS
Medicina Laboratorial

- Culturas em geral
- Micologia
- Líquidos Corporais
- Pesquisas de BAAR
- Enzimas Cardíacas
- Teste do Pezinho
- Hematologia
- Bioquímica
- Imunologia
- Testes Alérgicos
- Urinálise
- Parasitologia

C.C. 92/6

Paciente: EDIGLELSON ALVES
Médico Requirante: DR. GAUDENCIO M. DE S. FILHO
Convênio: HOSPITAL REGIONAL DE PATOS

Idade: 26 ANOS
Data: 21/02/2018
Comanda: ---

COAGULOGRAMA

Material: Sangue e Plasma

TEMPO DE PROTROMBINA:

Resultado:

T.P. Paciente.....: 16 seg.

T.P. Controle.....: 14 seg.

Atividade.....: 85 %

Valores de Referência: T.P. Paciente: 11,2 a 15,0 seg. A. Enzimática: 70 a 100% Método: QUICK

INR:

Resultado.....: 1.40

Valores de Referência:

INR sem Anticoagulante: 0,0 - 1,2

INR uso Anticoagulante: 2,0 - 3,0

PROTROMBOPLASTINA PARCIAL ATIVADO:

Resultado:

T.T.P.A Paciente.....: 34 seg.

T.T.P.A Controle.....: 30 seg.

Valores de Referência:

TAP Paciente.....: 26 a 36 seg.

Todo teste laboratorial deve ser correlacionado com o quadro clínico do paciente, sem o qual a interpretação do resultado é apenas relativa.

COMPREV PREVIDENCIA S/A
22 MAR 2018
PROTOCOLO
13.10.10 PESSOA

Dr. Wald-Orlando Soares Ferreira
Bioquímico - Membro da Sociedade Brasileira de Microbiologia
SBM: 2305 - CRP-PB: 1954

Todo exame laboratorial deve ser avaliado em conjunto com a clínica do paciente para conclusão diagnóstica
Este laboratório participa do Controle de Qualidade promovido pela SBAC - Sociedade Brasileira de Análises Clínicas
Rua Bossuet Wanderley, 337 - Centro - Patos-PB - Tel.: (83) 9 99131408 e 34215469





GOVERNO DA PARAÍBA
SUS - SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
HOSPITAL REGIONAL "DEP. JANDUHY CARNEIRO"



LIVRO ORTOPÉDICO

MARLI EDICLÉSSON

ALVES BARBOSA QUE

se acidentou com
um carro no dia 18/02/13

quando FRANCHIN

OSCA DA PERNA

COPIADA PELA

A FRANCHIN A

GUARANTIA - 6

CONCESSIONÁRIA

STANISLAU W. ARAÚJO

CRM 1325 - 223148
ORTOPEDIA / TRAUMATOLOGIA
CNPJ 206739107710000

Rua Horácio Nobrega, S/N - Belo Horizonte
Tel.: (83) 3423-2741 - Patos - PB.



A

Líder Dos Consórcios do Seguro Dpvt.

Com cópias para:

SESEP – Superintendência de Seguros Privados (Órgão Fiscalizador)

CNPS – Conselho Nacional de Seguros privados (Órgão Normativo)

Referente: Análise e pagamento do seguro obrigatório DPVAT.

Vítima: Edicleison Alves Barbosa Sinistro: 3180236550

Prezados Senhores,

Na qualidade de beneficiário do seguro Obrigatório DPVAT, venho por meio desta solicitar o prosseguimento da análise de meu processo, haja visto que o mesmo encontra-se com pendência e sem movimentação por parte da Seguradora pelo seguinte motivo:

- Declaração do proprietário/conductor do veículo, pelo fato da ocorrência ter sido registrada posteriormente ao acidente e/ou acidente envolvendo um único veículo.

Motivo este que não justifica, uma vez que:

A lei Nº 6.194, de 19 DE DEZEMBRO DE 1974, que dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, as pessoas transportadoras ou não, nos seus artigos e parágrafos menciona:

"Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado".

"§ 1º A Indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30(trinta) dias da entrega dos seguintes documentos: (Redação dada pela lei 11.482, de 2007)."

b) Prova das despesas efetuadas pela vítima com o seu atendimento por hospital, ambulatório ou médico assistente e registro da ocorrência no órgão policial competente no caso de danos pessoais.

"§ 4º Havendo dúvida quanto ao nexo de causa e efeito entre o acidente e as lesões, em caso de despesas médicas suplementares e invalidez permanente, poderá se acrescentado ao boletim de atendimento hospitalar relatório de internamento ou tratamento, se houver fornecimento pela rede hospitalar e previdenciária, mediante pedido verbal ou escrito, pelos interessados em formulário próprio da entidade fornecedora. (Incluído pela lei nº 8.441, de 1992).



"Art. 11. A sociedade seguradora que infringir as disposições desta lei estará sujeita às penalidades previstas no art. 108 do Decreto-Lei N 73, de 21 de novembro de 1996, de acordo com a gravidade da irregularidade, observado o disposto no art. 118 do referido Decreto-Lei. (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)."

Diante do exposto, me coloco a disposição para esclarecer evidências dúbidas acerca do acidente ocorrido, o que se a Seguradora tiver qualquer dúvida, que seja feita uma sindicância para verificar a veracidade dos documentos apresentados, uma vez que, o Seguro DPVAT trata-se de um Seguro de "cunho social", com o objetivo de amparar as vítimas e beneficiários que dele necessita. Por fim, com o objetivo de permitir o pedido de indenização do Seguro DPVAT, para então fazer a liberação da indenização do seguro obrigatório Dpvat.

Atenciosamente,

Local e data: Imaculada - PB; 25 / Junho / 2018

Edilson Alves Barbosa

ASSINATURA

RG: 7.563.917

CPF: 093.429.064-43



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETRAN - SP Nº 8188850940

CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

VIA 1 910265186 2010

HANDERSON CAVALCANTE DE SOUSA

08543103479 DXJ7412

DXJ7412/SP 9C2KC08107R112529

HONDA/CG 150 TITAN KS 2007 2007

2L/0149CC PARTIC. PRETA

SEM RESERVA

ITUPEVA 08/12/2010

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETRAN - SP Nº 8188850940

CERTIFICADO DE REGISTRO DE VEÍCULO

VIA 1 910265186 2010

HANDERSON CAVALCANTE DE SOUSA

ROD MARIO TONOLI 8003

SA 9 MORRO ALTO 13295

08543103479 DXJ7412

JOSE ROBERTO PEREIRA SILVA

DXJ7412/SP 9C2KC08107R112529

HONDA/CG 150 TITAN KS 2007 2007

2L/0149CC PARTIC. PRETA

SEM RESERVA

ITUPEVA 08/12/2010

PROTÓCOLO

22 MAR 2011

RECEBIMOS

DETRAN - SP

RECEBIMOS

DETRAN - SP

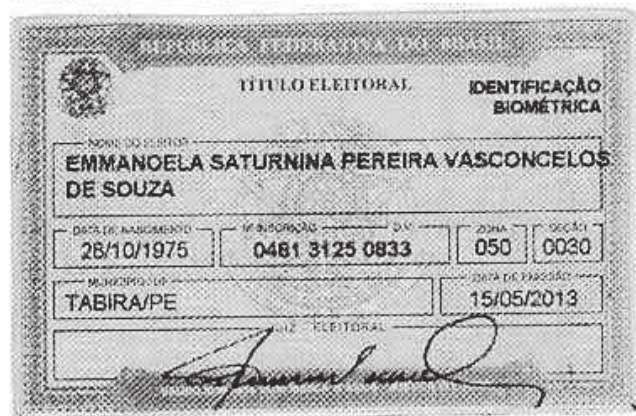


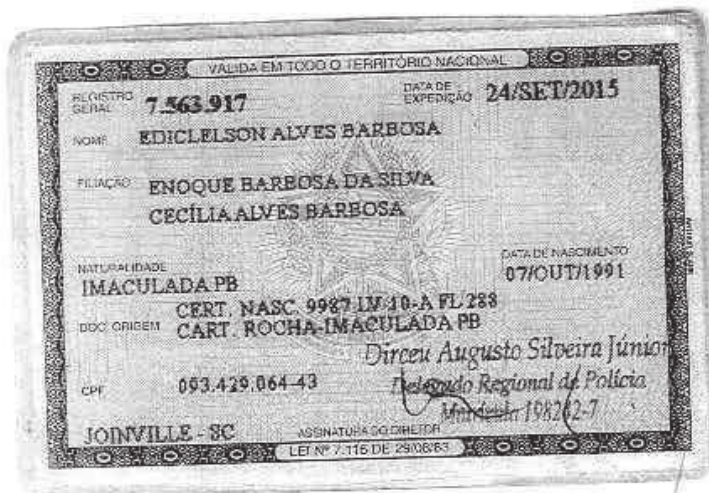
Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 25/06/2020 12:49:58

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20062512495851300000030485624>

Número do documento: 20062512495851300000030485624

Num. 31796119 - Pág. 28





DECLARAÇÃO DE PREVENÇÃO A LAVAGEM DE DINHEIRO
CIRCULAR SUSEP 445/12

Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva)

INFORMAÇÕES IMPORTANTES:

O preenchimento deste Formulário é parte integrante do processo de liquidação de sinistro, conforme estabelece a Circular número 445/12, disponível no endereço eletrônico:

<http://www2.SUSEP.GOV.BR/BIBLIOTECASWEB/DOCORIGINAL.ASPX?TIPO=1&CODIGO=29636>

A Circular SUSEP¹ nº 445/12, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as Seguradoras são obrigadas a constituir cadastro das pessoas envolvidas no pagamento de indenizações. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações acerca da profissão e da faixa de renda mensal, além da respectiva documentação comprobatória.

A recusa em fornecer as informações de **profissão e renda**, neste formulário, não impede o pagamento da indenização do Seguro DPVAT, contudo, por determinação da referida Circular, **esta recusa é passível de comunicação ao COAF²**.

¹ Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, órgão responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro, previdência privada aberta, capitalização e resseguro.

² Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, órgão integrante da estrutura do Ministério da Fazenda, tem por finalidade disciplinar, aplicar penas administrativas, receber, examinar e identificar as ocorrências suspeitas de atividades ilícitas previstas na Lei nº9.613/98.

Pelo exposto, eu EMMANOELA S. P. V. DE SOUZA ARAÚJO inscrito (a) no CPF 029.848.084 / 01
na qualidade de Procurador (a) / Intermediário (a) do Beneficiário Edicleison Alves Barbosa inscrito
(a) no CPF sob o Nº 093.429.064/43, do sinistro de DPVAT cobertura Invalidez da Vítima
Edicleison Alves Barbosa, inscrito (a) no CPF sob o Nº 093.429.064/43, conforme
determinação da Circular Susep 445/12:

☐ Declaro Profissão: RECUSO-ME Renda: RECUSO-ME e apresento os documentos comprobatórios:

RG, CPF, TÍTULO ELEITORAL, CERTIDÃO DE CASAMENTO, CARTEIRA DE TRABALHO.

☐ Recuso informar

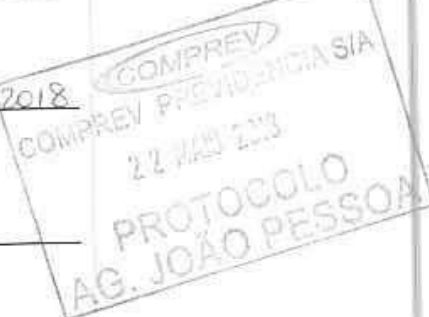
Declaro ainda, sob as penas da lei e para fins de prova de residência junto a Seguradora Líder-DPVAT, residir no endereço abaixo, anexando a cópia do comprovante de residência do endereço informado.

Estou ciente de que a falsidade da presente declaração implicará na sanção penal prevista no art. 299 do Código Penal.

Endereço		Número	Complemento
RUA TITICO GOMES		405	Casa
Bairro	Cidade	Estado	CEP
BELA VISTA	PATOS	PARAIBA	58706-460
Email	Telefone comercial(DDD)	Telefone celular (DDD)	
emmanoela@hotmail.com.br	(83) 3421-8003	(83) 9 9655-8484	

Patos - PB, 11 de Maio de 2018
Local e Data

[Assinatura]
Assinatura do Declarante



DLDR1.001 V001/2017



REMETENTE



Você, sem fronteiras.

Falata
Número da Fatura: 1309320532
T10 Celular S.A.
Av. Presidente Epitácio Pessoa, 3160 - Fl. 6 João Pessoa
PB 58704-460 - PB



DESTINATÁRIO



CITIO RECIFE PE 01/11/2011
EMMANOELA S P V DE S ARAUJO 02984208401
R TITICO GOMES, 405
BELA VISTA
58704-460 - PATOS - PB



7214046713 18320 00000000010 20 221113

T.J.M. é marca dos serviços de telecomunicações





PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU 192

FICHA DE REGULAÇÃO MÉDICA / ATENDIMENTO USB: 13

FICHA DE REGULAÇÃO MÉDICA / ATENDIMENTO USB: 13

DATA	22/03/2018	OCCORRÊNCIA Nº	153	PACIENTE / USUÁRIO	EDICLEISON ALVES BARBOSA	SEXO	MASC	FEIA
LOCAL DA OCORRÊNCIA	153 - 3º DEPTO INTERIORES	PMI	RESGATE	RESGATE PRF	MÉDICO REGULADOR	153 - 3º DEPTO INTERIORES		
237% - SOCORRIDOS POR TERCEIROS	<input type="checkbox"/>	RECUSSO ATENDIMENTO	<input type="checkbox"/>	SOCORRIDO PELO BOMBEIRO	<input type="checkbox"/>	LOCAL NÃO ENCONTRADO	<input type="checkbox"/>	OUTRO: <input type="checkbox"/>
ACIDENTE DE TRÂNSITO	<input type="checkbox"/>	PEDIÁTRICO	<input type="checkbox"/>	AIDS	<input type="checkbox"/>	DOENÇA MENTAL	<input type="checkbox"/>	
AGRESSÃO	<input type="checkbox"/>	PSIQUIÁTRICO	<input type="checkbox"/>	ALCOOLISMO	<input type="checkbox"/>	DOENÇA RENAL	<input type="checkbox"/>	
CLÍNICO	<input type="checkbox"/>	QUASE AFOGAMENTO/AFOGAMENTO	<input type="checkbox"/>	AVC	<input type="checkbox"/>	DOENÇA	<input type="checkbox"/>	
DESBALANÇO/SOTERRAMENTO	<input type="checkbox"/>	QUEDA	<input type="checkbox"/>	CIRURGIAS REALIZADAS	<input type="checkbox"/>	HIPERTENSÃO ARTERIAL	<input type="checkbox"/>	
ELETROCUSSÃO	<input type="checkbox"/>	QUEIMADURAS	<input type="checkbox"/>	CONVULSÕES	<input type="checkbox"/>	INTERMENTAMENTO ANTERIORES	<input type="checkbox"/>	
F.A.B.	<input type="checkbox"/>	OUTROS	<input type="checkbox"/>	DIABETES	<input type="checkbox"/>	MEDICAMENTOS	<input type="checkbox"/>	
P.A.F.P. A.F.	<input type="checkbox"/>	TRANSFERÊNCIA	<input type="checkbox"/>	DOENÇA CARDÍACA	<input type="checkbox"/>	PROBLEMAS RESPIRATÓRIOS	<input type="checkbox"/>	
GINECO-OBSTÉTRICO	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	DOENÇA INFECTO-CONTAGIOSA	<input type="checkbox"/>	OUTROS	<input type="checkbox"/>	
SOES TÉCNICAS	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	
RESPONSÁVEL:				FUNÇÃO: <u>MÉDICO</u>				
RESPONSÁVEL: <u>WAP</u>				Assinatura: <u>Donalys Santos</u> Cargo: <u>Coordenador de Emergência</u>				
APÓIO DIAGNÓSTICO				TRANSFERÊNCIA SIMPLES <input type="checkbox"/> TRANSFERÊNCIA COMPLEXA <input type="checkbox"/>				
OUTRO:								

RESPONSÁVEL: _____

ADVIS VTT-418

VIA: ☐ LIVRE ☐ OBSTRUÍDA / RESPIRAÇÃO: ☐ >30pm ☐ <30pm / PULSO RADIAL: ☐ Presente ☐ Ausente / PA: ☐ >90mm Hg ☐ <90mm Hg

VAL: 130 x 80 FC: 73 FR: _____ TEMP: _____ °C - GLUCEMIA: _____ mg/dl - E. Com a: _____ SatO₂: 92

IDENTIFICAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM:

CLÍNICO DE ENFERMAGEM:

☐ Anestesia ☐ Causado Aduativa Intracranial Diminuida ☐ Comunicação verbal prejudicada ☐ Confusão aguda ☒ Desambiguação prejudicada

Défice cardíaco diminuído ☐ Descoberto prejudicada ☐ Distensão subdura ☐ Dor aguda ☐ Hipertensão ☐ Integridade da pele prejudicada

Perturbação tissular prejudicada ☐ Medo ☐ Incontinência à atividade ☐ Mucosa oral prejudicada ☐ Período respiratório eficaz

Perturbação tissular cardíaca ☐ Perturbação Tissular Cardiorrespiratória ☐ Perturbação Tissular Sensorial prejudicada ☐ Período tussililar renal

Perturbação térmica prejudicada ☐ Troca de Gases Prejudicada ☐ Ventilação Espontânea Prejudicada ☐ Volume de Líquidos deficientes

Perturbação Bacteriana ☐ Náuseas ☐ Retenção urinária ☐ Percepção sensorial perturbada ☐ Incontinência fecal

Eliminação urinária prejudicada ☐ Constipação

TECHNICAL

QUAL O SEU ENFERMEIRO:

[illegible]

ENOQUE BARBOSA DA SILVA
SIT SERRINHA, S/N - ARRA RURAL
IMACULADA/ PB CEP: 59745000 (AG: 103)



Emissão: 26/01/2018 Referência: Jan/2018
Classe/Subclasse: RESIDENCIAL/RESIDENCIAL MONOFÁSICO
Rômetro: 17 - 143 - 873 - 1100 Nº medidor: 00001214731

ENERGISA PARÁIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
R. 230, Km 26 - Cristo Redentor - João Pessoa/PB - CEP 58071-690
CNPJ 09.086.183/0001-40 - Ins. Est. 16.018.829-0

Nº de Fatura: 501285873-4
Cód. para Débito Automático: 0001285873-4

Atendimento ao Cliente ENERGISA **0800 083 0196** Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a	Apresentação	Data prevista da próxima leitura	CPF/CNPJ/RANI
Jan / 2018	26/01/2018	27/02/2018	97945714404 Ins. Est.

UC (Unidade Consumidora): 5/1285873-4

Canal de contato
- Compartilhe sua energia conosco também nas redes sociais. Estamos presentes no Facebook, no Orkut, no e no Twitter (@energisa). Sempre que a energia der defeito, queiramos saber para resolvermos!

Anterior	Atual	Constante	Consumo	Dias
Data: 26/12/17 Leitura: 5483	Data: 26/01/18 Leitura: 9541	1	58	29

CC	Descrição	Quantidade	Unidade	Valor Baseado em: (R\$)	Baseado em: (R\$)	Cálculo: (R\$)
DEC1	Consumo em kWh	58,000	kWh	41,45	41,45	2,55
DEC2	Adic. B Vermelha	0,28	0,16	25	0,00	0,28
DEC7	CONTRIBUIÇÃO PÚBLICA	5,44	0,00	0	0,00	0,00

CC	Código de Classificação do Item	TOTAL	47,15	41,71	10,42	41,71	0,43	1,96
----	---------------------------------	-------	-------	-------	-------	-------	------	------

Média últimos meses (kWh): **VENCIMENTO 02/02/2018 TOTAL A PAGAR R\$ 47,15**

Histórico de Consumo (kWh)	Jan/17	Fev/17	Mar/17	Abr/17	Mai/17	Jun/17	Jul/17	Ago/17	Sep/17	Out/17	Nov/17	Dez/17
	49	48	25	27	84	32	49	60	61	80	84	1,50

2ab1 54a3 c780 9439 f962.1fe4.e434 0b0a

Indicadores de Qualidade				Composição do Consumo	
Dimensão	Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)	Discriminação	Valor (R\$)
DIMENSIONAL	35,00	0,00	NOMINAL	Serviços de Dist. da Energisa PB	11,95
DIMENSIONAL	6,00	0,00	NOMINAL	Compra de Energia	2,07
DIMENSIONAL	7,82	0,00	NOMINAL	Serviço de Transmissão	1,70
DIMENSIONAL	15,34	0,00	NOMINAL	Impostos e Encargos	3,06
DIMENSIONAL	21,25	0,00	NOMINAL	Impostos Diretos e Encargos	18,21
DIMENSIONAL	6,29	0,00	NOMINAL	Outros Serviços	0,00
DIMENSIONAL	18,80	0,00	NOMINAL	Total	47,15

ATENÇÃO Faturas em atraso

COMPREV
COMPREV PREVIDENCIA S/A
22 MAR 2018
PROTOCOLLO
AG. JOÃO PESSOA



**DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - CIRCULAR SUSEP 445/12**

Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 0221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva e de fala)

INFORMAÇÕES PARA PREENCHIMENTO:

É necessário o preenchimento completo de todos os campos com os dados da VÍTIMA e do seu REPRESENTANTE LEGAL* (caso seja aplicável) sem rasuras. O Representante Legal* é obrigatório para os seguintes casos:

Casos com vítima entre 0 a 15 anos – O Representante Legal é representado pelo pai, mãe ou tutor. Apenas o Representante deverá assinar a declaração no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal");

Casos com vítima entre 16 e 17 anos – Neste caso, é necessário que a vítima seja assistida por um Representante Legal (pai, mãe ou tutor). O formulário deverá ser assinado pela vítima menor de idade no campo 1 ("Assinatura da Vítima") e também por seu Representante Legal no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal").

Casos com vítima interditada com curador – Neste caso, em específico, apenas o Representante Legal deverá assinar a declaração no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal").

Nome Completo da Vítima

Edicilson Alves Barbosa

CPF da Vítima

093.429.064-43

Data do Acidente

18 / 02 / 2018

REPRESENTANTE LEGAL DA VÍTIMA

Nome completo do Representante Legal

CPF do Representante legal

Email

emmanoela@hotmail.com.br

Telefone (DDD): (83) 3421-8003
(83) 9 9655-9484
(87) 9 9999-9976

Declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

Assinalar uma das opções abaixo:

- ☒ Não há estabelecimento do IML que atenda a região do acidente ou da minha residência; ou
- ☐ O estabelecimento do IML que atende a região do acidente ou da minha residência não realiza perícias para fins de prova do Seguro DPVAT; ou
- ☐ O estabelecimento do IML que atende a região do acidente ou da minha residência realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do respectivo pedido.

Com o objetivo de permitir o exame do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, para a cobertura de invalidez permanente causada diretamente por veículo automotor de via terrestre, solicito que esta declaração permita o prosseguimento da análise da minha documentação sem a apresentação do laudo do Instituto Médico Legal-IML, concordando, desde já, em me submeter à perícia médica às custas da Seguradora Líder DPVAT para a correta avaliação da existência e aferição do grau da lesão, ou lesões, para os fins do §1º do art. 3º da Lei nº 6.194/74.

Declaro ainda estar ciente de que a autorização para a realização dessa perícia não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de contestá-la, caso discorde do seu conteúdo.

Imaculada, PB, 11 de Maio de 2018

Local e Data

Edicilson Alves Barbosa

Campo 1 - Assinatura do Beneficiário

Campo 2 - Assinatura do Representante Legal

DALI.001 V001/2017





NIKE (DA SEDE OU DA FILIAL) QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF

33.3.0028479-6

Time Budgets

Sociedade anônima

Boite Environnement

Normal

Nº do Protocolo

00-2018/017153-4

26/01/2018 - 10:52:13

JUCERJA

Último Argumento

0000313101 - 18/12/2017

NWRE: 33.3.0028479-6

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Boleto(s): 102595004

Hash: ECC52023-D73D-4232-8033-7CC9943DA9D8

Órgão	Calculado	Pago
Junta	570,00	570,00
DREI	21,00	21,00



REQUERIMIENTO

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

[illegible]

Representante legal da empresa

Local	Nome:	
	Assinatura:	
	Telefone de contato:	
Data	E-mail:	
	Tipo de documento:	Híbrido
	Data de criação:	24/01/2018
	Data da 1ª entrada:	



00-2018/017153-4

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-5 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149058 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD69743867A48220CFDE4B56AFAD5E0CF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

Page 2/13



JUCEFUTIA
an online digital library



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 25/06/2020 12:49:59

<http://pje.tibb.ius.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20062512495899300000030485926>

Número do documento: 20062512495899300000030485926

Num. 31796123 - Pág. 1

**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

1. DATA, HORA E LOCAL: Aos 14 (quatorze) dias do mês de dezembro de 2017, às 10 horas, na Rua da Assembleia, nº 100 - 26º andar – Sala de Reunião do Conselho de Administração, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

2. CONVOCAÇÃO: Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 07 de dezembro de 2017.

3. PRESENÇA: Presentes os conselheiros titulares: Roberto Barroso, Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre, Rosana Techima Salsano, Ivan Luiz Gontijo Júnior, Alfredo Lalia Neto, Marcelo Goldman, Bernardo Dieckmann, João Gilberto Possiede, Nicolás Jesus Di Salvo, Paulo de Oliveira Medeiros, João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo e Paulo Augusto Freitas de Souza, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia. Presentes, ainda, os conselheiros suplentes Leonardo F. Semenovitch, Sidney Aparecido Pariz, Anderson Fernandes Peixoto e Maurício Bernardes, que, por força da presença dos respectivos Conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias da ordem do dia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia.

4. MESA: Presidente: Roberto Barroso; Secretária: Isabella Maria Azevedo da Cunha.

5. ORDEM DO DIA: deliberar sobre:

- (i) reeleição de Diretores Estatutários; e
- (ii) eleição de membro para o Comitê de Auditoria.

6. DELIBERAÇÕES: Iniciados os trabalhos pelo item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, reeleger para um mandato de 01 (um) ano os seguintes membros da Diretoria da Companhia: (a) **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor Presidente da Companhia; (b) **HELIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor sem designação específica da

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 1 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA8220CFDE4B56AFAD5ECP8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1F88

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 3/13



Companhia; e (c) **CRISTIANE FERREIRA DA SILVA**, brasileira, solteira, securitária, titular do documento de identidade nº 16.482.014-0, expedido pela SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 060.179.048-09, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretora sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia, permanecendo nos respectivos cargos até a investidura dos seus sucessores. Os Diretores ora eleitos aceitaram e declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer o comércio ou a administração de sociedade mercantis em virtude de condenação criminal, tampouco estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, não estando incurso em quaisquer dos crimes previstos em lei ou nas restrições legais que possam impedi-los de exercer atividades mercantis, em desacordo com o disposto no art. 37, inciso II, da Lei nº. 8.934, 18 de dezembro de 1994 e no art. 147 da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ciente de que qualquer declaração falsa importará em responsabilidade criminal. Os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, retirar o item (ii) da ordem do dia de pauta. Em decorrência do item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, rratificar as funções específicas perante à SUSEP atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, conforme segue. Deixa-se de atribuir as funções de que tratam os itens 1.2.1.5, 1.2.1.6, e 1.2.1.7, da Carta Circular nº 1/2016/Susep-Cgrat, tendo em vista inexistirem as referidas atividades na Companhia:

N	MEMBRO	RCA	MANDATO	FUNÇÃO ESPECÍFICAS PERANTE À SUSEP
1	José Ismar Alves Tôrres	14.12.2017	13.12.2018	Diretor Presidente
2	Helio Bitton Rodrigues	14.12.2017	13.12.2018	sem função específica
3	Cristiane Ferreira da Silva	14.12.2017	13.12.2018	Diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e Resolução CNSP nº 321/15) (executiva ou operacional)
4	Milton Bellizia	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelas relações com a SUSEP (executiva ou operacional)
				Diretor responsável administrativo-financeiro (executiva ou operacional)
				Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade (executiva ou operacional)
5	Andrea Louise Ruano Ribeiro	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/03 e 445/12) (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes (fiscalização ou controle)

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 2 de 3

[Assinaturas manuscritas]



7. ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA: Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

8. ASSINATURAS: A presente ata foi assinada por: Roberto Barroso – Presidente (ass.), Isabella Maria Azevedo da Cunha – Secretária (ass.), Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre (ass.), Rosana Techima Salsano (ass.), Ivan Luiz Gontijo Junior (ass.), Alfredo Lalia Neto (ass.), Marcelo Goldman (ass.), Bernardo Dieckmann (ass.), João Gilberto Possiede (ass.), Nicolás Jesus Di Salvo (ass.), Paulo de Oliveira Medeiros (ass.), João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo (ass.) e Paulo Augusto Freitas de Souza (ass.).

Certifico que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


Roberto Barroso
Presidente


Isabella Maria Azevedo da Cunha
Secretária

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 3 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018
CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4856AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8
Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 5/13



SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Rua Presidente Alfonso Lopes, nº 25, apto 402 – Lagoa, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22071-050, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


JOSE ISMAR ALVES TORRES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56A7ADE5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 8/13



SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

HÉLIO BITTON RODRIGUES, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Rua Visconde de Pirajá, 228, apto 203, Ipanema, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22410-000, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


HÉLIO BITTON RODRIGUES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA30E1FB8
Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 10/13



RETIFICAÇÃO

No artigo 1º da Portaria Sesp/Diag n. 721, de 2 de janeiro de 2018, publicada no Diário Oficial do Estado, de 3 de janeiro de 2018, página 168, artigo 1, inciso II: "... no âmbito do Conselho de administração realizada em 1º de novembro de 2017"; e, no inciso III: "... na assembleia geral extraordinária realizada em 1º de novembro de 2017".

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA,
QUALIDADE E TECNOLOGIA

PORTARIA Nº 38, DE 19 DE JANEIRO DE 2018

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO DOS SANTOS

PORTARIA Nº 156, DE 22 DE JANEIRO 2016

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO DOS SANTOS

PORTARIA Nº 157, DE 23 DE JANEIRO 2018

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO DOS SANTOS

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

CIRCULAR Nº 4 DE 11 DE JANEIRO DE 2018

3. As informações relativas à proposta deverão ser apresentadas mediante o preenchimento integral do modelo anexo, disponível na página deste Ministério na Internet, no endereço <http://www.mec.gov.br/formulario-EP0207010> ou Ministerio@Arce70C_2011@meio-di-contato.com.br. O formulário também pode ser solicitado pelos telefones (61) 2032-7393 e 2032-7324 ou pelo endereço de correio eletrônico MinDi@meio-di-contato.com.br.

4. Caso haja, posteriormente, ajustes de texto realizados pelas instituições em nomenclatura do CT-I, eventuais manifestações a respeito devem ser encaminhadas a esta Secretaria mediante os procedimentos previstos nesta

REGATO AGOSTINHO DA SILVA

ANEXO	
SIMULACÃO ATUAL	SIMULACÃO PROPOSTA

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO PROPOSTA		
2917.20.09	- Ácidos policarboxílicos, ciclílicos, ciclílicos ou cicloaromáticos, seus anídeos, halogênidos, peróxidos,	3	2917.20 2917.20.1	Ácidos Policarboxílicos, ciclílicos, ciclílicos ou cicloaromáticos, seus anídeos, halogênidos, peróxidos, peróxidos e seus derivados	12

peróxidos e seus derivados	2917.20.11	Sistema de ácidos policarboxílicos cíclicos	2
	2917.20.15	Ciclohexanona de dióxido	
	2917.20.90	Outros	

			2017-2018	2017-2018		
			2017-2018	2017-2018		

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.ig.br/autenticidade.html>, pelo código 0001291012300014

RENATO AGOSTINHO DA SILVA

ANEXO			
SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO PROPOSTA	
2017.20.00	- Ácidos policarboxílicos cíclicos, cíclicos ou acíclicos, seus anídridos, halogênios, peróxidos e seus derivados	2017.20	Ácidos Policarboxílicos, cíclicos, cíclicos ou acíclicos, seus anídridos, halogênios, peróxidos, peróxidos e seus derivados
		2017.20.1	Ésteres de ácidos policarboxílicos cíclicos
		2017.20.15	Carboxamidas de ésteres
		2017.20.95	Outros
		Outros	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>,
 pelo código 0001251012300014

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/04/2001, que institui a
 Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/04/2001, que institui a
Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de

autenticação.

Autenticação: FD69743B6FA48220CFDE4B56AFADE5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDAB0E1F88

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 6/13





4996507

ANEXO I À ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., REALIZADAS EM 17 DE MARÇO DE 2016

12/1

"SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º – A SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A. (a "Companhia") é uma sociedade por ações, de capital fechado, que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Artigo 2º – A Companhia tem por objeto operar nos ramos de seguros de danos e de pessoas, podendo participar de consórcios como líder, como previsto na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Artigo 3º – A Companhia tem sede na cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14 e 15 andares, podendo criar, modificar e encerrar, mediante decisão da Diretoria, filiais, agências, sucursais, escritórios e representações em qualquer localidade do País.

Artigo 4º – A Companhia terá prazo indeterminado de duração.

CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 5º – O capital social é de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado, sendo dividido em 15.000.000 (quinze milhões) de ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro – Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Artigo 6º – Respeitadas as disposições legais aplicáveis, a Companhia poderá efetuar resgate total ou parcial de ações de qualquer espécie ou classe ou adquiri-las para mantê-las em Tesouraria, pelo valor patrimonial da ação do último balanço auditado, cabendo ao Conselho de Administração fixar as demais características da operação.

CAPÍTULO III – ASSEMBLEIA GERAL

ARTIGO 7º – A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, sempre por maioria absoluta de votos, excetuados os casos expressos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 1 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE920B296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996508

ARTIGO 8º - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 3 (três) primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

Parágrafo Primeiro - A Assembleia Geral será convocada na forma da lei. Independentemente das formalidades de convocação, também será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas.

Parágrafo Segundo - A mesa da Assembleia Geral será presidida por um acionista, diretor ou não, escolhido dentre os presentes por aclamação para dirigir os trabalhos, o qual poderá nomear até 2 (dois) secretários, que poderão ser acionistas ou não, para assessorá-lo a dirigir os trabalhos, manter a ordem, suspender, adiar e encerrar as reuniões e reduzir a termo o que foi deliberado, produzindo a competente ata.

Parágrafo Terceiro - Os representantes legais e os procuradores constituídos, para que possam comparecer às Assembleias, deverão fazer a entrega dos respectivos instrumentos de representação ou mandato na sede da Companhia, até 48 (quarenta e oito) horas antes da reunião acontecer.

Parágrafo Quarto - Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital social com direito a voto, e em segunda convocação instalar-se-á com qualquer número.

Parágrafo Quinto - As decisões da Assembleia Geral serão formalizadas através de ata que deverá conter a transcrição das deliberações tomadas. Da ata tirar-se-ão certidões ou cópias autenticadas para os fins legais.

Parágrafo Sexto - Somente será aprovada a modificação do objeto social da Companhia com a aprovação de 2/3 (dois terços) das ações ordinárias.

CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

ARTIGO 9º - A Companhia terá um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva.

Parágrafo Primeiro - Os Conselheiros e os Diretores serão investidos, após a aprovação de sua eleição pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, em seus cargos mediante assinatura do termo de posse no Livro de Atas do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, conforme o caso.

Parágrafo Segundo - O prazo de gestão dos Conselheiros e dos Diretores estender-se-á até a investidura dos respectivos sucessores.

Parágrafo Terceiro - As atas das reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva serão lavradas em livro próprio e serão assinadas pelos Conselheiros e pelos Diretores presentes, conforme o caso.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 2 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C81B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996509

Parágrafo Quarto – Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva ficam dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão.

Parágrafo Quinto – Caberá à Assembleia Geral fixar o montante global da remuneração dos Administradores, a qual será distribuída e destinada conforme deliberação do Conselho de Administração.

CAPÍTULO V - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 10 – A Companhia será administrada por um Conselho de Administração, composto por, no mínimo, 9 (nove) membros, e no máximo, 15 (quinze) membros, e igual número de suplentes, todos acionistas, residentes no País ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, e com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

Parágrafo Primeiro - Os membros do Conselho de Administração terão as seguintes denominações: Conselheiro Presidente, Conselheiro Vice-Presidente e demais conselheiros sem designação específica.

Parágrafo Segundo – O membro do Conselho de Administração, que tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia, não poderá ter acesso a informações nem participar e exercer o direito de voto nas deliberações do Conselho de Administração que configurem tal impedimento. Poderá, todavia, ser substituído por seu suplente, desde que este não esteja igualmente impedido.

Parágrafo Terceiro – O primeiro mandato dos membros do Conselho de Administração poderá ser superior a 1 (um) ano, se estendendo até a Assembleia Geral Ordinária que se realizar em 2009, referente ao exercício de 2008.

ARTIGO 11 – Eleito pela Assembleia Geral o Conselho de Administração, caberá a este a eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho, por maioria de votos. O Vice-Presidente substituirá o Presidente nas suas ausências e impedimentos temporários.

ARTIGO 12 – Na hipótese de ausências e impedimentos temporários de membro do Conselho de Administração, caberá ao seu suplente substituí-lo, e, no caso de vacância de cargo do Conselho de Administração, o conselheiro ausente será substituído por seu suplente até que seja eleito novo membro e seu respectivo suplente pela primeira Assembleia Geral.

ARTIGO 13 – Todas as deliberações do Conselho de Administração, feitas nas competentes reuniões e devidamente lavradas em atas, serão tomadas pela maioria de votos dos presentes.

Parágrafo Primeiro – O Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração terão direito a voto, cabendo, ainda, ao Presidente em exercício, na hipótese de empate nas deliberações, o voto de desempate.

Parágrafo Segundo - Para que as reuniões do Conselho de Administração possam se instalar e validamente deliberar será necessário a presença da maioria de seus membros em exercício (titulares ou suplentes), desde que a reunião tenha sido regularmente

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 3 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



convocada.



4996510

Parágrafo Terceiro - Caberá ao Presidente do Conselho de Administração presidir as reuniões do aludido Conselho de Administração, e escolher o secretário da reunião, que poderá não ser membro do Conselho de Administração.

ARTIGO 14 - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação de seu Presidente ou, conjuntamente, por 3 (três) de seus membros.

Parágrafo Primeiro - Os membros da Diretoria Executiva participarão das reuniões do Conselho de Administração, quando convocados pelo Presidente do Conselho de Administração a pedido de qualquer de seus membros, para esclarecer sobre quaisquer assuntos de interesse da Companhia.

Parágrafo Segundo - As reuniões do Conselho de Administração deverão ser convocadas, por escrito, mediante carta, telegrama ou e-mail a cada um dos seus membros, e dos membros da Diretoria Executiva quando for o caso, com 5 (cinco) dias úteis de antecedência da data de sua realização. O local de realização das reuniões do Conselho de Administração deverá constar do competente anúncio de convocação, juntamente com o horário, a data de realização e a ordem do dia.

Parágrafo Terceiro - Independentemente das formalidades relativas à convocação, considerar-se-á regular a reunião a que comparecerem todos os membros titulares do Conselho de Administração ou seus suplentes, expressamente autorizados pelos respectivos titulares.

ARTIGO 15 - Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições que lhe são conferidas por lei:

- a) convocar as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- b) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e aprovar as diretrizes políticas empresariais e objetivos básicos para todas as áreas principais da atuação da Companhia, bem como a sua política de investimentos financeiros;
- c) aprovar o orçamento anual, o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- d) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições através de um Regimento da Diretoria Executiva, bem como atribuir, dentro do montante global da remuneração fixada pela Assembleia Geral, os honorários mensais de cada um dos membros da Administração da Companhia;
- e) eleger, destituir e fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria da Companhia;
- f) fiscalizar a gestão dos Diretores, podendo examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre quaisquer atos celebrados ou em vias de celebração pela Diretoria Executiva;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 4 de 10

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C895
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996511

g) manifestar-se, previamente, sobre o relatório da Administração, as contas da Diretoria Executiva, as demonstrações financeiras do exercício e examinar os balancetes mensais;

h) por proposta da Diretoria Executiva, deliberar sobre a declaração de dividendos à conta de lucros apurados em balanços semestrais e submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício;

i) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, contratos de marketing, etc.), bem como contrato financeiro, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e de locação cujo valor exceder o limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

j) autorizar a concessão de qualquer garantia, pela Companhia, qualquer que seja o montante, vedada a concessão de garantias para negócios estranhos aos interesses sociais;

k) a aprovação de qualquer transação para pôr término a litígio de valor superior ao limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

l) estabelecer, por proposta da Diretoria Executiva, critérios gerais de remuneração e a política de benefícios, diretos e indiretos, do quadro de funcionários;

m) decidir sobre a aquisição das próprias ações da companhia para cancelamento ou permanência em tesouraria e, neste último caso, deliberar sobre a sua eventual alienação, observadas as disposições legais aplicáveis;

n) nomear e destituir os auditores independentes da Companhia, analisando e homologando os resultados de seus trabalhos;

o) contribuir para o desenvolvimento de modelos, metodologias e processos de gestão, recomendando à Diretoria Executiva o alinhamento da companhia às melhores práticas, atuando como agente de modernização;

p) analisar e aprovar as propostas para novos investimentos em equipamentos, os compromissos de parcerias e associações e os assumidos com colaboradores;

q) definir diretrizes para o planejamento estratégico;

r) aprovar dotações orçamentárias para cada área e projetos, avaliando e aprovando os resultados a serem atingidos e seus ajustes;

s) manter-se devidamente atualizado sobre os riscos dos negócios;

t) aprovar a contratação de serviços de regulação e de liquidação de sinistros.

u) aprovar e fazer cumprir o Código de Ética da Companhia; e

v) resolver sobre os casos omissos no Estatuto Social e exercer outras atribuições que a

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 5 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C696
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996512

lei ou este Estatuto não confirmam a outro órgão da Companhia.

ARTIGO 16 – São atribuições específicas do Presidente do Conselho de Administração:

- a) fixar as datas para as reuniões ordinárias e convocar as reuniões extraordinárias do Conselho;
- b) presidir as reuniões e supervisionar os serviços administrativos do Conselho;
- c) dar o voto de qualidade em caso de empate, além de seu próprio voto; e
- d) zelar pela preservação do estatuto social, e pelo cumprimento das atribuições que cabem ao Conselho de Administração;

Parágrafo Único – Incumbe ao Vice-Presidente do Conselho de Administração substituir o Presidente durante as suas ausências ou impedimentos.

CAPÍTULO VI - COMITÊ DE AUDITORIA

ARTIGO 17 – A Companhia terá um Comitê de Auditoria.

ARTIGO 18 - O Comitê de Auditoria será composto por 3 (três) membros e se regerá, em todos os seus aspectos, pelo previsto na legislação do Conselho Nacional de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados.

Parágrafo único - Os membros do Comitê de Auditoria serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a sua reeleição na forma da legislação em vigor, e receberão, a título de remuneração, o estabelecido pelo Conselho de Administração.

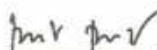
CAPÍTULO VI – DIRETORIA EXECUTIVA

ARTIGO 19 - A Diretoria Executiva é o órgão de representação da Companhia, a quem compete praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais e será composta pelo Diretor Presidente e por 4 (quatro) Diretores sem designação específica, dentre eles um responsável pelos controles internos e que terá as atribuições da Lei nº 9.613/98, outro que será o responsável técnico e responsável pela prevenção de fraudes, outro que será responsável pelo relacionamento com a SUSEP e, dentre eles, ainda, um diretor responsável administrativo-financeiro, que também será responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade, tudo conforme o que dispõe a regulamentação em vigor, com as demais atribuições estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia

Parágrafo Primeiro – Os Diretores serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a reeleição.

Parágrafo Segundo – Na hipótese das ausências e impedimentos dos Diretores caberá ao Diretor-Presidente indicar, entre os demais Diretores, o substituto, sendo atribuição do Conselho de Administração tomar as medidas necessárias em caso de ausência

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 6 de 10


Bernardo F. S. Derwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996513

temporária do Diretor-Presidente, bem como deliberar sobre o preenchimento da vaga em caso de vacância de qualquer um dos Diretores.

ARTIGO 20 – Cabe aos integrantes da Diretoria Executiva, em conjunto, supervisionar e controlar todos os assuntos da Companhia, de acordo com as diretrizes e políticas determinadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral, competindo-lhe ainda:

- a) administrar os bens e serviços da Companhia;
- b) gerir as atividades da Companhia, obedecendo rigorosamente às diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;
- c) zelar pelo fiel cumprimento do presente estatuto social;
- d) cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- e) elaborar e apresentar anualmente, ao Conselho de Administração, relatório circunstanciado de suas atividades, balanço e prestação de contas do exercício findo, bem como a sua compatibilidade com o planejamento estratégico e orçamento plurianual da Companhia;
- f) preparar e submeter ao Conselho de Administração o orçamento anual e o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- g) elaborar e escriturar o balanço e os livros contábeis referentes às demonstrações do exercício findo, para oportuna manifestação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- h) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, convênios), bem como contratos financeiros, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e locação dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- i) aprovar qualquer transação para pôr término a litígio dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- j) admitir e dispensar o pessoal administrativo;
- h) representar a Companhia em juízo ou fora dele.

ARTIGO 21 - Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de dirigir as atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia:

- a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- b) executar a política, as diretrizes e as atividades de administração da Companhia, conforme especificado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 7 de 10


Bernardo F.S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208295B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996514

c) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades da Companhia, através da apresentação mensal de balancete econômico-financeiro e patrimonial da Companhia;

d) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades do Seguro DPVAT e o andamento de suas operações;

e) propor um código de ética para a Companhia, consistente com o código de ética aprovado pelo órgão de representação sindical superior das empresas de seguro;

f) avaliar periodicamente o desempenho dos Diretores, informando a sua conclusão ao Conselho de Administração;

g) delegar para qualquer um dos Diretores a execução das atribuições que estejam dentro de sua alçada; e

i) exercer outras funções que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.

ARTIGO 22 – Como regra geral, a Companhia se obrigará validamente sempre que representada por:

a) dois Diretores;

b) qualquer Diretor em conjunto com um procurador;

c) dois procuradores com poderes especiais.

Parágrafo Primeiro – Na constituição de procuradores, observar-se-ão as seguintes regras:

a) todas as procurações serão outorgadas pelo Diretor Presidente, em conjunto com outro Diretor. Na ausência do Diretor-Presidente, as procurações serão outorgadas por dois Diretores em conjunto;

b) quando a procuração tiver por objeto a prática de atos que dependam de prévia autorização da Diretoria Executiva, a sua outorga ficará sujeita ao disposto no Parágrafo Segundo desta Cláusula.

Parágrafo Segundo – O prazo de mandato contido nas procurações outorgadas pela Companhia não poderá exceder o prazo de mandato da Diretoria Executiva, exceto para as procurações judiciais, que terão o prazo correspondente à duração da respectiva ação judicial ou, se inaplicável, prazo indeterminado.

CAPÍTULO VIII - CONSELHO FISCAL

ARTIGO 23 – A Companhia terá um Conselho Fiscal cujos deveres, competências e responsabilidades serão os definidos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 8 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C88883B2947C61B477D798CBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2018





4996515

Parágrafo Primeiro – O Conselho Fiscal é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

Parágrafo Segundo – O Conselho Fiscal poderá reunir-se, sempre que necessário, mediante convocação de qualquer de seus membros, lavrando-se em ata suas deliberações.

CAPÍTULO IX – EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E LUCROS

ARTIGO 24 – O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei.

ARTIGO 25 – Em cada exercício, os acionistas terão direito a receber, a título de dividendos, um percentual do lucro líquido do exercício, obedecido o mínimo obrigatório de 25% sobre aquele lucro líquido, com os seguintes ajustes:

- a) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas;
- b) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências;
- c) sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Diretoria Executiva poderá propor, e o Conselho de Administração e a Assembleia Geral aprovarem, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/01).

ARTIGO 26 – A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Parágrafo Único – Os dividendos distribuídos nos termos deste artigo poderão ser imputados ao dividendo obrigatório.

ARTIGO 27 – A Companhia poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio.

Parágrafo Único – A remuneração paga nos termos deste artigo poderá ser imputada ao dividendo obrigatório.

CAPÍTULO X - LIQUIDAÇÃO

ARTIGO 28 – A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, observadas as disposições contidas no artigo 68 e seguintes do Decreto nº 60.459, de 13

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 9 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 48F9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



de março de 1967.

12/4



4996516

XI – DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 29 - É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos interesses sociais da Companhia.

ARTIGO 30 - A Companhia observará todos os acordos de acionistas registrados na forma do artigo 118 da Lei nº 6.404/76, cabendo à administração abster-se de registrar as transferências de ações contrárias aos seus respectivos termos e cabendo ao Presidente da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, abster-se de computar os votos proferidos com infração dos mencionados acordos de acionistas.

ARTIGO 31 - A Companhia assegurará a seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais, presentes e passados, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da Companhia e na forma definida pela Diretoria Executiva a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados pela prática de atos no exercício de cargo ou função na Companhia.

Parágrafo Único - Sem prejuízo para o disposto no caput, a Companhia manterá contrato de seguro de responsabilidade civil (seguro D&O) permanente em favor de seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais para resguardá-los de quaisquer atos ou fatos pelos quais eventualmente venham a ser responsabilizados, cobrindo todo o período de exercício de seus respectivos mandatos.

ARTIGO 32 - Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir todas as questões oriundas deste Estatuto Social com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja."

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 10 de 10


Bernardo F. S. Benwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002958803 - 11/10/2016



PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração a **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, parte, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20031-205, inscrita no CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor Presidente, **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, CPF/MF nº 186.088.769-49, RG 2.237.060, SSP-DF, e por seu Diretor Jurídico, **HÉLIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, CPF/MF nº 990.536.407-20 e OAB/RJ nº 71.709; nomeia e constitui seus bastantes procuradores, os advogados **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, CPF/MF nº 082.587.197-26 e OAB/RJ nº 135.132; **THEREZINHA COIMBRA FRANÇA**, brasileira, CPF/MF nº 542.587.407-30 e OAB/RJ nº 62.420; **JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, CPF/MF nº 110.916.708-38 e OAB/SP nº 111.807; **ANA CAROLINA MARTINS GUIMARÃES DE SOUZA**, brasileira, CPF/MF nº 079.914.007-43 e OAB/RJ nº 111.545; **ANDRÉ SCHIESARI DE MIRANDA**, brasileiro, CPF/MF nº 012.941.857-99 e OAB/RJ nº 83.969; **FERNANDA JOSÉ DA SILVA FREIRE**, brasileira, CPF/MF nº 037.242.447-38 e OAB/RJ nº 161.160; **JULIO CEZAR DE AZEVEDO FARIA**, brasileiro, CPF/MF nº 532.246.397-68 e OAB/RJ nº 63.359; **LEILA MARCIA NOGUEIRA DA COSTA CAIRES**, brasileira, CPF/MF nº 034.062.507-42 e OAB/RJ nº 125.974; **PAULO LEITE DE FARIAS FILHO**, brasileiro, CPF/MF nº 029.186.977-70 e OAB/RJ nº 113.674; **JULIANA DANTAS BORGES**, brasileira, CPF/MF nº 055.255.997-08 e OAB/RJ nº 135.435; **DANIELA FERREIRA MENDES DE OLIVEIRA CASTRO**, brasileira, CPF/MF nº 088.398.387-75 e OAB/RJ nº 135.731; **DAVID SANTOS DA CRUZ**, brasileiro, CPF/MF nº 115.998.867-66 e OAB/RJ nº 174.217; todos com endereço profissional à Rua da Assembléia, nº 100, 26º andar, Centro, CEP 20011-904, no Município do Rio de Janeiro - RJ, conferindo os poderes da cláusula *Ad Judicia et Extra* para atuar no foro em geral, em qualquer Juízo, Instância, Tribunal e Órgãos de Proteção e Defesa do Consumidor, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, atuar em processos físicos e eletrônicos, realizar cadastro e acessar sistemas digitais, nomear prepostos, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos ao fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com reservas de poderes, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, autorizados, desde já, a receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, devendo todo e qualquer levantamento judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016, tendo prazo de validade indeterminado.

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2018.


JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES
DIRETOR PRESIDENTE


HÉLIO BITTON RODRIGUES
DIRETOR

17º Ofício de Notas DA CAPITAL	Tabelião: Carlos Alberto Firmo Oliveira Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel: 2107-5000	ADBZB690 088674
Reconheço por AUTÊNTICAÇÃO as firmas de: HELIO BITTON RODRIGUES e JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES (X0000524453)		
Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2018.		
Em testemunho	da verdade.	Conf. por: Serventia T. H. FUNDOS
Paula Cristina A. D. Gaspar - Aut.		Total
EOLP-56891 H01, EOLP-56892 H01		
https://www3.tjri.jus.br/sitepublico		

CARTÓRIO 17º OFÍCIO DE NOTAS RJ
Paula Cristina A. D. Gaspar
Escritório
3.9% Escrevente
OAB RJ 48062 série 09077 ME
Aut. 20.5.3º Lei 8.936/94



SUBSTABELECIMENTO

Na qualidade de procurador da **SEGURADORA LIDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado pelo **Dr. JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 111.807 e no CPF/MF sob o nº 110.916.708-38, doravante denominada Outorgante, substabeleço, com reserva de iguais, nas pessoas dos **Drs. CARLOS EDUARDO DE SOUZA CABRAL**, brasileiro, casado, OAB/RJ 189.997; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, OAB/RJ 152.629; **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, OAB/RJ 134.307; **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, casado, OAB/RJ 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, OAB/RJ 140.522; **RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO MENEZES**, brasileira, casada, OAB/RJ 185.681; **TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita na OAB/RJ sob o nº 32.203/2005, com escritório situado na Rua São José, número 90, oitavo andar, CEP: 20010-901 Tel.: (21) 3265-5600, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, conferem plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 105 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo

Preocupada com o meio ambiente, a Seguradora Líder DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro.



com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, **VEDADO** receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1912-7, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº09. 248.608/0001-04 nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016.

Rio de Janeiro, 01 de abril de 2018.

JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA
OAB/SP 111.807



DOCUMENTOS DE REPRESENTAÇÃO JUNTADOS NA CONTESTAÇÃO



EM ANEXO





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE AGUA BRANCA/PB

PROCESSO: 08005771520188150391

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **EDICLELSON ALVES BARBOSA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., em cumprimento ao despacho proferido por este Juízo, apresentar os seus quesitos.

- 1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexo de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;
- 2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;
- 3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando a vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;
- 4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;
- 5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma sequela oriunda de circunstância anterior;
- 6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de sequelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;

7 - Considerando que a tabela inserida à Lei 11.945/09 em três casos faz distinção quando a vítima é acometida por lesão em ambos os membros, seria possível o Sr. Perito indicar adequadamente a média da lesão sofrida nos termos da tabela? Em caso positivo qual seria a gradação (10%, 25%, 50%, 75% ou 100%)?

- Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores;
- Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés;
- Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior;

8 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.

Por fim com fulcro no artigo 5º, LV, da Constituição Federal, requer que após a produção da prova pericial, seja aberto prazo para as partes se manifestarem sobre o laudo, a fim de que não se cause na demanda o cerceamento de defesa, frente ao princípio constitucional do devido processo legal.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

AGUA BRANCA, 26 de junho de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB



Processo: 0800577-15.2018.8.15.0391

INTIME-SE a parte autora para impugnar a contestação no prazo de 15 dias úteis.



EM ANEXO





N° DA PARCELA		DATA DO DEPÓSITO	AGÊNCIA (PREF / DV)	N° DA CONTA JUDICIAL
0		02/07/2020	2714	2300101764278
DATA DA GUIA	N° DA GUIA	N° DO PROCESSO	TRIBUNAL	TIPO DE JUSTIÇA
01/07/2020	2728642	08005771520188150391	TRIBUNAL DE JUSTICA	
COMARCA	ORGÃO/VARA	DEPOSITANTE	VALOR DO DEPÓSITO (R\$)	
AGUA BRANCA	VARA UNICA	RÉU	200,00	
NOME DO RÉU/IMPETRADO		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ	
		Jurídico		
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ	
EDICLELSON ALVES BARBOSA		Física	09342906443	
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA				
162A0BDF31330F95				
CÓDIGO DE BARRAS				





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE AGUA BRANCA/PB

PROCESSO: 08005771520188150391

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **EDICLELSON ALVES BARBOSA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., requerer que seja determinada a juntada do **RECIBO DE PAGAMENTO** em anexo, com fito de **comprovar o pagamento dos honorários do perito nomeado pelo Juízo**.

Termo em que,
Pede Juntada.

AGUA BRANCA, 7 de julho de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE ÁGUA BRANCA - PB

Processo nº 0800577-15.2018.815.0391

EDICLELSON ALVES BARBOSA, já qualificado nos autos em evidência, na **AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA DPVAT**, que move em face **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, amplamente qualificado, vem a presença de Vossa Excelência, **apresentar os seguintes quesitos** em cumprimento ao despacho retro,

ROL DOS QUESITOS PERICIAIS:

1. **Se houve lesão à integridade física da parte autora** em virtude do acidente de trânsito?
2. Queira o Sr. Perito **esclarecer se as lesões são de caráter temporário ou permanente (definitivas)?**
3. O acidente **afetou em perda da força, mobilidade, flexibilidade em algum membro, ou outra limitação**, como, sentido ou função?
4. Se **tem deformidade?** Em qual região do corpo? Houve dano da parte estética?
5. A debilidade/deformidade permanente ocasionada **impede a requerente de levar uma vida comum? Gera-lhe limitações?** Ou resulta em perigo de vida?
6. As lesões **resultaram em incapacidade para o trabalho ou redução de sua capacidade laborativa?**
7. Existe tratamento médico/cirúrgico **capaz de reverter a situação do Requerente?** Se sim, tal tratamento é eficaz? Qual a porcentagem?
8. A invalidez do Requerente pode ser **fixada em repercussão total 100%, intensa 75%, média 50%, leve 25% ou residual 10%? Qual a porcentagem da invalidez?**

Termos em que,

Pede Deferimento.



Patos/PB, 15 de julho de 2020.

ARTHUR ALVES DE MEDEIROS

OAB/PB 25.763

ALBERTO LEITE DE SOUSA PIRES

OAB/PB 17.997



AVISO DE RECEBIMENTO		PREENCHER COM LETRA DE FORMA	
<p>A. SEGURADORA LIDER DE CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT RUA SENADOR DANTAS, Nº 74, 5º ANDAR-CENTRO RIO DE JANEIRO/RJ 20031-205</p>			
<p>CEP / CODE POSTAL: <i>20031-205</i></p>		<p>CIDADE / LOCALITE: <i>Rio de Janeiro</i></p>	
<p>UF: <i>RJ</i></p>		<p>PAIS: <i>BRASIL</i></p>	
<p>NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI</p> <p> <input type="checkbox"/> PRIORITARIA / PRIORITAIRE <input type="checkbox"/> EMS <input type="checkbox"/> SEGURO / VALEUR DÉCLARÉ </p>			
<p>ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCÉPTEUR</p>		<p>DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE RÉCEPTION</p>	
<p>NOME LEGAL DO RECEBEDOR / NOM LÉGAL DU RÉCÉPTEUR</p>		<p>CARIMBO DE ENTREGA / UNIDADE DE DESTINO / BUREAU DE DESTINATION</p>	
<p>NP: DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ORIGEM EXPEDIDOR</p>		<p>REFERÊNCIA NAT. DO ENVIO / RÉFÉRENCE NAT. DE L'ENVOI</p>	
<p>ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO</p>		<p>22 JUL 2020</p>	





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA

VARA ÚNICA DA COMARCA DE ÁGUA BRANCA

Fórum "Conselheiro Luiz Nunes Alves". Rua Projetada, s/n - Centro - Água Branca/PB, Tel. (83) 3481-1206 E-mail: agb-vuni@tjpb.jus.br

Whatsapp: (83) 99143-9380 - Atendimento das 07 às 14h00min, exceto sábados, domingos e feriados.

Processo: 0800577-15.2018.8.15.0391

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Assunto: [Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito]

AUTOR: EDICLELSON ALVES BARBOSA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Considerando que o juiz é livre para nomear o perito de sua confiança, já que este, na medida em que não funciona como parte do processo, atua com a máxima cooperação no seu mister, passando a exercer a função de auxiliar da justiça, notadamente para a formação do provimento jurisdicional (REsp 1660378/RO, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/06/2017, DJe 9/06/2017), **SUBSTITUO O PERITO ANTERIORMENTE NOMEADO** por **Dr(a). Tiago Martins Formiga, médico ortopedista, CRM-PB 8085, devidamente cadastrado no sistema do TJPB.**

Na mesma oportunidade, ficarão as partes intimado(a)(s) para oferecimento, no prazo de 15 (quinze) dias, dos respectivos quesitos, com a apresentação de cópia do processo administrativo pertinente.

Realizar-se-á perícia em local, dia e horário que serão posteriormente informados pela secretaria deste Juízo. **Informe-se a(o) médico(a) nomeado(a) que será paga a quantia de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) pelo exame pericial, em conformidade com o Termo de Cooperação Técnica 015/2020, o qual foi firmado entre a Seguradora Líder e o Tribunal de Justiça, onde restaram estabelecidos os parâmetros para a designação e pagamento dos peritos judiciais em feitos vinculados ao seguro obrigatório de danos pessoais por veículos automotores de via terrestre – DPVAT. Intimem-se o(a)**



perito(a) acerca da nomeação, devendo este(a) informar o local, data e hora de realização da perícia. Intimem-se as partes para, no prazo de cinco dias, indicarem os assistentes técnicos e formularem seus quesitos, caso não os tenham apresentado, bem como para tomarem ciência da data do exame pericial, devendo a seguradora providenciar o depósito dos honorários periciais no prazo de de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento deste comando judicial. Atente-se para o fato de que a perícia só se efetivará após o decurso do prazo de apresentação dos quesitos pelas partes, caso não os tenham apresentado. Intime-se o(a) promovente, pessoalmente e por meio do advogado habilitado, para comparecer, na data e local designados, portando exames, receituário, laudo e/ou qualquer outro documento relativo a atendimento médico relacionado a patologia noticiada na exordial. O perito deverá responder aos quesitos apresentados pelas partes, podendo elas comparecerem ao ato acompanhadas de assistente técnico. Juntado o laudo, intimem-se as partes para conhecimento, podendo falar em quinze dias. Notifique o representante do Ministério Público, caso haja a presença de incapaz.

Concluída a etapa processual do item anterior, intime-se as partes para, no prazo de 15 (quinze) dias, especificar(em), de modo concreto e fundamentado, cada prova que eventualmente se dispõem a custear e produzir. No mesmo ato, advirtam-se as partes que requerimentos genéricos, sem fundamentação, serão tidos por inexistentes. Se houver a juntada de novos documentos, intime-se a parte adversa para sobre eles se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias (CPC, art. 437, § 1º). Se for requerida a produção de algum outro tipo de prova (ex: testemunhal, pericial, etc), tragam-me os autos conclusos para decisão. Se nada for requerido, tragam-me os autos conclusos para SENTENÇA. Intimem-se as partes através do seu respectivo advogado.

Diligências necessárias.

Cumpra-se.

Água Branca/PB, (data da assinatura eletrônica).

Mathews Francisco Rodrigues de Souza do Amaral

Juiz de Direito

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA

COMARCA DE ÁGUA BRANCA

Fórum Conselheiro Luiz Nunes Alves.

Rua José Firmino de Oliveira, nº 100, Gualterina Alencar, Água Branca (PB), CEP 58.748-000.

Tel.: (83) 3481-1205 ou 3481-1206; WhastApp: (83) 99143-9380;

E-mail: agb-vuni@tjpb.jus.br.

Processo nº 0800577-15.2018.8.15.0391

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

[Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito]

ATOS ORDINATÓRIOS E DE MERO EXPEDIENTE – PORTARIA Nº 01/2020-GJ - VARA ÚNICA DA COMARCA DE ÁGUA BRANCA.

Certifico para os devidos fins, com fulcro nas prescrições dos arts. 302 e seguintes do Código de Normas Judicial da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado da Paraíba, bem como na Portaria Interna nº 01/2020-GJ e legislação correlata que, nesta data, por tratar-se de ato ordinatório e de mero expediente, sem carga decisória, por determinação do(a) MM. Juiz(a) de Direito desta comarca, fica estabelecida a providência abaixo consignada:

(X) Intime-se as parte para comparecerem a Perícia determinada na decisão retro, no dia 19 de novembro de 2020, às 10h30, no Fórum da comarca de Água Branca.

O referido é verdade e dou fé.

Água Branca, 8 de novembro de 2020.



ALEXANDRE BORBA BRITO

Servidor



CERTIDÃO POSITIVA



Successfully created



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA

VARA ÚNICA DA COMARCA DE ÁGUA BRANCA

Fórum "Conselheiro Luiz Nunes Alves". Rua Projetada, s/n - Centro - Água Branca/PB, Tel. (83) 3481-1206 E-mail: agb-vuni@tjpb.jus.br

Whatsapp: (83) 99143-9380 - Atendimento das 07 às 14h00min, exceto sábados, domingos e feriados.

Processo: 0800577-15.2018.8.15.0391

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Assunto: [Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito]

AUTOR: EDICLELSON ALVES BARBOSA

Sítio Serrinha, Imaculada

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO*Audiência dia 19/11/2020
às 10:30*

Considerando que o juiz é livre para nomear o perito de sua confiança, já que este, na medida em que não funciona como parte do processo, atua com a máxima cooperação no seu mister, passando a exercer a função de auxiliar da justiça, notadamente para a formação do provimento jurisdicional (REsp 1660378/RO, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/06/2017, DJe 9/06/2017), **SUBSTITUO O PERITO ANTERIORMENTE NOMEADO por Dr(a). Tiago Martins Formiga, médico ortopedista, CRM-PB 8085, devidamente cadastrado no sistema do TJPB.**

Na mesma oportunidade, ficarão as partes intimado(a)(s) para oferecimento, no prazo de 15 (quinze) dias, dos respectivos quesitos, com a apresentação de cópia do processo administrativo pertinente.

Realizar-se-á perícia em local, dia e horário que serão posteriormente informados pela secretaria deste Juízo. Informe-se a(o) médico(a) nomeado(a) que será paga a quantia de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) pelo exame pericial, em conformidade com o Termo de Cooperação Técnica 015/2020, o qual foi firmado entre a Seguradora Líder e o Tribunal de Justiça, onde restaram estabelecidos os parâmetros para a designação e pagamento dos peritos judiciais em feitos vinculados ao seguro obrigatório de danos pessoais por veículos automotores de via terrestre – DPVAT. Intimem-se o(a) perito(a) acerca da nomeação, devendo este(a) informar o local, data e hora de realização da perícia. Intimem-se as partes para, no prazo de cinco dias, indicarem os assistentes técnicos e formularem seus quesitos, caso não os tenham

https://pje.tjpb.jus.br/pje/Painel/painel_usuario/documentoHTML.seam?conversationPropagation=none&idBin=34088863&idProcessoDoc=36324638&... 1/3



apresentado, bem como para tomarem ciência da data do exame pericial, devendo a seguradora providenciar o depósito dos honorários periciais no prazo de de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento deste comando judicial. Atente-se para o fato de que a perícia só se efetivará após o decurso do prazo de apresentação dos quesitos pelas partes, caso não os tenham apresentado. Intime-se o(a) promovente, pessoalmente e por meio do advogado habilitado, para comparecer, na data e local designados, portando exames, receituário, laudo e/ou qualquer outro documento relativo a atendimento médico relacionado a patologia noticiada na exordial. O perito deverá responder aos quesitos apresentados pelas partes, podendo elas comparecerem ao ato acompanhadas de assistente técnico. Juntado o laudo, intemem-se as partes para conhecimento, podendo falar em quinze dias. Notifique o representante do Ministério Público, caso haja a presença de incapaz.

Concluída a etapa processual do item anterior, intime-se as partes para, no prazo de 15 (quinze) dias, especificar(em), de modo concreto e fundamentado, cada prova que eventualmente se dispõem a custear e produzir. No mesmo ato, advirtam-se as partes que requerimentos genéricos, sem fundamentação, serão tidos por inexistentes. Se houver a juntada de novos documentos, intime-se a parte adversa para sobre eles se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias (CPC, art. 437, § 1º). Se for requerida a produção de algum outro tipo de prova (ex: testemunhal, pericial, etc), tragam-me os autos conclusos para decisão. Se nada for requerido, tragam-me os autos conclusos para SENTENÇA. Intimem-se as partes através do seu respectivo advogado.

Diligências necessárias.

Cumpra-se.

Água Branca/PB, (data da assinatura eletrônica).

Mathews Francisco Rodrigues de Souza do Amaral

Juiz de Direito

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]



Assinado eletronicamente por: **MATHEWS FRANCISCO RODRIGUES DE SOUZA DO AMARAL**

04/11/2020 12:21:31

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: 36324638

Edicleison Alves Barbosa

11 de 16:20
11
31
20



20110412213116100000034088863

imprimir



FAÇO JUNTADA DA PERÍCIA





ESTADO DA PARAÍBA

PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE ÁGUA BRANCA

LAUDO DE EXAME MÉDICO-PERICIAL

PROCESSO: 0800577-15.2018.8.15.0391

AÇÃO: PROCEDIMENTO COMUM

AUTOR(A): EDICLELSON ALVES BARBOSA

PROMOVIDO: DPVAT

ESPECIALIDADE: PERÍCIA MÉDICA E ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA

Avaliação Médica

I) Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?

Sim ☒ Não ☐ Prejudicado ☐

Só prosseguir em caso de resposta afirmativa.

II) Descrever o quadro clínico atual informando:

a) qual (quais) região(ões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s);

Resp. : MEMBRO INFERIOR ESQUERDO.



b) as alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da Vítima, que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.

Resp. : PACIENTE FOI ATENDIDO NO DIA 18/02/2018, O ACIDENTE ACONTECEU NA CIDADE DE IMACULADA-PB, COM DIAGNÓSTICO DE FRATURA DIAFISÁRIA DO FÊMUR ESQUERDO. O MESMO FOI SUBMETIDO À TRAÇÃO TRANSESQUELÉTICA TIBIAL COM INTUITO DE EVITAR O ENCURTAMENTO MUSCULAR. APÓS 10 DIAS FOI REALIZADA A RETIRADA DO FIXADOR E SUBMETIDO À FIXAÇÃO INTERNA COM USO DE PLACA DCP 4.5 MM MAIS PARAFUSOS CORTICAIS. FOI ACOMPANHADO EM CARÁTER AMBULATORIAL E REALIZOU 10 SESSÕES DE FISIOTERAPIA. NO MOMENTO ENCONTRA-SE EM ALTA ORTOPÉDICA.

III) Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?

☐ Sim ☒ Não

Se SIM, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s):

Resp.: Não se aplica.

IV) Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

a) ☐ disfunções apenas temporárias

b) ☒ dano anatômico e/ou funcional definitivo (sequelas)

Em caso de dano anatômico e/ou funcional definitivo informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da Vítima.

Resp.:

AO EXAME DO MEMBRO INFERIOR ESQUERDO: APRESENTA CICATRIZ EM FACE LATERAL DA COXA DE 35 CM, ATROFIA DA MUSCULATURA DA COXA EM 3 CM, DÉFICIT DE FORÇA FLEXORA DO QUADRIL GRAU II, DIMINUIÇÃO DA FLEXÃO DO QUADRIL EM 40°, DIMINUIÇÃO DA ABDUÇÃO DO QUADRIL EM 20°, DÉFICIT DE FORÇA FLEXORA E EXTENSORA DO JOELHO GRAU II, DIMINUIÇÃO DA FLEXÃO DO JOELHO EM 40°, IMPOSSIBILIDADE DE REALIZAR AGACHAMENTO SOBRE O MEMBRO INFERIOR ESQUERDO E SUBIR ESCADA, ALÉM DE DOR E ALTERAÇÃO DE SENSIBILIDADE DURANTE A PALPAÇÃO DA FACE LATERAL DA COXA, E, EDEMA EM ARTICULAÇÃO DO JOELHO (2+/4+).



V) Em virtude da evolução da lesão e/ou de tratamento, faz-se necessário exame complementar?

☐ Sim, em que prazo:

☒ Não

Em caso de enquadramento na opção “a” do item IV ou de resposta afirmativa ao item V, favor NÃO preencher os demais campos abaixo assinalados.

VI) Segundo o previsto na Lei 11.945 de 4 de junho de 2009 favor promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mais susceptível(is) a tratamento como sendo geradora(s) de dano(s) anatômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), especificando, segundo o anexo constante à Lei 11.945/09, o(s) segmento(s) corporal(is) acometido(s) e ainda segundo o previsto no instrumento legal, firmar a sua graduação:

Segmento corporal acometido:

a) ☐ **Total**

(Dano anatômico ou funcional permanente que comprometa a íntegra do patrimônio físico e/ou mental da Vítima).

b) ☒ **Parcial**

(Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental da Vítima). Em se tratando de dano parcial informar se o dano é:

b.1 ☐ **Parcial Completo** (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa de forma global algum segmento corporal da Vítima).

b.2 ☒ **Parcial Incompleto** (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da Vítima).

b.2.1) Informar o grau da incapacidade definitiva da Vítima, segundo o previsto na alínea II, § 1º do art. 3º da Lei 6.194/74 com redação introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Observação: Havendo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios ao lado apresentados:



Segmento Anatômico

Marque aqui o percentual

1ª Lesão

MEMBRO INFERIOR ESQUERDO

☐

10% Residual

☐

25% Leve

☒

50% Média

☐

75% Intensa

2ª Lesão

☐

10% Residual

☐

25% Leve

☒

50% Média

☐

75% Intensa



Local e data da realização do exame médico:

ÁGUA BRANCA – PB , 19 DE NOVEMBRO DE 2020

Tiago Martins Formiga

CRM 8085/ PB /Médico Perito



SOLICITAÇÃO DE HONORÁRIOS

Exmo.(a) Sr.(a) Juiz(a) da Comarca de Água Branca - PB

Eu, Tiago Martins Formiga, médico, ortopedista, venho por meio desta, solicitar o pagamento dos honorários referente à perícia realizada do processo **Nº 0800577-15.2018.8.15.0391**, a que fui nomeado por Vossa Excelência.

Portanto, solicito que, os honorários referentes a esta perícia, sejam liberados em minha conta pessoa física, **CPF 051.447.734-27**, no **Banco do Brasil, agência 1619-5, conta corrente 25502-5**.

João Pessoa - PB, 07.12.2020

Tiago Martins Formiga

CRM-PB 8085 / Ortopedia e Traumatologia



EM PDF.





GUEDES DE LIMA

• A D V O G A D O S •

**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUÍZ (A) DE DIREITO DA VARA
ÚNICA DA COMARCA DE ÁGUA BRANCA - ESTADO DA PARAÍBA**

Processo nº 0800577-15.2018.815.0391

EDICLELSON ALVES BARBOSA, já qualificado nos autos em evidência, na **AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA DPVAT**, que move em face **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, amplamente qualificado, vem a presença de Vossa Excelência, apresentar **MANIFESTAÇÃO SOBRE O LAUDO PERICIAL**, decorrência do despacho retro, motivo qual revela as considerações abaixo.

I. DO LAUDO PERICIAL ACOSTADO NOS AUTOS

No laudo pericial acostado aos autos, **identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela**, aplicando-se o respectivo percentual de perda, e sobre o valor encontrado, aplicam-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: **total – 100%; intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.**

Desta forma, nítido é consoante toda a **documentação médica probatória anexa** aos autos em epigrafe, QUE a parte autora foi vítima de acidente de trânsito ocorrido no dia **18/02/2018**, que lhe resultaram as seguintes sequelas definitivas:

PERDA FUNCIONAL DE UM DOS MEMBROS INDERIORES; DANO ANATÔMICO DEFINITIVO; FRATURA DO FÊMUR PERNA ESQUERDA; ATROFIA DA MUSCULATURA; DEFICIT DE FORÇA MOTORA FLEXORA DO QUADRIL E JOELHO.

Sendo assim, **conforme Laudo Pericial**, o perito expert judicial, **concluiu** que as lesões sofridas pelo autor lhe acarretaram **atrofia da musculatura; déficit de força motora flexora do quadril e joelho, com deformidade do membro inferior no percentual de 50%.**

.....
(83) 3421.7236 (83) 99604.1600

Rua Paulo Mendes 16, Centro – Patos – Paraíba Cep: 58.700-240

e-mail: guedesdelimaadv@gmail.com





GUEDES DE LIMA

• A D V O G A D O S •

Pois, bem! após comprovado o nexo causal entre o acidente e a invalidez parcial, bem como, demonstrados os requisitos legais, chegou-se à conclusão de que o segurado teve uma perda funcional de **50% do membro inferior esquerdo**, com base nesse exemplo, a indenização devida seria de **50% do capital segurado** para esta invalidez, ou seja, **50% de 70% do capital segurado R\$ 9.450,00 (nove mil e quatrocentos e cinquenta reais)**, assim, a indenização devida será de **R\$ 4.725,00 (quatro mil e setecentos e vinte e cinco reais)**.

II. DO REQUERIMENTO

Pelo exposto, requer a V. Ex^ª:

- a) A aplicação da tabela de cálculo da indenização em caso de invalidez definitiva, sendo devido ao autor o pagamento da indenização no tocante de **R\$ 4.725,00 (quatro mil e setecentos e vinte e cinco reais)**, conforme atestado e quantificado por perícia médica, devidamente atualizados desde data do sinistro;
- b) Bem como a fixação dos honorários advocatícios por **apreciação equitativa, observado o irrisório proveito econômico**, nos termos do **art. 85, § 8º do CPC**, sendo desta forma feita Justiça.

Nestes termos,
Pede Deferimento.

Patos/PB, 09 de dezembro de 2020.

ARTHUR ALVES DE MEDEIROS
OAB/PB 25.763

.....
(83) 3421.7236 (83) 99604.1600
Rua Paulo Mendes 16, Centro – Patos – Paraíba Cep: 58.700-240
e-mail: guedesdelimaadv@gmail.com



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
COMARCA DE ÁGUA BRANCA

Fórum Conselheiro Luiz Nunes Alves

Rua José Firmino de Oliveira, nº 100, Gualterina Alencar Vidal, Água Branca (PB), CEP: 58748-000.

Tel.: (83) 3481-1205 ou 3481-1206; WhatsApp: (83) 99143-9380;

E-mail: agb-vuni@tjpb.jus.br.

PROCESSO Nº 0800577-15.2018.8.15.0391

CLASSE PROCESSUAL: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO: [Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito]

AUTOR: EDICLELSON ALVES BARBOSA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

INTIMAÇÃO - PROMOVENTE

Pelo presente expediente, que vai por mim devidamente assinado, **INTIMO** o(a) promovente, na pessoa de seu(ua) advogado(a), para, no prazo de 15 (quinze) dias, especificar, de modo concreto e fundamentado, cada prova que eventualmente se dispõe a custear e produzir, nos termos do(a) despacho/decisão (id. 35690163). Ademais, fica a parte advertida que requerimentos genéricos, sem fundamentação, serão tidos por inexistentes.

Água Branca (PB), 13 de janeiro de 2021.

CLAUDIVAN NUNES DIAS

Servidor



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
COMARCA DE ÁGUA BRANCA

Fórum Conselheiro Luiz Nunes Alves

Rua José Firmino de Oliveira, nº 100, Gualterina Alencar Vidal, Água Branca (PB), CEP: 58748-000.

Tel.: (83) 3481-1205 ou 3481-1206; WhatsApp: (83) 99143-9380;

E-mail: agb-vuni@tjpb.jus.br.

PROCESSO Nº 0800577-15.2018.8.15.0391

CLASSE PROCESSUAL: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO: [Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito]

AUTOR: EDICLELSON ALVES BARBOSA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

INTIMAÇÃO - PROMOVIDO

Pelo presente expediente, que vai por mim devidamente assinado, **INTIMO** o(a) promovido(a), na pessoa de seu(ua) advogado(a), para, no prazo de 15 (quinze) dias, falar sobre o laudo juntado nos autos (id. 37565696), bem como para especificar, de modo concreto e fundamentado, cada prova que eventualmente se dispõe a custear e produzir, nos termos do(a) despacho/decisão (id. 35690163). Ademais, fica a parte advertida que requerimentos genéricos, sem fundamentação, serão tidos por inexistentes.

Água Branca (PB), 13 de janeiro de 2021.

CLAUDIVAN NUNES DIAS

Servidor



EM ANEXO





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE AGUA BRANCA/PB

Processo: 08005771520188150391

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **EDICLELSON ALVES BARBOSA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.^a, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente. Assim, supostamente na posse de todos os documentos pleiteia em esfera judicial indenização referente à INVALIDEZ PERMANENTE.

Em que pese o caráter social do Seguro Obrigatório DPVAT, o beneficiário legal da indenização tem que, necessariamente, preencher os requisitos legais para recebimento do referido seguro.

Após análise detida dos documentos apresentados, verificou-se a ausência de cobertura, vez que a parte autora **não restou inválida**, pressuposto necessário para o pagamento da indenização pleiteada.

Portanto, em que pese o requerimento da indenização na via administrativa, houve a NEGATIVA da Seguradora responsável pela regulação, haja vista, a ausência de sequelas.

Noutro giro, após a nomeação de perito as partes apresentaram quesitos para que fosse verificado qual o grau de comprometimento da Invalidez apurada.

Ora Exa., não é crível que com os avanços da medicina, os tratamentos realizados na parte autora serviram para agravar uma possível lesão decorrente do acidente sofrido e não oportunizaram uma melhora.

É certo que o julgador não está adstrito à conclusão contida no laudo pericial, mas a simples leitura do mesmo demonstra que a r. Perito não buscou comprovar um suposto agravamento de eventual lesão, somente limitando-se a responder os quesitos apresentados de maneira simplista e sem qualquer fundamentação.



Pelo exposto, a parte ré impugna o laudo pericial produzido, requerendo que seja afastada a conclusão pericial, devendo ser levado em consideração o conjunto fático-probatório dos autos, sobretudo os documentos médicos acostados na exordial, que demonstram a ausência de agravamento de eventual lesão sofrida à época do acidente capaz de gerar indenização, sendo os pedidos autorais julgados improcedentes.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

AGUA BRANCA, 26 de janeiro de 2021.

JOÃO BARBOSA
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA

VARA ÚNICA DA COMARCA DE ÁGUA BRANCA

Fórum "Conselheiro Luiz Nunes Alves". Rua Projetada, s/n - Centro - Água Branca/PB, **Tel.** (83) 3481-1206

E-mail: agb-vuni@tjpb.jus.br | **Whatsapp:** (83) 99143-9380 - Atendimento das 07 às 14h00min, exceto sábados, domingos e feriados.

Processo: 0800577-15.2018.8.15.0391

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Assunto: [Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito]

PROMOVENTE: EDICLELSON ALVES BARBOSA

PROMOVIDO: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

SENTENÇA

EDICLELSON ALVES BARBOSA, devidamente qualificado(a) na peça exordial, ajuizou a presente **COBRANÇA** em desfavor de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, alegando, em suma, que fora vítima de um acidente de trânsito ocorrido no dia 18/02/2018, o que lhe causou irreparáveis lesões no(a)s membros inferior(es), e que, por isso, faz jus ao recebimento do seguro DPVAT.

Informou o(a) autor(a) ainda que requereu administrativamente o montante do seguro, mas que lhe foi negado o pedido (id.15456315 - Pág. 1).

Deferida a gratuidade de justiça, conforme decisão de id. 28553707 - Pág. 1.

Devidamente citada, a parte promovida contestou defendendo, no mérito, a ausência de documento imprescindível ao exame da questão, qual seja, laudo do IML; apontou a inexistência de invalidez permanente e consequente ausência de cobertura; além de requerer a observância da Súmula 474 do STJ quanto ao grau de invalidez, e da Súmula 426 do STJ para o cálculo dos juros moratórios (id. 31796118 - Pág. 1/6).

Juntado Laudo de Exame Médico - Pericial no qual se concluiu como limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no(a)s membro(s) inferior(es) esquerdo: "apresenta cicatriz em face lateral da coxa de 35 cm, atrofia da musculatura da coxa em 3 cm, déficit de força flexora do quadril grau II, diminuição da flexão do quadril em 40°, diminuição da abdução do quadril em 20°, déficit de força flexora e extensora do joelho grau II, diminuição da flexão do joelho em 40°, impossibilidade de realizar agachamento sobre o membro inferior esquerdo e subir escada, além de dor e alteração de sensibilidade durante a palpação da face lateral da coxa, e, edema em articulação do joelho (2+/4+)" (id.37565696 - Pág. 1/5).



Instado a falar sobre o referido exame, a parte autora se manifestou requerendo a aplicação da tabela de cálculo de indenização em caso de invalidez definitiva, (id.37643536 - Pág. 1/2) e a parte ré se manifestou no sentido de que não há comprovação de invalidez permanente da parte autora causada pelo acidente automobilístico e requereu que fosse afastada a conclusão pericial (id. 38838412 - Pág. 1/2).

Vieram os autos conclusos.

2 - FUNDAMENTAÇÃO

2.1 - DO JULGAMENTO ANTECIPADO DO MÉRITO

De conformidade com o disposto no art. 355, I, do Código de Processo Civil, o juiz julgará antecipadamente o pedido, proferindo sentença com resolução de mérito, quando não houver necessidade de produção de outras provas.

Na hipótese em comento, resta perceptível que as partes instruíram o processo com provas documentais suficientes para o deslinde do litígio, o que afasta qualquer necessidade de produção de prova em audiência, razão pela qual **passo ao conhecimento direto dos pleitos perseguidos neste almanaque processual.**

2.2 - MÉRITO

Insurge-se a demandada sob o fundamento de que a petição inicial não estaria acompanhada de documentação imprescindível ao exame da questão, qual seja, o laudo do IML.

Sobre o assunto, a Lei nº 6.194/74, em seu art.5º, *caput*, prevê que o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, não havendo qualquer requisito documental especificado sem o qual não se possa prover a demanda. No §4º, o mesmo artigo dispõe que, havendo dúvida quanto ao nexo de causa e efeito entre o acidente e as lesões, em caso de despesas médicas suplementares e invalidez permanente, poderá ser acrescentado ao boletim de atendimento hospitalar relatório de internamento ou tratamento, se houver, fornecido pela rede hospitalar e previdenciária, mediante pedido verbal ou escrito, pelos interessados, em formulário próprio da entidade fornecedora.

Ademais, assim como a legislação, a jurisprudência também reflete o entendimento segundo o qual é suficiente para a instrução processual a existência de elementos que façam presumir a relação jurídica entre as partes, sendo aceitável qualquer documento que prove o acidente e o dano, senão vejamos:

*APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT - AUSÊNCIA DE DOCUMENTO IMPRESCINDÍVEL - RELATÓRIO COMPLEMENTAR - LAUDO DO IML - DESNECESSIDADE - INÉPCIA DA INICIAL - INEXISTÊNCIA. - **Em ação de cobrança de seguro DPVAT, o laudo do IML não é documento indispensável ao ajuizamento da ação de cobrança de seguro DPVAT, uma vez que pode ser substituído por outras provas.** (TJ-MG - AC: 10035170009175001 MG, Relator: Ramon Tácio, Data de Julgamento: 14/03/2018, Data de Publicação: 23/03/2018)*

No caso sob análise, foi juntado Boletim de Ocorrência (id. 15456312 - Pág. 1/2), Ficha de Regulação Médica do SAMU (id. 15456323 - Pág. 1), Prontuário Médico (id.15456323 - Pág. 3), Pareceres (id.15456323 - Pág. 4 e id.15456353 - Pág. 1), Relatórios de Cirurgias (id.15456338 - Pág. 1/2 e id.15456348 - Pág. 1/2), Laudo Ortopédico (id.15456546 - Pág. 4) e comprovante de negativa do pedido administrativo pela própria promovida (id.15456315 - Pág. 1), os quais entendo como suficientes para ajuizamento da demanda, motivo pelo qual rejeito o argumento levantado.

Ademais, conforme relatado, o ponto que subsome a controvérsia da presente querela reside em saber se é devido, ou não, o pagamento do valor do seguro DPVAT perseguido nesta ocasião.



A esse respeito, exsurge fundamental destacar que, a partir da análise dos presentes autos, o conjunto documental se afigura hábil à comprovação do nexo de causalidade entre o acidente automobilístico relatado pelo(a) promovente e a debilidade por ele(a) sofrida, não havendo qualquer margem de dúvida neste aspecto.

Com efeito, considerando o teor do Boletim de Ocorrência (id.15456312 - Pág. 1) e demais documentos anexados ao caderno processual, verifica-se que o acidente aconteceu quando o(a) autor(a) conduzia motocicleta pela estrada do Sítio Caboré em direção a cidade de Imaculada, quando invadiu a pista de rolamento e colidiu com um automóvel GM Corsa, ocasião em que teve fratura do fêmur e escoriações pelo corpo.

À luz disso, resta evidente que os documentos colacionados pelo(a) promovente e outros que dos autos constam são suficientes para assegurar a complementação da quantia paga a título de sinistro acobertado pelo seguro DPVAT, podendo-se concluir que as lesões sofridas guardam relação com o acidente automobilístico, inclusive por ter sido reconhecido o mencionado nexo de causalidade quando a própria seguradora deferiu o pagamento do seguro na via administrativa, mesmo que a menor.

Restando superado o exame do nexo causal entre o dano e o acidente, cumpre registrar que, mediante Laudo Pericial de id. 37565696 - Pág. 1, ficou evidenciado um **dano anatômico e/ou funcional definitivo do membro inferior esquerdo**, com as seguintes limitações físicas irreparáveis: "apresenta cicatriz em face lateral da coxa de 35 cm, atrofia da musculatura da coxa em 3 cm, déficit de força flexora do quadril grau II, diminuição da flexão do quadril em 40°, diminuição da abdução do quadril em 20°, déficit de força flexora e extensora do joelho grau II, diminuição da flexão do joelho em 40°, impossibilidade de realizar agachamento sobre o membro inferior esquerdo e subir escada, além de dor e alteração de sensibilidade durante a palpação da face lateral da coxa, e, edema em articulação do joelho (2+/4+)"; quantificada a lesão de acordo com o segmento corporal acometido como **parcial incompleta em grau médio (50% - cinquenta por cento)**.

Nesse prisma, bem assim considerando que o sinistro se deu após a vigência da Lei nº 11.945/2009, penso que a indenização deve ser proporcional aos danos experimentados, exatamente como determina a tabela constante no anexo da referida norma, que deu nova redação à Lei nº 6.194/74, assim vazada:

"Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: [...] § 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo: I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; **e II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais. (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009)".**

Acompanhando o raciocínio subjacente, nos termos do Enunciado 474 da Súmula do STJ, "*a indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez*". Portanto, quando a incapacidade não for completa, mas estipulada em grau menor, não poderá ser aplicado o percentual máximo, mas sim fração correspondente ao nível de comprometimento da funcionalidade do respectivo membro.

O referido enunciado, diferentemente do inciso II do § 1.º do art. 3.º da Lei 6.194/74, não fez qualquer referência ao percentual de redução nos casos de invalidez permanente parcial incompleta, pressupondo-se não ser incorreta a aplicação de porcentagem fixada por laudo médico, o qual, sem dúvida alguma, melhor se aproxima da situação concreta.

Acerca do tema:

APELAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. SENTENÇA IMPROCEDENTE. SUBLEVAÇÃO DO PROMOVENTE. ACIDENTE DE TRÂNSITO. COMPROVAÇÃO. INVALIDEZ PARCIAL. CONSTATAÇÃO. SEQUELAS DE CRÂNIO-FACIAL. PERCENTUAL DE 25% SOBRE O VALOR DO TETO. NEXO CAUSAL DEMONSTRADO. LAUDO MÉDICO. PROVA SATISFATÓRIA. APLICABILIDADE DA LEI VIGENTE À ÉPOCA DO SINISTRO. REFORMA DO DECISUM. PROVIMENTO. - Existindo prova da ocorrência de debilidade permanente, fruto de acidente automobilístico, cabível a indenização do seguro obrigatório, no patamar previsto na Lei nº 11.945/2009, conforme o grau da lesão sofrida, observando-se, assim, os percentuais exigidos. - **Dispondo a lei que as indenizações serão pagas considerando o valor de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), resta evidente que o teto indenizatório só é atingido nos casos de morte ou invalidez total permanente.** - **Tratando-se de invalidez permanente parcial, pela sequela no percentual de 25% (vinte e cinco por cento) da estrutura crânio-facial, deve-se aplicar, respectivamente, o percentual de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor máximo de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), consoante tabela indicada no anexo da Lei nº 11.945/09.** (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº



Trasladando-se o posicionamento acima respaldado ao caso em desate, tem-se que o cálculo se afigura simples, pois, partindo do valor máximo possível do seguro de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) para os casos de invalidez permanente, calcula-se o montante de 70%, ou seja, R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais) aplicável às situações de perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores (Lei 11.945/09).

Neste caminho, considerando que, in casu, a perda não foi completa, mas estimada em 50%, conforme se infere do laudo médico (id. 37565696 - Pág. 4), aplica-se este último percentual ao valor encontrado na operação anterior (R\$ 9.450,00), definindo a quantia de R\$ 4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais) devida ao promovente.

Por tudo, restando evidenciada a existência de valor pendente de pagamento do seguro em comento, concluo que a procedência parcial dos pedidos inaugurais se consubstancia como medida impositiva.

3- DISPOSITIVO.

ANTE O EXPOSTO, mais que dos autos constam e princípios de direito aplicáveis à espécie, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO** para **CONDENAR a demandada a pagar a(o) autor(a) o valor de R\$ 4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais)**, referente ao pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT, com o acréscimo de correção monetária pelo INPC/IBGE, desde o evento danoso até o efetivo pagamento, bem como juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês (CC, art. 406) a partir da citação (CC, art. 405), nos termos do art. 487, inciso I, do CPC.

Atendidos os critérios de razoabilidade, tomando como parâmetro o grau de complexidade da causa e do desempenho do causídico da parte vencedora, condeno o(a)s promovido(a)s ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, estes à base de 10% sobre o valor da condenação, nos termos do art. 85, do CPC.

Intime-se a promovida para realizar o pagamento dos honorários periciais no valor remanescente de R\$ 50,00 (cinquenta reais), conforme decisão de id. 35690163 - Pág. 1, considerando que já houve o depósito de R\$ 200,00 (duzentos reais) (id.32190177 - Pág. 1). Efetivado o pagamento, expeça-se alvará de levantamento e acordo com os dados bancários constantes no pedido de id.37566278 - Pág. 1.

Publicada e registrada eletronicamente. Intime-se.

Se houver a interposição de Apelação:

1. Intime-se a parte recorrida para apresentar contrarrazões à apelação, no prazo de 15 (quinze) dias (CPC, art. 1.010, § 1º).

2. Se o apelado interpuser apelação adesiva, intime-se o apelante para apresentar contrarrazões, em 15 (quinze) dias (CPC, art. 1.010, § 2º).

3. Após as formalidades acima mencionadas, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça da Paraíba (CPC, art. 1.010, § 3º).

Transitada em julgado, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, requerer o cumprimento da sentença. Decorrido o sobredito prazo sem qualquer manifestação, **ARQUIVE-SE**, com as cautelas legais.

Água Branca/PB, data e assinatura eletrônicas.

Água Branca/PB, data do protocolo eletrônico.

Mathews Francisco Rodrigues de Souza do Amaral

Juiz de Direito

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]



**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUÍZ (A) DE DIREITO DA VARA ÚNICA
DA COMARCA DE ÁGUA BRANCA - ESTADO DA PARAÍBA**

Processo nº 0800577-15.2018.815.0391

EDICLELSON ALVES BARBOSA, já devidamente qualificado nos autos em evidência, na **AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA DPVAT**, que move em face **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, amplamente qualificada nos autos, vem a presença de Vossa Excelência, diante da **r. sentença id. 43673913**, opor **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**, com fulcro nos **arts. 1022 e seguintes** do Código de Processo Civil, pelas razões a seguir expostas.:

Esclarece, inicialmente, que estes declaratórios não tem o condão de procrastinar o feito, mas sim, de **sanar contradição**, a qual com o devido respeito padece a r. sentença.

A bem da verdade o que pretende a Embargante não é rediscutir a matéria, mas tão somente aclarar a decisão da qual pretende, e aí sim, recorrer especificamente, **caso não corrigido o vício**.

É por esta razão que cabem os presentes embargos de declaração, que devem ser cuidadosamente analisados **para o reconhecimento da omissão, obscuridade e contradição**, sem que isso se traduza em desprestígio ao Nobre Julgador ou qualquer ato protelatório.

O embargante, por meio desta medida, **almeja a celeridade e economia processual**, e por sua vez, evitar a interposição de outros recursos.

I – DO DISPOSITIVO DA SENTENÇA

Nos autos da **AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA DPVAT** em epígrafe foi prolatada sentença julgando **PARCIALMENTE**



PROCEDENTE O PEDIDO, para CONDENAR a demandada a pagar ao autor **10% sobre o valor da condenação a título de honorários advocatícios**, atendidos os critérios da razoabilidade, levando em consideração a complexibilidade da causa e desempenho deste causídico. Segue abaixo trecho objeto da discussão:

(...)

ANTE O EXPOSTO, mais que dos autos constam e princípios de direito aplicáveis à espécie, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO** para CONDENAR a demandada a pagar a(o) autor(a) o valor de **R\$ 4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais)**, referente ao pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT, com o acréscimo de correção monetária pelo INPC/IBGE, desde o evento danoso até o efetivo pagamento, bem como juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês (CC, art. 406) a partir da citação (CC, art. 405), nos termos do art. 487, inciso I, do CPC.

Atendidos os critérios de razoabilidade, tomando como parâmetro o grau de complexidade da causa e do **desempenho do causídico da parte vencedora**, condeno o(a)(s) promovido(a)(s) ao pagamento das custas e dos **honorários advocatícios**, estes à base de **10% sobre o valor da condenação**, nos termos do art. 85, do CPC..

(...)

Em que pese o Juíz *a* quo tenha proferida a **sentença id. 43673913** com o costumeiro brilhantismo, a mesma deve ser reformada por Vossas Excelências com relação ao **valor dos honorários advocatícios sucumbenciais**, vez que houve manifesta violação ao **art. 85, §2º inciso I e IV, e §8º do CPC**.

II. DOS HONORÁRIOS IRRISÓRIOS/AVILTANTES

Ao observamos o dispositivo da sentença, percebe-se que há **contradição** em que pese os critérios de razoabilidade utilizados pelo douto magistrado em relação ao desempenho deste causídico, vez que **fixou honorários advocatícios em patamar inferior**, configurando manifesta violação ao **art. 85, § 2º inciso I e IV, e § 8º do CPC**.

É sabido, que **nas causas de pequeno valor, nas de valor inestimável**, naquelas em que não houver condenação ou for vencida a Fazenda Pública, e nas execuções, embargada ou



não, os **honorários serão fixados consoante apreciação equitativa do juiz**, conforme **artigo 85, § 2º inciso I e IV, e § 8º do CPC**.

Neste sentido, o **artigo 85, § 2º do CPC** ensina:

Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor.
(...)

§ 2º Os honorários serão fixados entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa, atendidos:

I - o grau de zelo do profissional;
II - o lugar de prestação do serviço;
III - a natureza e a importância da causa;
IV - o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.

O **parágrafo 8º do art. 85** assim dispõe:

§ 8º. Nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou, ainda, quando o valor da causa for muito baixo, o juiz fixará o valor dos honorários por apreciação equitativa, observando o disposto nos incisos do § 2º.

Nesse sentido, é sabido que quanto à fixação dos honorários de sucumbência, temos a seguinte ordem de preferência:

(I) primeiro, quando houver condenação, devem ser fixados entre 10% e 20% sobre o montante desta (art. 85, § 2º);

(II) segundo, não havendo condenação, serão também fixados entre 10% e 20%, das seguintes bases de cálculo:

(II.a) sobre o proveito econômico obtido pelo vencedor (art. 85, § 2º); ou

(II.b) não sendo possível mensurar o proveito econômico obtido, sobre o valor atualizado da causa (art. 85, § 2º); por fim,



(III) havendo ou não condenação, nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou em que o valor da causa for muito baixo, deverão, só então, ser fixados por apreciação equitativa (art. 85, § 8º).

No presente caso, **indiscutível que o valor da condenação dos honorários advocatícios representa quantia irrisória**, meramente simbólica, ainda mais se considerarmos, como manda o ordenamento jurídico, o valor do bem jurídico buscado na tutela jurisdicional.

Nesse sentido, o MM. Juíz, em sua sentença ora combatida fixou a verba honorária em **10% sobre o valor da condenação**, portanto, o valor de **R\$ 472,50 (quatrocentos e setenta e dois reais e cinquenta centavos) será o valor correspondente aos honorários sucumbenciais**, desta feita, **analisando o valor a título de honorários sucumbenciais**, chegamos à conclusão, que **o percentual aplicado sobre o valor da condenação resultou em valor irrisório, não condizente com a remuneração da atividade advocatícia**, haja visto, **irrisório o proveito econômico**.

Em outras palavras, do exame dos autos, denota-se que os trabalhos profissionais apresentados pelos advogados **em nada foram insuficientes, tendo os patronos do embargante exercido trabalho árduo e incisivo**.

Logo, nada existe nos autos, tampouco na lei, **que pudesse ensejar a condenação de verba indenizatória irrisória, aviltante, em patamar inferior** ao estabelecido na tabela de honorários da Ordem dos Advogados do Brasil, onde **percebe-se, portanto, a existente contradição entre o valor fixado** no patamar de 10%, configurando-se em valor irrisório consoante os termos do **art. 85, §2º inciso I e IV, e §8º do CPC**.

Sendo assim, a r. sentença deve ser reformada, pois desconforme está com o ordenamento jurídico pátrio, vez que **não houve o necessário “equilíbrio” que a palavra equidade**, por sua derivação, deve ensejar. **O vencedor, neste caso, foi quem sofreu prejuízo!**

Ademais, tendo em vista que a **apreciação equitativa deve atender as circunstâncias peculiares de cada caso concreto**, como, aliás, é da essência da equidade e considerando que não há no referido dispositivo da sentença nenhuma fundamentação sequer, **impõe-se a reforma da sentença neste ponto**, para o fim de **fixar os honorários em valor compatível com o zelo dos patronos e a dignidade da profissão**, sendo justo em razão do trabalho desenvolvido pelos patronos do apelante.



Neste sentido, **segue entendimentos deste tribunal**, onde foi decretada a fixação do valor das verbas honorárias por apreciação equitativa nas causas em que o proveito econômico for irrisório, vejamos:

ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0805111-34.2018.815.0251

RELATOR: Juiz Convocado Miguel de Britto Lyra Filho

APELANTE: Júlio César Martins Brilhante

ADVOGADO: Arthur Alves de Medeiros, OAB/PB 25.763

APELADA: Seguradora Líder dos Consórcios S/A

ADVOGADO: João Barbosa, OAB/PB 4246-A

ORIGEM: Juízo da 4ª Vara da Comarca de Patos

JUIZ (A): Vanessa Moura Pereira

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. DPVAT. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA PARCIAL. IRRESIGNAÇÃO DO AUTOR QUANTO AOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. VALOR IRRISÓRIO. ADEQUAÇÃO PERTINENTE. PROVIMENTO DO RECURSO. Deve-se majorar os honorários advocatícios, quando arbitrado em valor não condizente com o grau de zelo profissional, a natureza e importância da causa, o trabalho realizado e o tempo exigido para a sua realização. **Desta feita, entendo que o valor deve ser fixado em R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), conforme art. 85, §8º, do CPC.**

PLEITO DE MINORAÇÃO DOS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS PARA o patamar de 10% (DEZ POR CENTO) a 20% (vinte por cento) SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. VALOR IRRISÓRIO. Desprovimento do apelo - Considerando a condenação irrisória conferida em primeiro grau, **a fixação entre o patamar de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre tal valor, é violar as normas processuais, que determinam a fixação equitativa nestes casos, tutelando, assim, a dignidade do labor do advogado.** (...). Assim, considerando o valor da condenação, qual seja, R\$ 1.350,00 (mil trezentos e cinquenta reais), fixar-se entre 10% (dez por cento) e 20% (vinte por cento) sobre tal valor, **é violar as normas processuais e atentar contra a dignidade do labor do advogado.** Nesses termos, **impossibilitado resta a minoração dos honorários. Conclusão.** Por tudo o que foi exposto, **NEGO PROVIMENTO A APELO**, mantendo pelos seus próprios fundamentos. (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00721735420148152001, 2ª Câmara Especializada Cível, Relator DES. OSWALDO TRIGUEIRO DO VALLE FILHO, j. em 17-04-2018).

Portanto, diante do previsto nos § 2º inciso I, IV, e § 8º do art. 85 do CPC, combinados com as disposições da Tabela de Honorários da OAB, para não aviltar o trabalho dos advogados da parte autora, o valor dos honorários advocatícios merece e deve ser fixado em **R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais).**



Dessa forma, deve a r. Sentença ser aclarada nesse **ponto e reformada, vez que configurada a contradição.**

II – CONCLUSÃO

Posto isso, requer seja o r. Sentença, respeitosamente aclarada, para que seja apreciado o pleito de **fixação de honorários advocatícios em favor da Embargante**, conforme preceitua o artigo 85, § 2º inciso I e IV, e § 8º do Código Processual Civil.

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Patos – PB, 08 de junho de 2021

ARTHUR ALVES DE MEDEIROS

OAB/PB 25.763



NÚMERO DO PROCESSO: 0800577-15.2018.8.15.0391 - **CLASSE:** PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) - **ASSUNTO(S):** [Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito]

PARTES: EDICLELSON ALVES BARBOSA X SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Nome: EDICLELSON ALVES BARBOSA

Endereço: Sítio Serrinha, S/N, Zona Rural, SN, Sítio Serrinha, S/N, Zona Rural, IMACULADA - PB - CEP: 58745-000

Advogados do(a) AUTOR: ARTHUR ALVES DE MEDEIROS - PB25763, ALBERTO LEITE DE SOUSA PIRES - PB17997

Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Endereço: R SENADOR DANTAS, 74 5 andar, - de 58 ao fim - lado par, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205

Advogado do(a) REU: SUELIO MOREIRA TORRES - PB15477

VALOR DA CAUSA: R\$ 13.500,00

ATO ORDINATÓRIO:

De ordem do MM Juiz de Direito desta Comarca e nos termos do art. 350 do Código de Normas Judicial da Corregedoria de Justiça, com atualizações do Código de Processo Civil;

E, tendo sido protocolado Embargos de Declaração;

INTIMO o embargado para se manifestar no prazo de 15 (quinze) dias.



ÁGUA BRANCA, Segunda-feira, 28 de Junho de 2021, 08:42:04 h.

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

ALEXANDRE BORBA BRITO

Analista Judiciário



EM ANEXO





			N° DA CONTA JUDICIAL	
			700124568640	
N° DA PARCELA		DATA DO DEPÓSITO	AGÊNCIA (PREF / DV)	TIPO DE JUSTIÇA
0		23/06/2021	2714	ESTADUAL
DATA DA GUIA	N° DA GUIA	N° DO PROCESSO	TRIBUNAL	
22/06/2021	2728642	08005771520188150391	TRIBUNAL DE JUSTICA	
COMARCA		ORGÃO/VARA	DEPOSITANTE	VALOR DO DEPÓSITO (R\$)
AGUA BRANCA		VARA UNICA	RÉU	50,00
NOME DO RÉU/IMPETRADO			TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ
SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A			Jurídica	09248608000104
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE			TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ
EDICLELSON ALVES BARBOSA			Física	09342906443
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA				
5CF068384F2245A3				
CÓDIGO DE BARRAS				





Banco do Brasil

			Nº DA CONTA JUDICIAL	
			2300101764278	
Nº DA PARCELA		DATA DO DEPÓSITO		AGÊNCIA (PREF / DV)
0		02/07/2020		2714
DATA DA GUIA		Nº DA GUIA	Nº DO PROCESSO	TRIBUNAL
01/07/2020		2728642	08005771520188150391	TRIBUNAL DE JUSTICA
COMARCA		ORGÃO/VARA		DEPOSITANTE
AGUA BRANCA		VARA UNICA		RÉU
NOME DO RÉU/IMPETRADO				VALOR DO DEPÓSITO (R\$)
				200,00
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE				TIPO DE PESSOA
EDICLELSON ALVES BARBOSA				Juridico
				CPF / CNPJ
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA				TIPO DE PESSOA
162A0BDF31330F95				Fisica
				CPF / CNPJ
				09342906443
CÓDIGO DE BARRAS				





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE AGUA BRANCA/PB

Processo n.º 08005771520188150391

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **EDICLELSON ALVES BARBOSA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., requerer que seja determinada a juntada do **RECIBO DE PAGAMENTO** em anexo, com fito de **comprovar o pagamento dos honorários do perito nomeado pelo Juízo**.

Termo em que,
Pede Juntada.

AGUA BRANCA, 25 de junho de 2021.

JOÃO BARBOSA
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 29/06/2021 13:54:51
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21062913544929500000042853510>
Número do documento: 21062913544929500000042853510

EM ANEXO





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE AGUA BRANCA/PB

PROCESSO: 08005771520188150391

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresa seguradora previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **EDICLELSON ALVES BARBOSA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.^a, apresentar suas

CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

mediante as razões de direito adiante articuladas:

Inconformado com a d. Sentença, interpôs o presente visando a reformada da decisão.

Vale salientar que os embargos declaratórios são espécie recursal com contornos específicos, assim, não poderá ter outra finalidade que não a de suprir uma omissão, esclarecer uma obscuridade ou eliminar uma contradição.

Diante disso, os embargos declaratórios não podem, jamais, ter a finalidade de modificar o conteúdo da decisão recorrida. A finalidade específica dos declaratórios deve ser, sempre, a de aclarar o julgado, eliminando uma contradição ou suprimindo uma omissão.

Destaca-se que o objetivo, repita-se, deve ser sempre o de aclarar a decisão embargada.

A doutrina processualista é praticamente unânime ao negar admissibilidade a embargos de declaração que visam a modificar o julgado.

Cumprе registrar que os embargos de declaração manejados pela parte autora, é notório o seu descontentamento com a decisão proferida, descontentamento este que deverá ser apreciado em via recursal própria e não por meio de aclaratórios.

Frisa-se que o fato do n. Magistrado não conceder o que se requer não caracteriza omissão, nem tão pouco contradição.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Desta forma, não de ser acolhido o presente recurso, pois, o julgador não está obrigado a enfrentar todas as questões trazidas pelas partes, quando já encontrou fundamento suficiente tomar a sua decisão final.

Por fim, consoante ao artigo 1.022 do Código de Processo Civil, o manejo dos Embargos de Declaração condiciona-se indubitavelmente, à presença de obscuridade, contradição ou omissão no julgado, o que não ocorreu *in casu*, sem o que não lhe impõe o acolhimento, pois, o recurso em comento não é o meio hábil para modificar o julgado.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

AGUA BRANCA, 1 de julho de 2021.

JOÃO BARBOSA
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br

